



Número: **0867379-15.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 797.780,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RUTH DA SILVA CAMILO (AUTOR)	CRISTIAN DA SILVA CAMILO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)
EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE (RÉU)	LUIZ FERNANDES DOS SANTOS (ADVOGADO)
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (RÉU)	GUILHERME CESAR CAVALCANTE MUNIZ DA SILVA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18238565	08/12/2018 17:37	petição inicial	Petição Inicial
18238571	08/12/2018 17:37	Petição Inicial	Outros Documentos
18238577	08/12/2018 17:37	Documento Identidade Autora	Documento de Identificação
18238580	08/12/2018 17:37	Comprovante de Residencia	Outros Documentos
18238581	08/12/2018 17:37	Procuração	Procuração
18238590	08/12/2018 17:37	Exames Medicos Interditada-otimizado 1	Outros Documentos
18238598	08/12/2018 17:37	Documentos Identificação Interditada-otimizado 1	Outros Documentos
18238600	08/12/2018 17:37	Certidão de Obito	Outros Documentos
18238602	08/12/2018 17:37	Certidão de Casamento	Outros Documentos
18238621	08/12/2018 17:37	Documento Veiculo atropelador-otimizado 1	Outros Documentos
18238641	08/12/2018 17:37	Laudos Medicos da Interditada-Funad-otimizado 1	Outros Documentos
18238642	08/12/2018 17:37	Termos de Curatela Provisoria e Definitiva-otimizado 1	Outros Documentos
18238648	08/12/2018 17:37	Inquerito Policial-otimizado 1	Outros Documentos
18238652	08/12/2018 17:37	Laudo Exame Cadaverico-otimizado 1	Outros Documentos
18238653	08/12/2018 17:37	Depoimentos e Interrogatório no Inquerito Policial-Parte 1	Outros Documentos
18238654	08/12/2018 17:37	Depoimentos e Interrogatório no Inquerito Policial-Parte 2	Outros Documentos

18238 667	08/12/2018 17:37	Relatorio Final do Inquerito Policial-otimizado 1	Outros Documentos
18238 673	08/12/2018 17:37	Denuncia do Ministério Publico-otimizado 1	Outros Documentos
18238 679	08/12/2018 17:37	Termos de Audiencia Ação Penal-Parte 1	Outros Documentos
18238 681	08/12/2018 17:37	Termos de Audiencia Ação Penal-Parte 2	Outros Documentos
18238 684	08/12/2018 17:37	Sentença Ação Penal 200990436095-otimizado 1	Outros Documentos
18238 689	08/12/2018 17:37	Apólice de Seguro do Veículo-otimizado 1	Outros Documentos
18238 690	08/12/2018 17:37	Solicitação pagamento Apolice Seguro	Outros Documentos
18632 804	16/01/2019 15:17	Despacho	Despacho
19499 590	27/02/2019 09:20	Mandado	Mandado
19499 591	27/02/2019 09:20	Mandado	Mandado
19538 154	28/02/2019 12:44	Diligência	Diligência
19538 532	28/02/2019 12:44	RUTH DA SILVA CAMILO	Devolução de Mandado
20047 296	25/03/2019 18:17	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
20047 591	25/03/2019 18:17	1. Contestação	Outros Documentos
20047 598	25/03/2019 18:17	2. atos constitutivos	Outros Documentos
20047 604	25/03/2019 18:17	3. procuração	Procuração
20047 608	25/03/2019 18:17	4. Subs Carlos	Substabelecimento
20047 612	25/03/2019 18:17	5. Subs	Substabelecimento
20047 618	25/03/2019 18:17	6. Condições Gerais compressed(2)-1-10	Outros Documentos
20047 623	25/03/2019 18:17	6. Condições Gerais compressed(2)-11-21	Outros Documentos
20116 489	27/03/2019 17:23	Diligência	Diligência
20116 755	27/03/2019 17:23	EDLEUZA VASCONCELOS 0867379-15	Devolução de Mandado
20613 080	16/04/2019 19:56	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
20613 092	16/04/2019 19:56	000. PETIÇÃO DE HABILITAÇÃO	Informações Prestadas
20613 098	16/04/2019 19:56	002. PROCURAÇÃO	Procuração
20613 112	16/04/2019 19:56	000. CONTESTAÇÃO	Informações Prestadas
20613 120	16/04/2019 19:56	001. RG E CPF DA PROMOVIDA	Documento de Comprovação
20613 130	16/04/2019 19:56	003.DECLARAÇÃO DE POBREZA	Informações Prestadas
20803 420	25/04/2019 15:09	Petição	Petição
20803 465	25/04/2019 15:09	005. PETIÇÃO REQUERIMENTO	Informações Prestadas
21534 490	04/06/2019 15:43	Despacho	Despacho
21821 150	06/06/2019 18:06	Certidão	Certidão
21821 165	06/06/2019 18:08	Certidão	Certidão
22654 654	11/07/2019 19:17	Petição	Petição
22654 659	11/07/2019 19:17	Réplica às Contestações	Documento de Comprovação

23527 523	15/08/2019 17:47	Despacho	Despacho
23806 999	25/08/2019 14:29	Petição	Petição
23807 001	25/08/2019 14:29	004. PETIÇÃO REQUERIMENTO	Informações Prestadas
23838 465	26/08/2019 16:16	Despacho	Despacho
24062 223	02/09/2019 22:10	Petição	Petição
24062 231	02/09/2019 22:10	Requerimento Perícia Indireta	Outros Documentos
24654 726	23/09/2019 14:58	Petição	Petição
24654 727	23/09/2019 14:58	Provas a produzir - Ofício DPVAT	Outros Documentos
27381 264	10/01/2020 12:35	Despacho	Despacho
27429 102	13/01/2020 22:03	Petição	Petição
27626 998	22/01/2020 22:15	Despacho	Despacho
28823 422	05/03/2020 15:40	Despacho	Despacho
28823 435	05/03/2020 15:41	Certidão	Certidão

SEGUE EM ANEXO PETIÇÃO INICIAL EM PDF





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL

**Prioridade no trâmite processual - Idosa -
nos termos do art. 1.048 do Código de
Processo Civil e art. 71 do Estatuto do Idoso.**

LIGIA DA SILVA CAMILO, brasileira, interditada, neste ato representada por sua genitora e curadora RUTH DA SILVA CAMILO, brasileira, viúva, idosa, portadora do CPF nº 024.625.494-71, residente e domiciliada à Rua Padre Manoel da Nobrega, nº 157, bairro Costa e Silva, João Pessoa/PB, CEP 58081-120 por seus procuradores infra-assinados, vem à presença de V. Exa. com fundamento nos arts. nº 186, 275, 927 e 1537 do Código Civil para propor:

**AÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL c/c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS
MATERIAIS E MORAIS EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Em face de

EDLEUSA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, brasileira, CPF 276.486.134-68, residente à Rua Monsenhor Severino P Ferreira, 161, Brisamar, Joao Pessoa/PB, CEP 58033-440 ;

e

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 1 de 38





ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.816.067.0021-54, estabelecido à Rua Joao Bernardo de Albuquerque, nº 62, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP 58020-565 pelos fatos e motivos abaixo expostos:

1. PRELIMINARES DO MÉRITO

1.1 DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Preliminarmente, nos termos do artigo 98 e 99 do CPC de 2015, a demandante declara-se, para os devidos fins, não ter condições de arcar com o pagamento das custas, honorários advocatícios e despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento, pelo que requer os benefícios da justiça gratuita.

A nossa Carta Magna assegura às pessoas o acesso ao Judiciário, senão vejamos:

“CF/88 – Art. 5º - LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Verifica-se, pois, do cotejo do dispositivo legal acima transcrito, com a declaração de hipossuficiência financeira, que a promovente tem direito e requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, pois não possui condições para, sem o prejuízo de sua manutenção e de sua família, arcar com as custas do processo em comento.

1.2 - DA PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO

Em consonância com as Leis nº 12.008/09 e 13.105/15, as pessoas idosas e portadoras de doenças graves, têm direito à prioridade na tramitação de processos administrativos e judiciais, dos quais forem parte ou interessado.





A Autora é idosa e sua filha é acometida de doença mental, conforme se verifica dos documentos pessoais em anexo e requer que seja concedido à presente demanda, o benefício de prioridade de tramitação, nos termos dos artigos 1.211-A e 1.211-B do Código de Processo Civil.

1.3 DA AUSÊNCIA/INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO

Como se faz prova, a demandante é absolutamente incapaz, portadora de retardamento mental severo, conforme exames, laudos médicos da Funad e Termo de Curatela Definitiva em anexo.

A debilidade apresentada pela interditada a acomete desde a mais remota infância como se faz prova os exames pretéritos realizados e seu documento de identidade, expedido em 24 de julho de 1992, que, por si só já, comprovam essa condição anterior ao evento.

No que diz respeito à prescrição Excelência, o fatídico episódio ocorreu em 14/06/1999, quando estava em vigor a norma legal do art. 5º Código Civil de 1916, pela qual:

Art. 5º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I – os menores de dezesseis anos;

II – os loucos de todo o gênero;

III – os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade;

IV – os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

E que posteriormente foi alterado para o art. 3º do Código Civil de 2002, *in verbis* :

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I – os menores de dezesseis anos;

II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.





Impende, desde logo, demonstrar a ausência de prescrição, vez que para os absolutamente incapazes não ocorre o instituto da prescrição, como infere-se do art. 169 do mesmo diploma legal de 1916 :

**Art. 169. Também não corre a prescrição:
I – contra os incapazes de que trata o artigo 5º;**

Equipado ao dispositivo legal do art. 198 do atual código civil de 2002 :

Art. 198. Também não corre a prescrição:
I – contra os incapazes de que trata o art. 3º ;

Em sendo assim, aplica-se o princípio de direito *tempus regit actum*, no sentido de que os atos jurídicos se regem pela lei da época em que ocorreram, ou seja, uma lei posterior não influenciará na relação jurídica na época da lei anterior.

Dessa forma, a lei vigente a época do fato é a que regerá àquela relação jurídica, mesmo que ela seja revogada, para que haja segurança jurídica às relações firmadas. A norma a aplicar é aquela que está em vigor à data da prática do ato, i. e, os fatos complexos de produção sucessiva regem-se pelo regime do tempo em que foram constituídos.

Portanto, totalmente descabida a eventual alegação de que este evento tenha incorrido em prescrição, se levados em consideração os motivos alhures expostos, embora já decorridos 19 anos do fato.

1.4 DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A legitimidade passiva na presente demanda encontra respaldo pelo fato de que a primeira ré, à época do fato, era a proprietária legal e titular da apólice de seguro do Unibanco Seguros do veículo conduzido por seu filho, o Sr **IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO**, causador do acidente , fato devidamente comprovado pelo inquérito e processo judicial.





Por sua vez, o **BANCO ITAÚ S/A** é, publicamente, o sucessor do BANCO UNIBANCO em seus bens, direitos e obrigações.

Considerando que o automóvel estava, à época do evento, coberto por Seguro da Seguradora Unibanco, sendo posteriormente sucedida pelo Itaú Seguros S/A, restou caracterizada apenas a alteração das bases do contrato originário, o que afasta a tese de ilegitimidade passiva, vez que o Itaú Seguros quando sucede, incorpora a outra empresa e também a responsabilidade lhe é transferida.

A legitimidade passiva do Itaú Seguros nessa demanda deve ser acolhida de arrancada vez que o vínculo obrigacional original fora estabelecido com o Unibanco Seguros, o qual não mais existe juridicamente, vez que incorporado ao patrimônio do Banco Itaú S/A.

Contudo, não se pode ignorar que as obrigações atinentes ao extinto Banco Unibanco, passaram a ser de responsabilidade do Banco Itaú S/A, vez que quando da incorporação, as obrigações do primeiro foram absorvidas pelo segundo, o qual sucedeu o Unibanco S/A em todos os direitos e obrigações.

Logo, deve ser reconhecido que o Itaú Seguros é sim parte legítima para figurar no polo passivo da presente ação, posto que ao adquirir o patrimônio do Banco Unibanco, assumiu seu ativo e passivo, encontrando-se apto a responder pelos seus contratos ajustados.

Não obstante, não há qualquer exigência legal no sentido de que o Segurado deva exaurir a via administrativa para somente depois postular a cobertura da Apólice em juízo, assim condicionar o direito de ação à prova do esgotamento da via extrajudicial, configura-se flagrante violação ao disposto no art. 5º, XXXV, da Carta de Democrática.

1.5 DA SOLIDARIEDADE PASSIVA E O DIREITO DE EXIGIR E RECEBER DE UM OU DE ALGUNS DOS DEVEDORES (ART. 275 CÓDIGO CIVIL/2002)

Importante ressaltar que, quem conduzia o veículo atropelador é filho legítimo da proprietária do automóvel, e que no momento do sinistro, esta estaria ciente e assumido o risco por eventuais prejuízos ocasionados. Dessa forma, fica evidente a





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

legitimidade da proprietária do veículo causador do acidente para figurar no polo passivo da ação.

O fato de o proprietário do veículo envolvido em acidente de trânsito não estar dirigindo o mesmo, não afasta a sua responsabilidade solidária pelos danos causados por terceiro, mormente quando este é seu filho.

Com efeito, estando a solidariedade dos referidos devedores estipulados por lei, há de se invocar o que estabelece o Código Civil Brasileiro, iniciando-se pelos arts 264 :

Art. 264. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

Destarte, considerando que a demandada possuía um contrato de Seguro Veicular à época do acidente, e que nunca chegou a ser pago aos familiares da vítima, requer, humildemente, o direcionamento da ação, vez que a lei faculta ao credor perseguir seu crédito de quaisquer um dos devedores solidários.

Nesse sentido, proclama o Código Civil:

Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Parágrafo Único. Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

Segundo entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça - RESP 577902-DF, AGRG no RESP 233111-SP, RESP 343649-MG, tais julgados reconhecem a responsabilidade solidária do condutor do veículo envolvido no acidente de trânsito, assim como o seu proprietário, pelos danos que causar a outrem em razão de acidente

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 6 de 38





automobilístico; significa dizer que: há solidariedade quando na mesma obrigação concorre mais de um de um devedor, cada um com direito ou obrigação à dívida toda.

Por óbvio, fica claro o direito de que a autora goza de escolher contra quem irá exigir uma dívida solidária. O principal efeito da solidariedade passiva consiste exatamente nesse direito, que confere ao credor de exigir de qualquer dos devedores o cumprimento integral da prestação como já foi dito.

Verificando-se que não houve, pagamento algum, é direito do credor exigir de quaisquer um dos devedores o seu crédito.

Trata-se porém de uma faculdade e não de um dever ou de um ônus, pois pode o credor não usá-la ou usar dela apenas em parte, exigir o cumprimento de todos os devedores ou só de alguns deles ou exigir de qualquer deles uma parte apenas da dívida comum.

2. DOS FATOS

No dia 14/06/1999, às 12:30h, à Avenida Getúlio Vargas, próximo à Igreja Batista, o filho da primeira demandada trafegava com o veículo Ford Ka, ano 1998, cor prata, placa MNQ-4345/PB, de propriedade de sua genitora Edleusa Vasconcelos Meira de Albuquerque, quando atropelou violentamente o pedestre na via, o Sr. José Delfino Camilo, aposentado e pai da Demandante.

Foi o próprio condutor do veículo que, no desespero, após realizar uma ligação para seu advogado, socorreu a vítima ao Hospital Samaritano, que em razão dos graves ferimentos sofridos pelo forte impacto, decorrente de ato ilícito e irresponsável do condutor do veículo, veio a falecer às 15:30h conforme Certidão de Óbito anexa.

Segundo se extrai do Exame Cadavérico realizado no Departamento de Medicina Legal de João Pessoa/PB (doc. anexo) o fortíssimo impacto causou um ferimentos de forma ovalar medindo 15cm na região frontal, a face mostra equimose de coloração





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

arroxeadas medindo 3 cm na região orbitária direita, os membros superiores, inferiores e o dorso mostram escoriações em placas medindo 3 a 10 cm cada uma, presença de infiltrado hemorrágico na face interna dos retalhos do cérebro, fratura nos ossos occipital, parietal e temporal esquerdo, presença de infiltrado hemorrágico difuso em todo o tecido cerebral, fratura no andar médio esquerdo e posterior, tendo como causa da morte traumatismo craniano com lesão meningo encefálica **(MORTE VIOLENTA)**.

Após uma leitura mais atenta e diante dessas circunstâncias e de outras que serão demonstradas mais adiante, conclui-se, que o condutor acusado trafegava em velocidade superior à exigida para a via, que é de 40 Km/h, conforme artigo 40, § 1º, inc. III do Decreto 62127/68 que regulamenta o Código de Trânsito Brasileiro e não observou o dever de cuidado.

Art. 40. A velocidade máxima, permitida para veículos automotores, será indicada por meio de placas e estabelecida em atenção às condições de trânsito em cada via.

Parágrafo único. Onde não existir sinalização indicadora de velocidade, esta poderá atingir:

II - Até quarenta Quilômetros (40 Km) por hora, nas vias secundárias;

Cumpram-se mencionar ainda que o indiciado se apresentou apenas 24 dias após o ocorrido e que o Inquérito Policial nº 007/99/DAV instaurado transcorreu na Delegacia de Acidentes da Capital, o qual investigou o fato delituoso e autuou o acusado, responsabilizando-o pela prática de crime conforme art. 302, Caput da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

No mesmo sentido, a Ação Penal Pública Incondicionada da 8ª Promotoria de Justiça Criminal apurou o evento e ofereceu a denúncia do acusado em 06/08/1999, à época com 24 anos de idade, por Homicídio Culposo, por entender estar evidenciada a culpa, através da imprudência do motorista em faltar ao dever de cuidado para com os pedestres no trânsito, acompanhando o resultado do inquérito policial conforme documento anexo.

Na ocasião, o membro do Ministério Público utilizou-se da seguinte Jurisprudência para fundamentar a denúncia:

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 8 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091



"Homicídio Culposo. Lesões corporais culposas. Acidente de veículo. Recurso manifestado em razão de divergência jurisprudencial.

Indiferente a hipótese de culpa das vítimas, que procuraram cruzar a rodovia, saindo pela frente do ônibus estacionado. Tem-se como culpado o motorista do veículo atropelador, que não guardou o cuidado necessário para evitar o acidente. Recurso improvido." (REsp 28960/PR, Rel. Min. José Cândido de Carvalho Filho).

Ocorre que, apesar de a investigação policial ter apontado para a culpabilidade do acusado e do entendimento do Parquet em oferecer a denúncia, o réu estranhamente foi absolvido da acusação.

Compulsando mais atentamente o autos, verifica-se que durante toda a fase de instrução da Ação Penal nº 200.99.043.609-5 instaurada, mais precisamente dos interrogatórios em audiência, infere-se que o acusado e as testemunhas inqueridas apresentaram diversas contradições relevantes em relação aos fatos que haviam sido ditos por elas, anteriormente no Inquérito Policial, além de que, outra testemunha que sequer visualizou realmente o fato, foi a que apresentou o maior número de contradições e que curiosamente foi decisiva, corroborando para a absolvição do denunciado.

Essas testemunhas deveriam ter sido desclassificadas por não terem presenciado efetivamente o momento exato do acidente.

Vale salientar ainda também que a Polícia Judiciária não realizou qualquer tipo de Exame no acusado, que se apresentou apenas 24 (vinte e quatro) dias após o fato, nem exames periciais no local do acidente, nem no veículo atropelador. Isto posto, nunca se saberá em verdade a dinâmica do acidente.

Dessa forma excelência, verifica-se a total carência de provas para se concluir pela absolvição sumária do acusado.

O resultado disso foi que a culpa total pelo acidente recaiu sobre a vítima, um aposentado, apenas pelo pré-julgamento quanto à sua idade, que foi acusado de, supostamente, ter atravessado fora da faixa de pedestre.

Como se atropelar alguém fora da faixa de pedestres fosse permitido por lei !

Sendo que o atropelamento e morte do pedestre em via, devidamente sinalizada, comprova a falta de atenção, notadamente, por estar trafegando em via do perímetro





urbano e não tendo o devido cuidado, além de, estar em velocidade incompatível com o local como se demonstrará mais adiante ou no mínimo com bastante desatenção.

Em verdade, se realmente estivesse trafegando em velocidade média de 40 km/h como afirmado em juízo, não teria o acusado causado uma morte violenta na vítima como foi.

A vítima, um aposentado de 81 anos de idade, teria corrido e atravessado na frente do veículo ? Impossível.

Curiosamente, após o atropelamento a primeira pessoa para que o acusado ligou foi para um advogado. O acusado manteve-se escondido e apresentou-se à Polícia apenas 24 dias após o evento. Se realmente os fatos se deram como ele afirmou, em local movimentado, tendo a vítima atravessado à sua frente, porque tanto receio em se apresentar à Polícia ? Com certeza Excelência não é um comportamento de quem não teve culpa.

Diante de tal injustiça, o que se busca com o ajuizamento desta ação é que os elementos probatórios sejam avaliados por este D. Juízo e que seja reconhecida no evento acidente, a culpa do condutor do veículo, uma vez que todos os indícios apontam para essa conclusão.

Não obstante, objetiva-se a apuração da responsabilidade civil do autor de ilícito penal, ressaltando-se a real independência da jurisdição civil, bem como sua relativização nos reflexos da sentença penal sobre o juízo cível, lembrando o texto contido no art. 935 do Código Civil que dispõe:

"Art. 935 - A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal".

Reconhecida a culpa do condutor, que seja a Parte Ré Banco Itaú S/A, sucessor do Unibanco Seguros, compelido a pagar o prêmio do Seguro para Danos Pessoais no importe de R\$ 461.300,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos reais), devidamente corrigido desde o evento danoso, pois o veículo estava coberto pela Apólice nº 1020015996615700138 do Unibanco Seguros à época do acidente com faz prova a cópia da apólice anexa.





Cabe ressaltar que durante a Ação Penal, os próprios proprietários do veículo atropelador solicitaram à Unibanco Seguros a disponibilização dos valores cobertos pela Apólice do Seguro, sendo que a Companhia nunca se pronunciou quanto a isso.

Nestes termos, à vista dos danos morais, de ordem reflexa, e materiais causados à viúva e filhos da vítima, e dada a impossibilidade de solução extrajudicial do presente conflito de interesses, não resta alternativa à demandante, senão o ajuizamento da presente ação, a fim de que lhes seja garantido o direito à reparação a que fazem jus.

3. DO DIREITO

3.1 DA IMPRESTABILIDADE DAS PROVAS NO QUE SE REFERE À RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ACIDENTE QUE ACOMETEU O FALECIMENTO DA VÍTIMA

Diante dos precários e, por óbvio, duvidosos elementos probatórios utilizados no processo, deixou-se inúmeras questões dúbias e contraditórias no processo sem resposta, o qual, se esclarecidos, retratariam com maior fidelidade e confiabilidade a ocorrência do acidente, já que seriam provas mais que suficientes da imprudência do motorista que, ao transitar desatentamente na via preferencial, causou o acidente, o que comprova o excesso de velocidade praticado.

Explicando o que estamos a afirmar, o Inquérito policial deixou de produzir o Exame Toxicológico no acusado, o Laudo Pericial no local do acidente, bem como perícia no veículo atropelador, instrumentos esses essenciais à elucidação de qualquer culpa em acidente de trânsito, comprovando assim o enfraquecimento dos elementos de convicção.

Conforme os trechos a seguir e cópias em anexo dos depoimentos no Inquérito Policial e das Audiências, vê-se claramente o quanto houveram inúmeras contradições relevantes, que incriminavam o acusado, mas que ficaram no processo sem resposta, levando assim, à absolvição do acusado. Vejamos :





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

Em depoimento na Delegacia em 21/06/1999, a primeira testemunha ouvida, **JOÃO NETO DE FIGUEIREDO**, Recepcionista do Hospital Samaritano disse:

" ... trabalha no Hospital Samaritano desde 1998, exercendo a função de Recepcionista; Que no dia 14/06/1999, se encontrava de plantão quando por volta das 13:00 horas, chegou um senhor em um veículo Ford Ka de cor prata de placa MNQ4345, com uma pessoa ensanguentada e dizendo que havia atropelado a mesma próximo a Av Getulio Vargas, "digo" próximo a Igreja Batista, localizada na Av Getulio Vargas; **Que o depoente observou que o veículo Ford Ka se encontrava com o parabrisa quebrado e com danos no paralamas direito;** Que o rapaz atropelador se encontrava muito nervoso e pedia ajuda, foi quando o depoente com a maca ajudou a transportar a vítima para o CTI do Hospital Samaritano; Que o rapaz somente dizia que era Bancário e que queria dar toda assistência à vítima, momento em que a vítima foi identificada por José Delfino Camilo; Que também ouviu o fato digo quando o motorista atropelador disse que havia atropelado a vítima ao vigilante do Hospital conhecido por Severino Berto; Que o motorista atropelador além de dizer que prestava toda assistência ainda deixou a placa do carro para ser anotada..."

Em 21/09/2000 na sala de audiência da 8ª Vara Criminal, no Fórum Arquimedes Souto Maior, nesta cidade e Comarca de Joao Pessoa em 21/09/2000 **JOÃO NETO DE FIGUEIREDO** falou:

"Que conheceu o acusado por ocasião do acidente; Que na época do fato trabalhava na função de recepcionista no Hospital Samaritano nesta Capital; Que no início da tarde do dia do fato, estava de plantão quando chegou um cidadão, identificado nesta audiência como sendo o acusado, em um veículo Ford Ka placa MNQ4345-PB conduzindo uma pessoa ensanguentada; Que dizia o dito senhor haver atropelado uma pessoa próximo a Igreja Batista na Av. Getulio Vargas; **Que observou o depoente que o parabrisa do veículo estava quebrado e o paralamas direito apresentava danos;** Que o condutor do veículo apresentava nervosismo e pedia ajuda para socorrer a vítima, que ainda apresentava sinais vitais; Que o depoente ajudou a transportar a vítima para o CTI; Que o acusado dizia-se bancário e demonstrava interesse em prestar assistência à

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 12 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 12



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

vitima; Que a vítima foi identificada como sendo José Delfino Camilo. Que ratifica o depoimento prestado na esfera policial; **Que a vítima faleceu no mesmo dia**; Que no momento do acidente passava Vanderberg Farias e Jasa Costa, que logo em seguida chegaram ao Hospital oferecendo-se para testemunhar sobre o fato; Que eles deixaram seus telefones e disseram ter presenciado o acidente; Que Vandeberg Farias deixou seu telefone celular 9322-3188 e Jasa Costa (084) 9431-3488 (Natal). **Dada a palavra para o representante do MP para perguntas nada requereu.**

Pontos relevantes nos depoimentos do Sr JOÃO NETO DE FIGUEIREDO que deveriam ter sido levados em consideração e não foram: Que o depoente trabalha no hospital e informa que observou que o parabrisa estava quebrado e o paralamas direito apresentava danos.

A segunda testemunha, **WANDEMBERG DOS SANTOS FARIAS**, inquerida na Delegacia em 30/06/1999 indagou :

“Que no dia 14/06/99, por volta das 12:30 horas, **se encontrava estacionando seu veículo ao lado da Primeira Igreja Batista**, localizada na Av Getulio Vargas, **momento em que ouviu uma zoadas como freio de veículo e ao olhar viu que um veículo de marca Ford K, de cor prata, havia atropelado um Senhor**; Que observou que o motorista, um rapaz de aproximadamente vinte e três anos, demonstrava muito nervosismo; Que um senhor de uma certa idade, vendo o nervosismo do motorista atropelador disse que colocasse a vitima no carro e levasse para o Hospital Samaritano, o que **imediatamente o motorista atropelador fez**, ou seja no próprio carro atropelador levou a vítima para o Hospital Samaritano; Que segundo informações a vitima ainda chegou no hospital com vida; Que não sabe informar a placa do veículo atropelador, como também não sabe informar o nome do motorista; **Que quinze minutos após esteve no Hospital para saber notícias da vítima e fornecer o número de seu telefone para servir como testemunha; Que no Hospital não mais encontrou o motorista atropelador**; Que não sabe informar o nome da vitima; Que no momento em que esteve no Hospital, logo após o atropelamento, esteve em companhia da Srta Jaza, que reside na cidade de Natal, tendo a mesma se comprometido a comparecer e ser ouvida como testemunha”.

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 13 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 13



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

Em 21/09/2000 na sala de audiência da 8ª Vara Criminal, no Fórum Arquimedes Souto Maior, nesta cidade e Comarca de Joao Pessoa **WANDEMBERG DOS SANTOS FARIAS** falou:

“Que não conhece o acusado; Que não conhecia a vítima José Delfino Camilo; Que ratifica o depoimento prestado na esfera policial, **acrescentando que ouviu freiada rápida e o momento do atropelamento; Que a vítima uma pessoa de idade avançada passou na frente do veículo sem a menor atenção; Que o motorista tentou desviar, mas não teve como evitar o choque com a vítima;** Que o motorista socorreu a vítima no próprio veículo conduzindo-a ao Hospital Samaritano; Que o depoente esteve no Hospital em companhia de Jasa, deixando o número de seus telefones para eventual intimação para depor sobre o fato presenciado; Que Jasa reside em Natal/RN. Dada a palavra ao representante do MP para perguntas respondeu: Que não viu se a vítima desceu de algum veículo; Que no local onde ocorreu o fato não havia faixa de pedestres; **Que mais ou menos há cinco metros do local existe faixa de pedestres; Que o veículo imprimia velocidade média de 40km/h;** Que havia fluxo de veículos no local do fato em razão do horário”.

Pontos relevantes nos depoimentos do Sr WANDEMBERG DOS SANTOS FARIAS que deveriam ter sido levados em consideração e não foram:

Esse depoimento é o que causa maior estranheza. Primeiro, o depoente informa que **estava estacionando o veículo ao lado da Igreja Batista no momento do acidente.** É de conhecimento público que antigamente, à época do acidente, que os veículos estacionavam nesse local com a frente para o muro da Igreja, dessa forma como o acidente se deu na via, não haveria, em tese, a possibilidade de ter presenciado o momento do acidente a sua traseira. Em depoimento na Polícia, informa que “**ouviu** uma zoadá como freio de veículo **e ao olhar viu** que um veículo de marca Ford K, de cor prata, havia atropelado um Senhor”. Já na audiência, o depoente, acrescenta encheu de detalhes o depoimento (diz acrescentando que ouviu freiada rápida e o momento do atropelamento; Que a vítima uma pessoa de idade avançada passou na frente do veículo sem a menor atenção; Que o motorista tentou desviar, mas não teve como evitar o choque com a vítima). Como uma pessoa que está estacionando um veículo consegue de frente, consegue relatar essa quantidade de detalhes? Como se percebe, essa testemunha não viu, no máximo ela poderia ter ouvido algo. Agora o mais estranho de tudo. Que em quinze minutos após, esteve no Hospital para saber notícias

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 14 de 38





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

da vítima e fornecer o número de seu telefone para servir como testemunha. Muito estranho, para um jovem de 26 anos de idade, duvidosamente presenciar um acidente, onde não conhece os envolvidos e alterar sua rotina normal de vida, para, voluntariamente, ir ao hospital distante e se oferecer para testemunhar. No mínimo estranho o seu testemunho e deveria ter sido questionado quanto a isso e não foi. Por qual motivo teve esse interesse ?

Em 09/07/1999, a terceira testemunha, **SEVERINO BERTO FILHO**, vigilante do Hospital Samaritano em depoimento na Delegacia relatou :

“ No dia 14 de Junho do corrente ano, se encontrava de serviço no Hospital Samaritano, quando por volta das 13:00 horas pode observar um senhor que chegava em um Ford Ka, de cor prata, com uma pessoa acidentada; Que essa pessoa se tratava de um senhor idoso que estava com um ferimento muito grande na cabeça; Que de imediato pegou uma maca e juntamente com uma das enfermeiras levou a vítima para o CTI; Que também pegou a placa do veículo e pediu para o motorista procurar a sua família para juntos tentarem resolver o problema causado; Que **foi informado pelo motorista atropelador que já havia entrado em contato com o seu advogado** e que o mesmo viria ao hospital para resolver esse problema e **que ele motorista iria embora**, que também falou para o depoente que se responsabilizaria pelas despesas que fossem necessárias; Que aproximadamente duas horas após ter chegado ao Hospital a vítima faleceu em consequências dos ferimentos causados pelo acidente”.

Em 21/09/2000 **SEVERINO BERTO FILHO**, na sala de audiência da 8ª Vara Criminal, no Fórum Arquimedes Souto Maior, nesta cidade e Comarca de Joao Pessoa, falou:

“Que conheceu o acusado por ocasião do acidente; Que não conhecia a vítima; Que é funcionário do Hospital Samaritano ; Que ratifica o depoimento prestado na esfera policial; Que **ouve comentários** que a vítima atravessou na frente do veículo sem prestar atenção; Que minutos depois chegaram ao Hospital três moças e um rapaz e informaram que a

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 15 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 15



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

vítima atravessou na frente do veículo sem a menor cautela; Que segundo essas pessoas, o rapaz não teve culpa. Dada a palavra ao MP respondeu: Que é o recepcionista é quem faz o registro de entradas; **que não sabe informar a hora do falecimento da vítima;** Que deixou o plantão as 19:00hs; Que quando deixou o hospital a vítima já tinha falecido; Que a vítima faleceu momentos depois de ter sido removida para o CTI; Que não tem condições se a vítima chegou com vida no hospital”.

Pontos relevantes nos depoimentos do Sr SEVERINO BERTO FILHO que deveriam ter sido levados em consideração e não foram:

Foi informado pelo motorista atropelador que já havia entrado em contato com o seu advogado e que ele motorista iria embora. Na audiência informou que ouviu comentários que a vítima atravessou a via sem atenção. De quem foram esses comentários, senão do motorista atropelador ?

Em 08 de julho de 1999, **EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE**, mãe do acusado, prestou depoimento na Delegacia e disse:

“Que é legítima proprietária do veículo Ford Ka, ano 1998, placa MNQ4345/PB, de cor prata, conforme faz prova o certificado de registro e licenciamento de veículo expedido pelo DETRAN-PB, de nº 4047668515, como também é devidamente habilitada; Que no dia 14/06/1999, seu filho Ivo Anselmo Meira de Albuquerque Filho, se encontrava dirigindo o referido veículo; Que o mesmo é devidamente habilitado sob o nº 00505447586, emitida em 05/02/1999 e com validade até 2004; Que o mesmo é habilitado desde o ano de 1993; Que no dia 14/06/1999 **se encontrava em sua residência quando por volta das 20:00 horas seu filho Ivo chegou** muito nervoso dizendo que havia atropelado um senhor na Avenida, digo, atropelado um senhor próximo à Igreja Batista, Igreja está localizada na Avenida Getúlio Vargas; Que disse seu filho Ivo que havia prestado socorro levando a vítima para o Hospital Samaritano, tendo deixado inclusive a placa do carro anotado nos registros do Hospital ; Que no dia seguinte a declarante ligou para o Hospital Samaritano na intenção de localizar endereço da família da vítima para prestar assistência no entanto não obteve êxito; Que somente nesta Delegacia é que tomou

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 16 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 16



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

conhecimento que a vítima se chamava José Delfino Camilo e que a mesma faleceu no mesmo dia do atropelamento”.

Pontos relevantes no depoimento da Sra. EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE que deveriam ter sido levados em consideração e não foram:

Informou na Delegacia que se encontrava em sua residência quando por volta das 20:00h seu filho chegou. Já seu filho informou em depoimento ter ido direto para casa.

Vinte e quatro dias após o acidente, em 08 de julho 1999, IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE, o acusado, se apresenta na Delegacia para prestar depoimento e disse:

“ Que é verdadeira a imputação que lhe está sendo feita no tocante ao atropelamento ocorrido no dia 14/06/1999, por volta das 12:45 minutos nas proximidades da Igreja Batista localizada na Avenida Getúlio Vargas, pois se encontrava dirigindo o veículo Ford Ka ano 98, placa MNQ4345-PB, de cor prata, pertencente a sua genitora quando ocorreu o atropelamento; Que o fato se verificou quando dirigia o citado veículo sentido Praça da Independência/Lagoa; Que **vinha dirigindo o veículo já em frente ao Edifício Atrium na faixa da esquerda**, pois tinha um ônibus parado apanhando passageiros, momento em que **observou a vítima em pé no canteiro que divide a referida avenida**; Que para surpresa do interrogado, quando ia passando a **vítima saiu do canteiro**, provavelmente com o objetivo de apanhar o ônibus e não dando para desviar o veículo atropelou a vítima; Que ficou muito nervoso, preocupado com a vítima e **imediatamente socorreu** a mesma com a ajuda de algumas pessoas levando-a para o Hospital Samaritano, tendo inclusive deixado no registrado a placa do veículo; Que socorreu a vítima no próprio carro atropelador; Que a vítima era um senhor de idade já avançada e se lembra que a mesma se chamava José; Que ainda **permaneceu algum tempo no hospital aguardando familiares da vítima, como não apareceu ninguém se deslocou para sua residência**; Que no mesmo dia a tarde, mandou um amigo comparecer ao Hospital para ter notícias da vítima; Que no dia seguinte tomou conhecimento de que a vítima José havia

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 17 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 17



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

falecido; Que não exercia alta velocidade, até porque o movimento na avenida onde houve o atropelamento no horário do fato era de grande movimento".

Em 22/02/2000 IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE, acusado pelo atropelamento, disse em Interrogatório na sala de audiência da 8ª Vara Criminal, no Fórum Arquimedes Souto Maior, nesta cidade e Comarca de Joao Pessoa:

"Que dirigia seu veículo no sentido praia/centro; Que o acidente ocorreu em um via em frete à Igreja Batista; Que a vítima foi atingida na pista de rolamento dos veículos; Que a vítima vinha na pista da direita para a esquerda do interrogado; Que a vítima foi atingida pela parte frontal (meio) do veículo; Que o veículo dirigido pelo interrogado trafegava a aproximadamente 40 a 60 km/h; Que o veículo atingiu a vítima antes do sinal existente em frente à Igreja Batista; Que o sinal se encontrava aberto para o interrogado; Que o interrogado tem celular porem não estava utilizando na época do fato inclusive acrescenta que o Juízo se assim o entender poderá solicitar informações à operadora; Que a família da vítima recebeu o seguro obrigatório; Que o interrogado informa que tem um seguro que providencia o pagamento das despesas médicas e fúnebres; Que o horário dos acontecimentos é de muito movimento, inclusive de alunos deixando o Liceu e tais fatos impediram o acusado de desenvolver alta velocidade mesmo de assim o quisesse".

Pontos relevantes nos depoimentos do Sr IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE que deveriam ter sido levados em consideração e não foram:

1 - Por que só se apresentou na Delegacia para depor 24 dias após o acidente?

2 - Na delegacia disse que dirigia o veículo pela faixa da esquerda, que observou a vítima em pé no canteiro que divide a referida avenida e que a vítima saiu do canteiro central. Já na Audiência, mudou o depoimento e falou que a vítima vinha na pista da direita para a esquerda. E nada lhe foi questionado.

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 18 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 18



3 - Disse que imediatamente socorreu a vítima, mas o advogado informa abaixo que recebeu uma ligação telefônica do acusado e que foi o patrono que o orientou a socorrer a vítima para o hospital. Então, não foi imediatamente. Houve um lapso temporal.

4 - Disse que a vítima foi atingida pela parte frontal (meio) do veículo. Mas como explicar o parabrisa e paralamas direito avariados, informados pelo funcionário do hospital ?

5 – Em depoimento na Delegacia informou “*Que não exercia alta velocidade, até porque o movimento na avenida onde houve o atropelamento no horário do fato era de grande movimento*”. Já na Audiência disse que o veículo dirigido pelo interrogado trafegava a aproximadamente 40 a 60 km/h. Percebe-se que nem o acusado tem certeza da velocidade que transitava. Já admitiu que trafegava a 60 Km/h. Velocidade incompatível com a via.

6 – Um veículo que transita com essa velocidade afirmada (40 km/h) é normalmente possível de desviar de um objeto que atravessasse a sua frente. Como explicar isso ?

7 – Como foi possível um veículo a 40 km/h atropelar um cidadão a ponto de quebrar o parabrisa e matar violentamente uma pessoa ?

8 – Como foi possível uma freada a 40 km/h deixar marcas de freio no asfalto ?

A defesa arrolou a testemunha, o Sr LUIZ BARBOSA DA SILVA FILHO, que em 09 de abril de 2001, testemunhou como segue:

“Que conhece o acusado a mais de 10 anos; Que nada sabe que desabone a conduta do acusado; Que o acusado é profissional de informática; Que nunca viu a habilitação do acusado, mas acredita que ele esteja habilitado para dirigir veículo automotor; Que tomou conhecimento do acidente através do acusado; Que o acusado informou ao depoente que ia descendo na Avenida que passa em frente à Igreja Batista, para pegar o Liceu Paraibano e atropelou um ancião que passou na frente do veículo; Que informou ainda que tentou evitar o atropelamento mas não conseguiu; Que é do seu conhecimento que o acusado socorreu a vítima; Que retornando do hospital, o acusado procurou o depoente que estava no trabalho e contou a ocorrência; Que o depoente saiu com ele no carro e se dirigiu ao Hospital Samaritano constatando que a vítima já havia sido atendida; Que foi informado que a vítima tinha chegado com vida e estava sendo assistida; Que em





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

seguida na companhia do acusado, retornou ao local do acidente e viu as marcas de pneu no asfalto, como se o acusado estivesse desviando o veículo de algum obstáculo; Que o acusado comentou que imprimia ao veículo uma velocidade normal; Que não lembra a hora do acidente; Que logo depois o acidente existe um semáforo e uma faixa de pedestres; Que não tem como dirigir com velocidade excessiva no local do fato, porque logo em seguida há um semáforo e uma faixa de pedestre; Que esteve uma vez apenas no Hospital na companhia do acusado, onde ele permaneceu alguns minutos; Que o acusado identificou-se no Hospital Samaritano; Que tomou conhecimento do falecimento da vítima através do acusado, porém não lembra o dia e a hora”.

Em Audiência de instrução e Julgamento na data de 09 de abril de 2001, o MP requer que seja julgada improcedente a peça inicial e pede a absolvição do acusado na denúncia nos seguintes termos:

“A prova testemunhal através do depoimento de Vandemberg dos Santos Farias, que presenciou o fato, que o réu tentou desviar a vítima, inclusive procedendo uma freada rápida. Por seu turno, a vítima, um ancião, teria atravessado a avenida fora da faixa de pedestres e sem prestar qualquer atenção. Nenhuma outra versão foi apresentada nesse processo penal”.

Vale salientar que essa testemunha Vandemberg dos Santos Farias informou que estava estacionando o veículo no momento do acidente. Cumpre lembrar que a época do acidente estacionava-se de frente ao muro da Igreja. Portanto, o acidente ocorreu fora de seu alcance de visão. Aliás, disse precisamente com essas palavras em depoimento na Delegacia “ter ouvido e quando olhou” portanto definitivamente não viu precisamente o acidente como informou. Mesmo assim, seu depoimento contraditório foi aceito pelo Ministério Público como válido.

O advogado de defesa, o Sr IZOMAR BARBOSA DA SILVA OAB/PB 9131 informou e argumentou o seguinte:

“No dia do acidente, por volta das 12:30 horas, este patrono se encontrava em Cabedelo, almoçando no

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 20 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 20



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

Restaurante sete Sabores, quando o acusado telefonou para o seu celular informando sobre o acidente, pois o mesmo se encontrava no local do acidente e se mostrava choroso pelo telefone e muito nervoso. De imediato, este patrono lhe orientou que o mesmo conduzir a vítima de imediato, para o hospital mais próximo do local (hospital samaritano) o que foi feito. As 14:00 horas, este patrono se dirigiu ao hospital e conversando com o acusado, que se encontrava em frente ao Hospital, juntamente com o veículo causador do acidente, para informar ao seu patrono sobre os fatos. Contando o que realmente havia acontecido, fui informado na recepção do hospital, que a vítima estava sobre os cuidados médicos de urgência. Ficando no hospital, o acusado e o seu patrono até as 06:00 horas da noite, quando voltamos para casa. O acusado não tinha nenhuma condição psicológica de dirigir, motivo pelo qual este patrono o conduziu para sua residência, onde passou a noite chorando. No dia seguinte, sua genitora ao telefonar para o hospital, recebeu informações de que a vítima teria falecido pela manhã, motivo pelo qual este patrono relatados fatos, requerendo ao Douto Ministério Público e este Juízo, sua absolvição, até porque o acusado colocou à disposição da viúva, como consta nos autos as fls 44, uma apólice de seguro no valor de R\$ 661.300,00, para que antecipadamente supra futuras reparações por danos morais e materiais por parte da vítima e seus familiares, ratificando nesta oportunidade o pedido de absolvição do acusado”.

Diante de tantas contradições nos depoimentos pessoais das supostas testemunhas, demonstra-se então a total falta de credibilidade das mesmas.

Como fartamente provado, entre o Inquérito Policial e a Instrução Processual da Ação Penal restaram várias contradições relevantes que demonstram total ausência de veracidade e credibilidade das testemunhas, o que não foi observado à época pela Promotoria, nem pelo Juízo, o que não impede de ser demonstrado nesta seara.

No caso em questão, restou comprovado também que o dano causado à vítima se revestiu de imprudência e negligência, uma vez que o condutor do veículo, em desobediência às leis de trânsito, conduziu seu veículo em velocidade incompatível com

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 21 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 21



a via e sem observar os deveres de cuidado, não teve a atenção necessária e, sem justo motivo, causou o acidente. Prova disso, foram seus depoimentos contraditórios.

A falta de busca de provas, somada às contradições nos depoimentos e as marcas de frenagem permitem reconhecer que o réu trafegava com seu veículo em velocidade superior à permitida para o local, o que concorreu de forma predominantemente para o atropelamento da vítima.

A conduta da vítima ao atravessar uma via pública composta de várias pistas, em local desprovido de faixa de segurança para pedestre, não constitui motivo para se alegar culpa da vítima, pois é comum se atravessar a via fora da faixa exclusiva para pedestres.

Da forma como foi conduzida a Ação Penal, esta se tornou imprestável, vez que propositadamente a culpa pelo evento danoso restou atribuída exclusivamente à vítima, quando, na verdade, o acidente poderia ter sido evitado se o agente condutor do veículo tivesse transitado em velocidade permitida e com a devida atenção.

É do conhecimento comum que um veículo trafegando a 40 Km/h, como afirmou o atropelador, consegue sem qualquer dúvida, desviar de obstáculos que surjam a sua frente. E que uma freada, por mais brusca que seja, nessa velocidade, não deixa sinais no asfalto.

3.2 DO DIREITO À REPARAÇÃO PELOS DANOS

Está assegurado na Constituição Federal de 1988 o direito relativo à reparação de danos :

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

Segundo prescreve o art. 186 do Código Civil, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Assim, de acordo com as normas positivadas em nosso ordenamento jurídico, o dano causado à vítima é proveniente de ato ilícito, gerando a obrigação de indenizar. No mesmo sentido, diz a jurisprudência:

CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO DE VEÍCULOS – REPARAÇÃO DE DANOS – ECT – 1- A responsabilidade resultante do art. 159 do Código Civil pressupõe a existência do comportamento do agente, do dano, da relação de causalidade e da culpa ou dolo. Preenchidos tais requisitos, impõe-se a observância da seguinte regra: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano". 2 - Com efeito, como acima explicitado, a Responsabilidade subjetiva tem como requisitos a conduta, o dano, o nexo causal e a culpa. A partir do momento em que alguém, mediante conduta culposa, viola direito de outrem e causa-lhe dano, está diante de um ato ilícito, e deste ato deflui o inexorável dever de indenizar. Assim, configurado o nexo causal entre o dano e a culpa, é devida a indenização. In casu, o dever de indenizar surgiu com a conduta culposa da Ré, que agiu de forma imprudente que é a falta de cautela ou cuidado por conduta comissiva, positiva, por ação. Com efeito, foi exatamente o ocorrido quando da colisão, a falta de cuidado do Réu ao adentrar em uma pista do lado oposto, sem observar as condições de tráfego do local, ou seja, sem a prudência de olhar se viria outro carro no sentido contrário. Deste modo, encontra-se presente, portanto, o requisito imprescindível para caracterizar a responsabilidade prevista no art. 159 do CC. 3 - Apesar da tentativa da apelante em rechaçar o depoimento prestado por José Ricardo Rodrigues, foi o que formou o convencimento do juízo para o deslinde da causa 4 - Recurso conhecido, porém desprovido. (TRF 2ª R. – AC 93.02.14728-2 – 6ª T. – Rel. Des. Fed. Poul Erik Dyrland – DJU 04.12.2003 – p. 238) JCCB.159.

ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO. A indenização deve corresponder ao montante necessário para repor o veículo nas condições em que se encontrava antes do sinistro, ainda que superior ao valor de mercado; prevalece aí o interesse de quem foi lesado. Embargos de divergência conhecidos e recebidos. (STJ, ERESP 324137 da Corte Especial, Min. Ari Pargendler, relator, j. 05.02.2003).

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 23 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 23



Está evidente, segundo a legislação especial que o réu causou o acidente e morte da vítima, devendo, conforme a lei, repará-los. De acordo com o que reza o art. 28 do Código de Trânsito Brasileiro:

“o condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis a segurança do trânsito.”

Em resumo, é incontestável que o condutor do veículo causador do atropelamento e morte agiu em desconformidade com as normas de trânsito vigentes, restando evidenciado com isso o dever de indenizar.

3.3 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS DEMANDADOS E A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR DANOS CORPORAIS - DANOS MORAIS E DANOS MATERIAIS

O Superior Tribunal de Justiça, através de recurso repetitivo REsp nº 962.230, entendeu que ações dessa natureza não podem ser propostas em desfavor apenas da seguradora do terceiro causador do acidente, devendo-se incluir o mesmo também, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS AJUIZADA DIRETA E EXCLUSIVAMENTE EM FACE DA SEGURADORA DO SUPOSTO CAUSADOR. DESCABIMENTO COMO REGRA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. Descabe ação do terceiro prejudicado ajuizada direta e exclusivamente em face da Seguradora do apontado causador do dano.

1.2. No seguro de responsabilidade civil facultativo a obrigação da Seguradora de ressarcir danos sofridos por terceiros pressupõe a responsabilidade civil do segurado, a qual, de regra, não poderá ser reconhecida em demanda na qual este não interveio, sob pena de vulneração do devido





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

processo legal e da ampla defesa. 2. Recurso especial não provido.

(REsp 962.230/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/02/2012, DJe 20/04/2012).

TJMT-0155353) AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - AUSÊNCIA DE PERÍCIA - DOCUMENTOS APRESENTADOS SUFICIENTES PARA O DESLINDE DA CAUSA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA CONCORRENTE - CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE CIVIL - REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO - PENSÃO MENSAL A GENITORA - COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. No caso, a falta de perícia não constitui cerceamento de defesa, sendo desnecessária em razão das demais provas constantes nos autos. Restou incontroversa a conduta imprudente do condutor da caminhonete, provocando o acidente. A culpa é patente e gera a responsabilidade de indenizar, mesmo diante da falta de cautela da vítima que também infringiu as leis do trânsito ao ultrapassar veículos que estavam parados na pista, fato que, por sua vez, atenua a responsabilidade do réu pelo sinistro. O pensionamento mensal é devido à genitora em acidente causado por acidente de trânsito, vez que demonstrada a dependência econômica. O arbitramento do valor da indenização decorrente de dano moral deve ser feito de acordo com os aspectos do caso, sempre com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos e à capacidade econômica das partes. (Apelação nº 0001151-66.2015.8.11.0010, 3ª Câmara de Direito Privado do TJMT, Rel. Carlos Alberto Alves da Rocha. j. 21.03.2018, DJe 27.03.2018).

Apenas para ilustrar, traz à baila as lições do professor Sérgio Cavalieri Filho, na sua obra Programa de Responsabilidade Civil, 7ª Ed. 2007, p. 412, in verbis:

“Neste seguro, subespécie do seguro de danos, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiros. À primeira vista, parece tratar-se de um seguro feito em benefício de terceiro, mas, na realidade, tal não ocorre. O beneficiário é o próprio segurado, porquanto o que ele realmente objetiva é não ter que desembolsar a indenização eventualmente devida a terceiro”

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 25 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 25



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

Essa razão está estampada no nosso ordenamento jurídico quando trata dessa subespécie de seguro como facultativo, estando previsto no Código Civil Brasileiro no artigo 787 que diz:

“Art. 787: No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro.”

Como se observa, o seguro de responsabilidade civil não é, efetivamente, estipulação em favor de terceiro, mas em favor do próprio segurado que, por força do contrato, poderá exigir da seguradora a reposição das perdas e danos, decorrentes de eventual obrigação de indenizar as vítimas em relação às quais seja reconhecida a sua responsabilidade.

Mesmo que o condutor não fosse filho da promovida, **o proprietário do veículo sempre tem o dever de ressarcir dano causado por quem conduz seu veículo**, haja vista o dever de cuidado que deve ter no empréstimo do veículo e na escolha e/ou permissão do motorista (culpa in elegendo).

"22000039 - INDENIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - VEÍCULO DIRIGIDO POR TERCEIRO - FATO QUE NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DO AUTOMÓVEL - PRECEDENTES DA TURMA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - Merece reparo a decisão monocrática que exclui a responsabilidade civil do proprietário de veículo, transferindo-a ao seu condutor. Há uma presunção legal de culpa de determinadas pessoas se outras praticam atos danosos. A culpa do autor do dano acarretará a da pessoa do proprietário, pois ela terá o dever de vigilância. Recurso conhecido e provido". (TJRN - Rec. Civ. 162/96 - T.R. - Rel. Juiz João Rebouças - J. 06.02.1997 - v. u.) (grifamos)
"9009002 - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - AUTOMÓVEL CONDUZIDO PELO IRMÃO DO SEU PROPRIETÁRIO - Danos ocasionados a outrem - Culpa in eligendo do dono do veículo caracterizada, respondendo ele pelos prejuízos acarretados a terceiro - Legitimidade da sua presença no pólo passivo da relação processual - Sentença de extinção da ação cassada - apelação provida. É pacífico o entendimento jurisprudencial de que, "em face

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 26 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 26



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

dos termos do art. 159 do cc, o proprietário do veículo e responsável pelos danos a que este der causa, mesmo que conduzido por outrem, em virtude de culpa in eligendo, desde que para eximir-se de tal responsabilidade solidária com o condutor seria necessária à comprovação de ter sido o automóvel posto em circulação contra a sua vontade". (RT 617/99). (TAPR - AC 131108600 - (9378) - Guarapuava 5ª C. Cív. - Rel. Juiz Duarte Medeiros - DJPR 06.08.1999).

(JECCDF-0069766) CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. FIRMADA A CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR DO VEÍCULO CELTA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA PARTE RECORRENTE, POR CONSTAR COMO PROPRIETÁRIA DO AUTOMOTOR NOS CADASTROS DO DETRAN/DF. I. PRELIMINARES REJEITADAS: A. Impugnação à gratuidade de justiça deferida a requerida (suscitada em contrarrazões). O juiz somente poderá indeferir o pedido de Assistência Judiciária Gratuita se houver, nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais à concessão da medida, o que não se verifica no caso concreto (CPC, Art. 99, § 2º). Demonstrada a atual situação de hipossuficiência, confirma-se o deferimento do benefício, sem prejuízo de posterior demonstração pelo credor (nos 5 anos subsequentes ao trânsito em julgado do acórdão) de eventual alteração da situação econômica do ex adversus (CPC, Art. 98, § 3º). B. Nulidade por cerceamento de defesa, por ausência de citação do 1º correu e homologação do pedido de desistência após a interposição do recurso. Não obstante o pedido de desistência do processo (faculdade do requerente/recorrido, à míngua de hipótese de litisconsórcio passivo necessário) em relação ao 1º réu (U.R.R. P - não citado), tempestivamente formulado pelo requerente/recorrido no curso da instrução probatória (Id 2663959 - CPC, Art. 485, § 5º), tenha sido homologado somente em decisão de reconsideração (de ofício) dos embargos de declaração (opostos pela própria apelante), a recorrente foi devidamente intimada dos termos do decisum, tanto que apresentou novo recurso (após a publicação), em 20.09.2017. E, ainda que assim não fosse, não se divisaria a alegada nulidade por cerceamento de defesa, porquanto os efeitos do indevido decreto de revelia do corréu não alcançariam a esfera jurídica da recorrente, que teve garantido o exercício do contraditório e a ampla defesa (CPC, Art. 345, I). C. Ilegitimidade passiva da parte recorrente. **O proprietário do veículo responde de forma solidária pelos danos causados por terceiros, a autorizar que a parte prejudicada opte**

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 27 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 27



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

por demandar contra o condutor, o proprietário ou contra ambos (CC, Art. 275).

Ademais, ausente efetiva comprovação de que o condutor, também seria o atual proprietário do automotor no momento do sinistro. Insuficiência, no particular, do "instrumento particular" (sem reconhecimento de firma, sem chancela oficial a atestar a data da suposta transação, sem a comunicação da alegada alienação aos órgãos competentes, sem juntada do DUT preenchido e sem comprovante do recebimento do preço) a elidir o direito do apelado à indenização dos danos decorrentes do sinistro, de sorte que a parte recorrente, se for o caso, deverá se valer dos meios adequados à composição dos prejuízos (CC, Art. 283), conforme, aliás, previsto na Cláusula 3.4 do "contrato de promessa de compra e venda do veículo" ("3.4. Faculta-se à Promitente Vendedora a busca de seus interesses em ação de regresso, caso seja compelida a pagar, ressarcir ou adimplir obrigações decorrentes da utilização do veículo por parte do Promitente Comprador ou de terceiros que vierem a manuseá-lo"). II. MÉRITO. Afastadas as preliminares (nulidades e ilegitimidade passiva) e ausente específica irresignação no que refere à dinâmica dos fatos (firmada a culpa exclusiva do condutor do veículo GM Celta, JFZ 4959/DF, para a ocorrência do evento danoso), impõe-se a confirmação da sentença ora revista. III. Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Condenada a parte recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade de justiça (Lei nº 9.099/95, Arts. 46 e 55 e CPC, Art. 98, § 3º). (Processo nº 07009158320178070020 (1065484), 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais/DF, Rel. Fernando Antônio Tavernard Lima. j. 06.12.2017, DJe 13.12.2017).

Quanto à responsabilidade civil da Ré, é **objetiva** por fato de outrem, vez que o seu filho cometeu ato ilícito quando conduzia o veículo e não respeitou as normas de circulação em vias para veículos automotores e sob a direção deste.

A demandada é solidariamente responsável pelos danos injustos causados à Autora com o acidente de trânsito que resultou na morte de seu pai.

Diante dessas alegações, fácil concluir que a proprietária do veículo, também é responsável solidariamente pela reparação do dano, em dois aspectos.

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 28 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 28



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

No primeiro, por ser a mesma proprietária do veículo. Já no segundo aspecto, o proprietário deverá responder por culpa "in elegendo" e "in vigilando", já que entregou seu carro aos cuidados de uma pessoa que não tem a mínima noção de trânsito.

Tendo em vista o amparo legal, bem como os fatos narrados, verifica-se a legitimidade das partes, a possibilidade jurídica e a necessidade do pedido.

No tocante ao ônus probatório da Requerente, por certo lhe compete provar tão somente os seguintes requisitos exigidos pela lei: a ocorrência do fato (acidente de trânsito), a culpa do Réu que conduzia o veículo, os danos causados, qual seja a morte da vítima e o nexo causal entre o fato e os danos injustos.

No que se refere à responsabilidade da Seguradora, a Jurisprudência é unânime :

TJMG-1002778) APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DEFEITO NO SISTEMA DE FREIOS - NEXO DE CAUSALIDADE - RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - **SEGURADORA - SOLIDARIEDADE - PENSIONAMENTO MENSAL**. 1. Os requisitos que definem a responsabilidade civil e a obrigação de indenizar decorrem da demonstração dos danos suportados pelos pais da vítima fatal e da conduta culposa do motorista do veículo envolvido no acidente, ligados pelo necessário nexo de causalidade (CC, art. 927). 2. "O defeito do veículo, em algum de seus componentes, que provoca o acidente, não se enquadra ao conceito de caso fortuito ou força maior". 3. "O [...] dano estético - está voltado para fora, vulnera o corpo, atinge, desfigura a silhueta, a beleza e a plástica, corresponde ao patrimônio da aparência. O [...] dano moral - é intrínseco, está voltado para dentro, afeta os sentimentos, macera a alma, penetra nos domínios da emoção, incorpora-se ao psiquismo, integra a essência do ser: constitui o acervo da consciência". 4. No que diz respeito ao quantum da indenização por danos morais, assim como do dano estético, sabe-se que não há critério objetivo para o arbitramento, e, assim, o julgador deve valer-se de moderação, levando em conta o grau de culpa e a extensão dos danos causados, bem como a situação econômica das partes. 5. **"É possível a condenação da seguradora, direta e solidariamente com o segurado, a pagar indenização devida à vítima de acidente de trânsito, nos limites contratados na apólice, na hipótese em que a**

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 29 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 29



seguradora comparece em juízo aceitando a denúncia da lide feita pelo segurado" (REsp 925.130/SP). 6. "O benefício previdenciário é diverso e independente da indenização por danos materiais ou morais, porquanto, ambos têm origens distintas. Este, pelo direito comum; aquele, assegurado pela Previdência. A indenização por ato ilícito é autônoma em relação a qualquer benefício previdenciário que a vítima receba" (AgRg no AgRg no REsp 1.292.983/AL). (Apelação Cível nº 9921068-35.2008.8.13.0024 (1), 12ª Câmara Cível do TJMG, Rel. José Flávio de Almeida. j. 22.11.2017, Publ. 27.11.2017).

3.4 DOS DANOS MORAIS

Além da demandante, a vítima também deixou sua esposa juntamente com sete filhos conforme carteiras de identidades em anexo, sendo 6 homens capazes e 1 mulher capaz que renunciam seus direitos de postular judicialmente, em favor de sua irmã e de sua genitora.

Com a morte trágica e violenta de seu pai, a maior incapaz Requerente perdeu, além da companhia imprescindível de um membro de sua família, aquele que lhe daria toda educação necessária para a vida, bem como o seu sustento que com sua aposentadoria proporcionava-lhe todo o sustento e condições para uma vida digna.

Ora, a vítima era esposo e pai da promovente, revelando que, *in casu*, as reparações que se postulam referem-se aos danos morais reflexos e àqueles de ordem material, consubstanciados no dever de pensionamento mensal, vez que O "*de cujus*", com o seu salário, contribuía para o sustento e manutenção do lar, perda esta que clama por reposição.

Quanto aos primeiros, a doutrina os tem definido como os danos que afetam os atributos personalíssimos, que, insuscetíveis de apreciação econômica, encontram-se sujeitos à vulneração, provocando dor e sofrimento às vítimas indiretas. É evidente que a perda de um ente querido, mormente um esposo e pai de família, traz profunda tristeza e inconformismo à família, tornando despiciendo demonstrar os prejuízos sofridos, porquanto estes se fazem presumidos. Senão vejamos:





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

“O conteúdo do dano moral devido em decorrência da morte de um ente querido é o sofrimento, a tristeza, a dor irreparável da perda, o abalo emocional, sentimentos que são presumíveis no caso de perda de ente querido. A indenização tem por fim minorar o sofrimento e não indenizar uma vida humana, visando, ainda, atingir um fim educativo para aquele que cometeu o ato ilícito”. (TJ-MG - AC: 10027092108045001 MG , Relator: Hilda Teixeira da Costa, Data de Julgamento: 07/05/2013, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/05/2013).

“[...] A morte de um ente querido, especialmente do filho menor, a toda evidência, desencadeia naturalmente uma sensação dolorosa de fácil e objetiva percepção, dispensada a demonstração, notadamente em razão da imprevisibilidade do evento. É o que se chama de danos morais reflexos ou por ricochete. Ou seja, embora o evento danoso tenha afetado determinada pessoa, seus efeitos acabam por atingir, indiretamente, a integridade moral de terceiros (préjudice d'affection). [...]”. (TJ-DF - APO: 20130110559102 DF 0002888-62.2013.8.07.0018, Relator: ALFEU MACHADO, Data de Julgamento: 11/09/2014, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/09/2014 . Pág. 135).

TJPA-0094326) PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRANSITO COM EVENTO MORTE. A DESPEITO DE A APELANTE PRETENDER O RECEBIMENTO DE PENSÃO PELO PERÍODO DE 47 (QUARENTA E SETE) ANOS EM RAZÃO DA MORTE DO SEU FILHO MAIOR, QUEDOU-SE INERTE EM COMPROVAR QUE ESTE EXERCIA ATIVIDADE ECONÔMICA OU MESMO QUE ESTA DEPENDESSE DO TRABALHO DA VÍTIMA PARA SEU SUSTENTO. A JURISPRUDÊNCIA É ASSENTE NO SENTIDO DE QUE CASO HAJA A COMPROVAÇÃO DE QUE A FAMÍLIA POSSUI BAIXA RENDA, A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA É PRESUMIDA, ENTRETANTO NÃO HÁ NOS AUTOS QUALQUER ELEMENTO PROBATÓRIO QUE POSSIBILITE A ESTA MAGISTRADA AFERIR SE DE FATO A FAMÍLIA É POBRE, NÃO PODENDO O JUDICIÁRIO DECIDIR COM BASE EM MERAS SUPOSIÇÕES. EM NENHUM MOMENTO HOUVE A DESINCUMBÊNCIA DO ÔNUS ESTABELECIDO PELO ART. 333, I, DO CPC/73, PARA QUE SE VERIFICASSE QUE O EVENTO MORTE TROUXE LESÃO PARA A RENDA FAMILIAR, MOTIVO

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tím) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 31 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 31



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

PELO QUAL ENTENDO ACERTADA A SENTENÇA NESTE TOCANTE. COM RELAÇÃO AO QUANTUM INDENIZATÓRIO, CABE AO MAGISTRADO A DIFÍCIL TAREFA DE ARBITRAR O VALOR ADEQUADO DA INDENIZAÇÃO, SEGUNDO SEU PRUDENTE ARBITRIO, ACATANDO O PRINCÍPIO DA EQUIDADE, PROCURANDO PROPORCIONAR AO OFENDIDO, MEIOS PARA ABRANDAR O CONSTRANGIMENTO E OS DESCONFORTOS SOFRIDOS, SEMPRE COM VISTAS À POSIÇÃO SOCIAL DO OFENDIDO, E À ECONÔMICA DO OFENSOR. IMPERIOSO LEMBRAR QUE ESTAMOS DIANTE DE UMA CONDUITA QUE RESULTOU NO EVENTO MORTE. ASSIM, ENTENDO QUE A QUANTIA DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) NÃO É RAZOÁVEL E DEIXA DE CUMPRIR COM OS OBJETIVOS PEDAGÓGICO E SANCIONATÓRIO. APESAR DA INDENIZAÇÃO NUNCA SER SUFICIENTE PARA QUEM PERDEU UM ENTE QUERIDO, AO MENOS O VALOR DEVE SER CONDIZENTE COM A DOR DA PERDA PREMATURA DE UMA VIDA, MOTIVO PELO QUAL ESTE VALOR DEVE SER MAJORADO PARA A QUANTIA DE R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA MAJORAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PARA R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), MANTENDO A SENTENÇA NOS SEUS DEMAIS TERMOS. (Apelação nº 00366480220118140301 (190630), 1ª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. Gleide Pereira de Moura. j. 24.04.2018, DJe 25.05.2018).

Portanto, inquestionável o dano moral de ordem reflexa, requer-se a condenação dos demandados ao *quantum* indenizatório a ser arbitrado por este juízo, em atenção aos aspectos satisfativo e punitivo que compõem *decisum* dessa natureza.

A fixação de valores indenizatórios pelos danos morais causados, por certo não diminui a dor e o sofrimento sentidos por uma família, que é privada de um ente querido, do provedor do sustento do lar. Isso não faria voltar ao seu convívio à vítima, mas, por outro lado, traria um pouco de segurança e conforto à viúva e aos filhos que se viram desamparados com a ausência paterna.

Apesar de ser claro que a vida humana não tem preço, torna-se medida de justiça a indenização pelo causador do falecimento.

É nesse sentido que entende a melhor jurisprudência:

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 32 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 32



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA PELO RITO SUMÁRIO. ATROPELAMENTO COM ÓBITO DE CICLISTA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DA RÉ CUJO APELO BUSCA A REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SOFRIDO. INVIABILIDADE. QUANTUM FIXADO COM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECONHECIMENTO E CONHECIMENTO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. 1- DEVIDA É A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, CONFIGURADO NA DOR DA MORTE DE FILHO, CUJO VALOR DEVE CONSIDERAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DE CADA CASO, DE FORMA A COMPENSÁ-LA RAZOAVELMENTE. 2- APLICÁVEL AO CASO A SÚMULA Nº 54 DO STJ, SEGUNDO O QUAL OS JUROS MORATÓRIOS DECORRENTES DE RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL FLUEM DA DATA DO FATO. 3 - A AUTORA DECAIU DE PARTE CONSIDERÁVEL DO PEDIDO, IMPONDO-SE O RECEBIMENTO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, CONSOANTE O ARTIGO 20, CAPT, CPC. 4 –RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível nº. 0039194-91.2008.8.19.0205, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Relator: Des. Zélia Maria Machado, julgado em 25/01/2011).

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - LAUDO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA - PRESUNÇÃO 'IURIS TANTUM' DE VERACIDADE - INEXISTÊNCIA DE PROVA ROBUSTA EM CONTRÁRIO - CULPA DEMONSTRADA - DANO MORAL PRESUMIDO - 'QUANTUM' INDENIZATÓRIO - FIXAÇÃO - DANOS MATERIAIS - DEMONSTRAÇÃO FÁTICA DO PREJUÍZO - NECESSIDADE - PENSÃO MENSAL - PROVA DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA VÍTIMA E RENDIMENTO PRÓPRIO - INEXISTÊNCIA. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0309.06.011306-0/002, Décima Quarta Câmara Cível Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Relator: Des. Antônio de Pádua, julgado em 20/05/2010).

Reconhece-se, dessa forma, em favor da autora o direito a uma compensação pecuniária pela morte do pai, em razão do rompimento do vínculo paternal.

A compensação do dano moral, de um lado deve proporcionar um conforto ao ofendido que amenize o mal experimentado e, de outro, deve servir como uma forma para desestimular a reiteração dos mesmos atos.

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 33 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 33



Para tanto, requer a fixação do *quantum debeatur* arbitrado a título de dano moral no importe não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a promovente, devendo o referido valor ser devidamente corrigidos desde a data deste julgamento (Súmula 362 do STJ), e acrescidos de juros de mora desde a data do evento danoso (súmula 54 STJ).

3.5 DOS DANOS MATERIAIS A TÍTULO DE PENSIONAMENTO

Sabe-se que, de acordo com o art. 948, II, do Código Civil de 2002, a autora faz jus a exigir da ré, entre outros reparações, o pagamento de pensionamento, **tem-se que "no caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações.**

Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações:

I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;

II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

É sabido que, de acordo com o art. 186 do CC, comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão, seja voluntária, por negligência ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem. Bem como, o art. 927 do mesmo código dispõe que "aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

In casu, não há dúvidas de que os prejuízos sofridos pela parte autora ocorreram por negligência do condutor do veículo de propriedade da ré e esta se torna responsável pelo ato omissivo, devendo reparar os danos que foram suportados pela demandante, em função da dependência econômica que havia em relação à vítima, configura-se a necessidade de uma reparação por dano material por meio de um pensionamento mensal.

Em que pese o esforço da ré em demonstrar a inexistência de dano moral, ainda culpa exclusiva ou concorrente da vítima, é imperativo concluir que se o condutor do veículo tivesse procedido com a necessária cautela, exigível no caso em tablado, não





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

teria ocorrido o acidente, via de consequência, o dano apontado e suas consequências nefastas poderiam ter sido evitadas.

Isso porque, modernamente, não há mais a necessidade de prová-lo, visto que a prova do dano é *in re ipsa*, é dizer, presume-se da própria conduta ilícita.

O pedido autoral é no sentido de condenar a primeira ré ao pagamento de pensionamento a título de danos materiais no importe de 01 (um) salário mínimo vigente, à filha do falecido, desde a data do acidente até que esta completar 65 anos.

TJDF-0456367) APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TETRAPLEGIA. INCAPACIDADE LABORAL PERMANENTE. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. NÃO COMPROVAÇÃO. CULPA CONCORRENTE. NÃO RECONHECIMENTO. **VELOCIDADE SUPERIOR À MÁXIMA PERMITIDA NA VIA. NORMAS DE TRÂNSITO. DESOBEDIÊNCIA.** PENSÃO ALIMENTÍCIA VITALÍCIA. POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE. NÃO COMPROVAÇÃO DE RENDA. FIXAÇÃO DE 1 SALÁRIO MÍNIMO. ATO ILÍCITO. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A responsabilidade civil se caracteriza pela necessária convergência de três elementos: o dano, o ato ilícito (culposos ou dolosos) e o nexo causal entre ambos. Assim, surge o dever de indenizar a partir do momento em que se vislumbra a existência desses três requisitos 2. Não há que se falar em culpa exclusiva da vítima ou culpa concorrente, quando comprovada, pelas provas testemunhal e pericial, a conduta imprudente do motorista em dirigir em alta velocidade no momento da colisão. 3. Reconhecida a culpa da parte ré no acidente, bem como o nexo de causalidade entre sua conduta e o dano causado, aliado à comprovada dependência econômica permanente e duradoura do autor, mostra-se proporcional e razoável o pensionamento mensal, à razão de 1 (um) salário mínimo, desde a data do acidente, por todo o período de sua vida. 4. A fixação do quantum a título de reparação por danos morais deve ser realizada mediante prudente arbítrio do magistrado, levando-se em consideração o grau de culpa para a ocorrência do evento, a extensão do dano sofrido e as condições pessoais das partes envolvidas. Atendidos aos critérios da proporcionalidade e

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – João Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tím) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oí) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 35 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 35



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

razoabilidade, não há justificativa para a redução da verba. 5. Apelação conhecida e não provida. (Processo nº 20130710201292 (1095564), 1ª Turma Cível do TJDF, Rel. Simone Lucindo. j. 09.05.2018, DJe 15.05.2018).

TJMS-0065157) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS EM ACIDENTE DE VEÍCULO TERRESTRE. PRELIMINAR DE RETIRADA DO NOME DO REQUERIDO DOS AUTOS. DEFERIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MAJORADO. TERMO INICIAL. JUROS DA MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 DO STJ. PEDIDO DE ARBITRAMENTO DE PENSÃO. AFASTADO. CULPA CONCORRENTE. CONFIGURADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Na quantificação do dano moral deve-se levar em conta critérios de razoabilidade, considerando-se não só as condições econômicas do ofensor e do ofendido, mas o grau da ofensa e suas consequências, para que não constitua, a reparação do dano, em fonte de enriquecimento para o ofendido, mantendo-se uma proporcionalidade entre causa e efeito, razão pela qual o valor da indenização deve ser majorado. Os juros moratórios incidentes sobre os danos morais são devidos desde o evento danoso, nos termos da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. A culpa concorrente resta comprovada quando ambos os envolvidos no acidente contribuíram, proporcionalmente, para o evento danoso. O entendimento firmado pela jurisprudência deste e de outros tribunais inclinou-se no sentido de conferir direito de pensionamento tão só àquele que teve a capacidade laboral futura prejudicada. (Apelação nº 0821634-89.2012.8.12.0001, 1ª Câmara Cível do TJMS, Rel. Sérgio Fernandes Martins. j. 25.07.2017).

4 – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer:

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230
Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375
Email: cristiancamilo.adv@gmail.com
Página 36 de 38





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

- 1) A concessão do benefício da justiça gratuita, tendo em vista que a autora não dispõem de recursos financeiros que os permitam arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e do de sua família, nos termos do Art. 98 e 99 do CPC ;
- 2) Sejam os Réus citados, respectivamente, nos endereços indicados preambularmente, para, querendo, apresentarem defesa, sob pena de se configurarem os efeitos da revelia, conforme preceitua o art. 319 e seguintes do CPC;
- 3) Que seja atribuída a prioridade na tramitação do feito conforme preceituam as Leis nº 12.008/09 e 13.105/15 por tratar-se a parte autora de uma pessoa idosa e outra com deficiência mental ;
- 4) A condenação da parte ré na obrigação de pagar o prêmio de Seguro do veículo atropelador conforme Apólice 1020015996615700138 no valor de R\$ 461.300,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos reais);
- 5) Seja julgada procedente a demanda, em todos os seus termos, para condenar os promovidos pelos Danos Corporais – Danos Morais e Materiais causados, da seguinte forma:
 - 5.1 - danos morais causados a promovente, em valor a ser oportunamente arbitrado por este juízo em atenção aos ideais de reparação e punição em valor não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) corrigidos monetariamente desde o evento danoso ;
 - 5.2 - Seja a parte ré condenada ao pagamento de pensionamento a título de danos materiais a autora devidamente corrigido, desde o evento danoso até que complete 65 anos de idade, na forma do art. 950, parágrafo único do CC no valor de R\$ 236.480,00 (duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais);

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 37 de 38



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816383547400000017748091>

Número do documento: 18120816383547400000017748091

Num. 18238571 - Pág. 37



CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

- 6) A incidência de juros, bem como a correção monetária sobre o valor do prêmio da apólice de seguro a partir do evento danoso;
- 7) A aplicação do art. 20 do CPC, com o pagamento pela Ré das custas processuais e honorários de advogado na base de 20%;
- 8) A produção de todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente, documental, **pericial (indireta)** e testemunhal, e a juntada de novos documentos, se necessários;

Nos termos do art. 319, VII, cumulado com §5º, do art. 334, ambos do CPC, o autor informa ter interesse na realização de audiência de conciliação;

Dá-se à **causa o valor de R\$ 797.780,00** (setecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 24 de novembro de 2018.

Martinho Cunha Lima Filho
OAB/PB 11.086

Crístian da Silva Camilo
OAB/PB 23.705



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

P. 236

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



MAIOR DE 65 ANOS

Wendy da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 476 104-2^a via DATA DE EXPEDIÇÃO 22 02 2007

NOME RUTH DA SILVA CAMILO

Olívio Ramos da Silva

FILIAÇÃO Querubina Francisca da Conceição

Alagoa Nova-PB 13 02 1942

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Cas. 19054-fls. 195-liv. B-100-

DOC ORIGEM

CPF 024 625 494 71

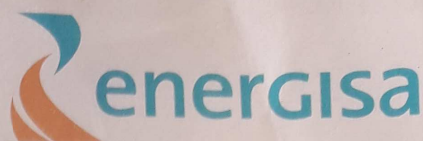
João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



RUTH DA SILVA CAMILO
RUA PADRE MANOEL DA NOBREGA, 157 - COSTA E SILVA
JOAO PESSOA / PB CEP: 58081-120 (AG: 1)



Emissao: 19/09/2018 Referencia: Set / 2018

Classe/Subcls: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680

Roteiro: 11-2-328-2220

Nº medidor: 00008231159

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 012.604.359

Cód. para Déb. Automático: 00004990723

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da
próxima leitura

CPF/ CNPJ/ RANI

Set / 2018

19/09/2018

19/10/2018

024.625.494-71

Insc. Est.:

UC (Unidade Consumidora):

5/469072-3

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
21/08/18	12646	19/09/18	12646	1	0	29

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/ Tributos Total(R\$)	Valor Base Calc. ICMS(R\$)	Atq. ICMS(R\$)	Base Calc. Pis(R\$)	Pis(R\$)	Cofins(R\$)	Cofins(R\$)
0801	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,196750	5,90	0,00	0	0,00	5,90	0,05
0801	Adic. B. Vermelha			0,54	0,00	0	0,00	0,54	0,00
0810	Subsídio			12,58	0,00	0	0,00	12,58	0,10
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 07/2018			1,40	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 08/2018			0,08	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 07/2018			2,21	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 08/2018			0,90	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2018			0,90	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2018			0,05	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0806	Devolução Subsídio			-12,02	0,00	0	0,00	0,00	0,00



Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120816393665400000017748100>

Número do documento: 18120816393665400000017748100

Num. 18238580 - Pág. 1



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: RUTH DA SILVA CAMILO, brasileira, idosa, viúva, portadora do CPF nº 024.625.494-71, residente e domiciliada à Rua Jaime Gomes de Barros, nº 138, José Américo, João Pessoa/PB, genitora e representante legal da interditada Lígia da Silva Camilo.

OUTORGADO: CRÍSTIAN DA SILVA CAMILO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 23.705 e MARTINHO CUNHA MELO FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 11.086, com escritório na Rua João Luis Ribeiro de Moraes, nº 66, Centro, Joao Pessoa/PB e CEP 58013-000.

PODERES

Por este instrumento particular de Procuração aos quais confere(m) os mais amplos gerais e irrestritos poderes da "**CLAUSULA AD JUDICIA ET EXTRA**", para juntos ou separadamente defenderem interesses do(a) Outorgante em quaisquer repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Autárquicas, Empresas Privadas, Distritos Policiais e Administrativos, Sindicâncias, bem como os poderes especiais para representá-lo(a) em qualquer foro, juízo ou Tribunal da República Federativa do Brasil, onde com esta se apresentarem, requerendo, a quem de direito, ações, contestações, sejam cíveis, comerciais, criminais ou trabalhistas, alegando quer como autores, réus, oponentes, assistentes, embargantes ou intervenientes, variarem delas, nomearem preposto, receberem intimações e notificações, confessarem, transigirem, fazer acordo, desistirem, receberem e darem quitação, efetuarem levantamentos de depósito judiciais, desentranharem títulos e documentos, firmarem compromisso, bem como representá-lo(s) em quaisquer processos judiciais ou acessórios, acompanhado umás e outras em todos os seus atos, termos e incidentes, até a sentença ou sua execução, interpondo recursos, em primeira e/ou superior(es) instância(s), se necessário for, inclusive nomear preposto e substabelecerem esta a outrem, com ou sem reserva de poderes, o que tudo darão por bom firme e valioso.

DECLARAÇÃO DE HIPOSUFICIÊNCIA

Declaro que, em razão da minha situação financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da república, da Lei nº 1.060/50 e art. 98 do CPC/2015.

João Pessoa/PB, 27 de novembro de 2018.

Ruth da Silva Camilo
RUTH DA SILVA CAMILO

Rua João Luis Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – Joao Pessoa/PB CEP 58013-000
Telefones : (Tim) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375
email: cristiancamilo.adv@gmail.com

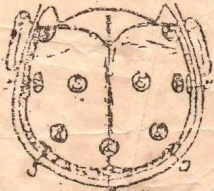


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
FACULDADE DE MEDICINA
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Prof. Lauro Wanderley
SERVIÇO DE ELETRENOCEFALOGRAFIA

Ligia da Silva Camilo

Idade: 10 anos

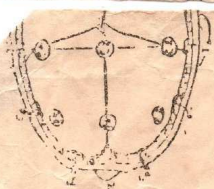
Data: 23/7/1973



Sono barbiturico

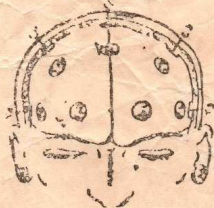


Eletrencefalograma realizado em sono induzido sem evidenciar atividade epileptogena focal ou centrencefalica.



Não há assimetrias interhemisfericas.

CONCLUSÃO: EEG em sono normal.



[Assinatura]
Dra. Rozilene Rodrigues

CRM 2842

86
80



Cliente : **LIGIA SILVA CAMILO**

M. Solicitante : CARLOS EDUARDO FARIAS

Data : **13/07/1999**

Convênio : INTER-SAÚDE

RADIOGRAFIA DO TÓRAX

Incidências: PA - Perfil.

Partes moles e estruturas ósseas sem alterações significativas nas presentes incidências.

Redução da transparência nas bases pulmonares, sem correspondência no perfil, secundária à pequena amplitude inspiratória da paciente na incidência frontal.

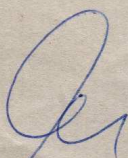
Silhueta cárdio-mediastinal normal.

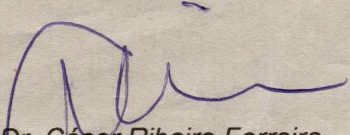
Recessos costo e cardio-frênicos livres.

Observação: A qualidade técnica do exame foi prejudicada devido à dificuldade de cooperação da paciente.

Obs.: Obrigado por referir este(a) paciente.

Exame documentado em 2 películas.
cód. 28700-07


Dra. Alessandra V. Albuquerque Melo
CRM 5004


Dr. César Ribeiro Ferreira
CRM 4894

Av. Getúlio Vargas, 305 - Centro - CEP 58013-240 - Fone: (083) 241-4444 - Fax: (083) 241-2526 - João Pessoa - PB - Brasil
NÓS ACREDITAMOS EM DEUS





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1746630 DATA DE EXPEDIÇÃO 24 JUL 1992

NOME LÍGIA DA SILVA CAMILO

FILIAÇÃO José Delfino Camilo
Ruth da Silva Camilo

João Pessoa-PB 06.05.1963
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. de Nasc. nº 18.972-Fls. 59v-Liv. A.29- 4º Cart. de J. Pessoa-PB

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.176 DE 20-09-1980



11.º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RUA ANÍBAL MOURA DE SOUZA, S/N, SALA 05, FUNCIONÁRIOS I
FONE: (083) 233-5400
C.G.C. 11.983.335/0001-93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAÍBA 11.º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL JOÃO PESSOA
RUA ANÍBAL MOURA DE SOUZA, S/N, SALA 05, FUNCIONÁRIOS I
FONE: (083) 233-5400
C.G.C. 11.983.335/0001-93

CLAUDIA CRISTINA LIMA MARQUES (REGISTRADORA PÚBLICA)
MAGNA LÚCIA DA SILVA (ESCREVENTE COMPROMISSADA)

REGISTRADORES

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que na data de 16 de junho de 1999, no livro C-18, às fls. 250 verso, sob o nº 16282, foi feito o registro de óbito de

*** JOSÉ DELFINO CAMILO ***

falecido a 14 de junho de 1999, às 15:30 horas, HOSPITAL SAMARITANO, NESTA CAPITAL, VINDO DO DML, de sexo masculino, de profissão MILITAR REFORMADO, natural de JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, então domiciliado e residente NESTA CAPITAL, R: PADRE MANOEL DA NÓBREGA Nº 157, com oitenta e um anos de idade, de estado civil casado, filho de DELFINO CAMILO, FREIRE DE CASTRO, FALECIDO e de MARIA DE JESUS FREIRE, FALECIDA.

Foi declarante RUTH DA SILVA CAMILO e o óbito foi atestado PELO DR. ARMANDO DE H. GUERRA CRM: 2461, tendo sido a causa da morte, TRAUMATISMO CRANIANO COM LESÃO MENINGO ENCEFALICA (MORTE VIOLENTA).

O sepultamento foi feito no Cemitério SÃO JOSÉ, NESTA CAPITAL.

Observações: O FALECIDO CASADO CIVILMENTE COM * RUTH DA SILVA CAMILO * NO 11.º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, DESTA CAPITAL, DEIXOU BENS, NÃO ERA ELEITOR E DEIXOU OITO FILHOS, DE NOMES: IVENALDO, LÍGIA, NADÍGILA, KENNEDY, ROOSEVELT, CRISTIAN, KOLLEN E HANDERSON.

O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa, PB, 16 de junho de 1999.

Primeiro no Cartório DE CARLINTO
João Pessoa - PB - Page 22



AZEVÊDO BASTOS SERVIÇO REGISTRAL

Primeiro Registro Civil das Pessoas Naturais de João Pessoa

bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti

Titular

Certidão de Casamento

O Oficial do 1º Registro Civil das Pessoas Naturais, da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, em virtude da Lei, etc...

Certifica que às fls. 195 do livro B nº 100 do Registro de Casamento Civil deste Cartório, foi registrado e contraído 30 de julho de 1960, sob nº 19054 o casamento dos contraentes: José Delfino Camilo e Ruth Ramos da Silva, que passa a adotar o nome de: Ruth da Silva Camilo, contraído sob o regime da comunhão de bens e celebrado pelo Exmo. Juiz Doutor Moacir Nóbrega Montenegro, perante as testemunhas idôneas: Walter Freire Capiberibe e Maria Ruth Mariano Capiberibe, presentes neste cartório.

O contraente é de nacionalidade brasileira, solteiro, profissão militarista profissional, nascido no dia dez de maio de mil novecentos e dezoito (10/05/1918), na Cidade de (o) João Pessoa, PB, domiciliado e residente nesta Capital, PB, filho de Delfino Camilo Freire de Castro e de Maria de Jesus Freire.

A contraente é de nacionalidade brasileira, solteira, profissão ocupações domésticas, nascida no dia treze de fevereiro de mil novecentos e quarenta e dois (13/02/1942), na Cidade de (o) Alagoa Nova, PB, domiciliada e residente nesta Capital, PB, filha de Olívio Ramos da Silva e de Guerubina Francisca da Conceição.

Observação 1: Habilitados na forma da Lei.

Observação 2: ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM RASURA.

O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 19 de outubro de 1995.

Oficial do Registro Civil

João Luiz Ribeiro do Morais, 51 - Centro 5 Cap 55013-230 - João Pessoa - Paraíba - Tel. (333) 221.5379 - Fax ramal 32



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PB Nº 4047668515
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA RENAVAM 770000141797-7 EXERCÍCIO
1 699214980 1999

NOME/ENDEREÇO:
FORD LEASING S/A ARRENDAMENTO MER
CANTIL
R MONS SEVERINO P FERREIRA 16
58033000 JOAO PESSOA - PB

CPF/CGC: 47509120000182 PLACA: MNQ4345/PB

PLACA ANT/UF: NOVO PB CHASSI: 7BFZZZGDAWB582168

ESPECIE TIPO: MIS/AUTOMOVEL/ COMBUSTIVEL: GASOLINA

MARCA/MODELO: FORD/KA ANO FAB: 1998 ANO MOD: 1998

CAP/POT/CIL: 05P/ T/053CV CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: PRATA

COTA UNICA: VENC. COTA UNICA: 1ª **/**/98 2ª **/**/98 3ª **/**/98

FAIXA I.P.V.A.: PARCELAMENTO/COTAS: 1ª **/**/98 2ª **/**/98 3ª **/**/98

PREMIO LIQUIDO(R\$): 11/06/1999 DATA DE PAGAMENTO: 11/06/1999

***** SEGURO P A G O *****

OBSERVAÇÕES:
ARR/EDLEUZA V M DE ALBUQUERQUE

JOAO PESSOA 1564 EXPEDIDOR: AURELIANO D. LEITE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE DPVAT

PBNº 4047668515 BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME/ENDEREÇO:
FORD LEASING S/A ARRENDAMENTO MER
CANTIL
R MONS SEVERINO P FERREIRA 16
58033000 JOAO PESSOA - PB

CPF/CGC: 47509120000182 PLACA: MNQ4345/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO
PBNº 4047668515 EXERCÍCIO: 1999 DATA EMISSÃO: 11/06/1999

NOME/ENDEREÇO:
FORD LEASING S/A ARRENDAMENTO MER
CANTIL
R MONS SEVERINO P FERREIRA 16
58033000 JOAO PESSOA - PB

VIA: 1 CPF/CGC: 47509120000182 PLACA: MNQ4345/PB

COD. RENAVAM: 699214980 MARCA/MODELO: GAS FORD/KA

ANO/FAB: 1998 CAT. TARIF: 1 CHASSI: 7BFZZZGDAWB582168

OBS.: CATEGORIAS TARIFARIAS 03 OU 04 NÃO COBRAR NESTE BILHETE (VIDE OBSERVAÇÃO B NO VERSO)

PREMIO LIQUIDO(R\$): 11/06/1999 CUSTO DO BILHETE (R\$): 11/06/1999 IOF (R\$): 11/06/1999

***** SEGURO P A G O *****

TOTAL(R\$): 4047668515

EXPEDIDOR: AURELIANO D. LEITE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
DETRAN - PB

IVO ANSELMO MEIRA DE A
ALBUQUERQUE FILHO

DOC. IDENT: 1829240 CATEG. HAB: B

NASCIMENTO: 16/06/1975 VALIDADE: 29/01/2004

CPF: 018.397.554-58

DOAÇÃO: NÃO DOADOR ÓRGÃOS/TECIDOS

FLUIÇÃO
EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE

Nº. REGISTRO: 00505447586 DATA: 05/02/1999 1ª HABILITAÇÃO: 14/10/1993

SEM OBSERVAÇÕES; OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: *[Assinatura]*

ASSINATURA DO EXPEDIDOR: *[Assinatura]*

057122661

Autentico esta fotocópia, reproduzida do original que me foi apresentado. Dou fé no teor do mesmo em 08 JUL 1999

TABELADO NO OFÍCIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI. P3

CARLOS NEVES DE ALBUQUERQUE
JOAO PESSOA (PB)

ASSINATURA DO TITULAR: *[Assinatura]*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARLOS NEVES DE ALBUQUERQUE





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Poder Judiciário - Ministério Público do Rio Grande do Norte

LAUDO MÉDICO

LÍGIA DA SILVA CAMILO, DN: 06/05/63, prontuário nº 000735-3, submeteu-se a uma avaliação, pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI - tendo como diagnóstico (s): Deficiência Mental Severa. Transtorno na fala. Epilepsia. CID - 10: F 72; G 40.

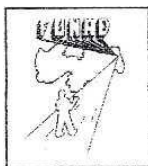
Necessita dos atendimentos especializados de reabilitação desta Instituição.

João Pessoa , 09 de março de 2001.

Maria de Fátima Silva Soares
MARIA DE FÁTIMA SILVA SOARES
CRM: 2862

Assinado eletronicamente por: CRISTIAN DA SILVA CAMILO - 08/12/2018 17:33:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120817025843400000017748161
Número do documento: 18120817025843400000017748161





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - FUNAD

Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico - CORDI

LAUDO MÉDICO

LÍGIA DA SILVA CAMILO, D.N: 06/05/1963, prontuário n.º 00735-3, submeteu-se a uma avaliação, pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI (Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico) - FUNAD, tendo como Diagnóstico (s): Deficiência mental severa. Transtorno da fala. Epilepsia.

CID - 10: F 72; G 40 ...

Necessita dos atendimentos especializados de reabilitação desta Fundação.

João Pessoa, 02 de agosto de 2010.


Regina Cecília M.M. Barbosa
CRM 3152 - PB

Dra. Regina Cecília M. M. Barbosa

CRM: 3152



Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n - Conj. Pedro Gondim - João Pessoa-PB
Fones: (83) 3244-0707/3244-1542/3244-2451/3224-2460/3224-2805 - Fax: (83) 3224-2495
CNPJ Nº 24.507.865/0001-07 - Insc. Estadual Isento
www.paraiba.pb.gov.br Email: funad@funad.pb.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência- FUNAD
CORDI – Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico

LAUDO MÉDICO

LÍGIA DA SILVA CAMILO D.N: 06.05.1963, prontuário nº 00.0735-3, submeteu-se a uma avaliação, pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI (Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico) – FUNAD, tendo como Diagnóstico (s): Deficiência Mental Severa com Transtorno de Fala. Epilepsia.

CID – 10: F 72; G 40.9

João Pessoa, 23 de abril de 2015.

Dra. Maria de Fátima Silva Soares

Dra. Maria de Fátima S. Soares
Médica
CRM-PB 2862

CRM: 2862



Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n - Conj. Pedro Gondim
João Pessoa-PB - Fones: (83) 3214-7879 – 3244-1542 e 3224-7239 - Fax: (083) 3224-2495

Site: www.funad.pb.gov.br

E-mail: funad@funad.pb.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência- FUNAD
CORDI - COORDENADORIA DE TRIAGEM E DIAGNOSTICO



LAUDO MÉDICO

Atesto, conforme avaliação do prontuário médico de LIGIA DA SILVA CAMILO, D.N: 6/5/1963, CPF: 017.054.564-48, prontuário nº 00.0735-3, que submetendo-se a uma avaliação pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI - COORDENADORIA DE TRIAGEM E DIAGNOSTICO - FUNAD, teve como Diagnóstico:

1. Espécie de deficiência.....: Deficiência Intelectual
2. Descrição da deficiência.....: Deficiência Intelectual Severa. Transtorno de fala. Epilepsia.
3. CID-10 da deficiência constatada..: F 72; F 80; G 40
4. Nível da deficiência constatada: Usuário dependente nas AVDs. Apresenta aspectos cognitivos deficitários (atenção, concentração e memória). Comportamento pueril e não consegue se comunicar

João Pessoa, 20 de agosto de 2018

Júlio César Braga S. de Lima
Clínico
CRM/PB 5257
CNS 200633946990009
CORDI/FUNAD
JULIO CESAR BRAGA SANTIAGO DE LIMA
CRM: 5257

Operador: Rodrigo Souza [id Sys:]

Rua Dr. Orestes Lisboa, s/n - Conj. Pedro Gondim
João Pessoa-PB - Fones: (83) 3214-7879 - 3244-1542 e 3224-7239 - Fax: (083) 3224-2495
Site: www.funad.pb.gov.br E-mail: funad@funad.pb.gov.br

10.34/atendimento/novo_laudo.asp

1/2






ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
4ª VARA DE FAMÍLIA
Tel. 3208/2449

CERTIDÃO DE CURATELA PROVISÓRIA

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao meu cargo que, por ordem do MM. Juiz, DR. FRANCISCO FRANCINALDO TAVARES, Juiz de Direito desta Vara, expedi o presente Termo Provisório nomeando RUTH DA SILVA CAMILO, brasileira, RG nº 476.104-2ª VIA SSP/PB e CPF nº. 024.625.494-71, residente na Av. João Machado, nº 553-Ed. Plaza Center, sala 403-Centro, nesta, nomeada que foi por decisão exarada em 26 de agosto do ano de 2010, fls. 22, nos autos da Ação de Interdição nº 200.2010.029.272-7, em que é interditanda LÍGIA DA SILVA CAMILO, brasileira, solteira, portadora do RG nº. 174.6630 SSP/PB e CPF 017.054.564-48, que se acha incapaz para gerir seus negócios, sua vida civil e administrar seus bens. A curadora nomeada aceitou o encargo e compromisso legal deferido pelo MM. Juiz, para usar de todos os meios e poderes que se fizerem necessários ao exercício de curatela, prometendo cumprir com fidelidade, pura e sã consciência, em harmonia com as prescrições legais, zelando convenientemente pelos bens e pessoa da interditanda. Do que, para constar, mandou o MM Juiz lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, aos 27 de agosto de 2010. Eu, Renata Ercília Ribeiro do Amaral Lins, Analista Judiciária, o digitei.


FRANCISCO FRANCINALDO TAVARES
Juiz de direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
FORUM REGIONAL DE MANGABEIRA
CARTORIO UNIFICADO - 5ª SEÇÃO - FAMÍLIA
Fórum Regional Des. José Flóscolo da Nóbrega - João Pessoa - PB
Av. Hilton Souto Maior, sn, Mangabeira, fone (83) 3238-6333

TERMO DE CURATELA DEFINITIVA

Ação de Interdição - Processo n.º 0002784-39.2015.815.2003

Autor(a): **RUTH DA SILVA CAMILO**

Interditando(a): **LIGIA DA SILVA CAMILO**

Aos **12 de abril de 2016**, nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, no Cartório da 5ª Vara Regional de Mangabeira, localizado na Av. Hilton Souto Maior, s/nº, Mangabeira, presente a Dra. Angela Coelho de Salles, Juíza de Direito, comigo, adiante firmado. Aí pelas 15:00 horas, compareceu o(a) Sr.(a) **RUTH DA SILVA CAMILO, RG 476.104, 2ª Via, SSDS-PB, CPF 024.625.494-71, residente à Rua Saul Sebastião, 295, João Paulo II, nesta Capital, que prestou o competente Compromisso de Curador(a) DEFINITIVO, do(a) interditando(a) LIGIA DA SILVA CAMILO, CPF 017.054.564-48, para fins de representação do(a) mesmo(a) perante órgãos públicos e entidades privadas, ficando o(a) referido(a) curador(a) nomeado(a) administrador(a) dos valores recebidos da Seguridade Social, inclusive movimentações de eventuais contas bancárias por ele tituladas, e também obrigado(a) à prestação de contas quando instado(a) para tanto, observando-se, inclusive, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções, ficando vedada a alienação ou oneração de quaisquer bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza pertencentes ao(a) interditando(a), salvo com autorização judicial, prometendo cumprir o encargo na forma da Lei. Tudo conforme sentença prolatada em **15/01/2016, às fls. 32/33**, nos autos supramencionados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o presente termo que, lido e achado exato, vai devidamente assinado. Eu, Ana Lígia N. Vieira, Técnica Judiciário, o digitei e assino.**

CARTÓRIO
VIEIRA BATISTA

ANGELA COELHO DE SALLES

Juíza de Direito

Ruth da Silva Camilo

RUTH DA SILVA CAMILO
Curador(a)

Serviço Notarial "VIEIRA BATISTA" 2º OFÍCIO DISTRITAL - Mangabeira
Bel. Rômulo Vieira Batista - Tabelião / Bel. Rosângela Vieira Batista - Substituto
Rua Elias Pereira de Araújo, 40 - Mangabeira (Próximo) - CEP 58055-010 - João Pessoa - Paraíba - Fone/Fax: 3238-6899 / 3238-6333

Reconheço, por semelhança, a(s) Firma(s) de: ANGELA COELHO DE SALLES
Em test. da verdade, João Pessoa-PB 13/05/2016 14:08:23
Rikeley Almeida de Lima - ESCRIVENTE AUTORIZADO
[2016-023474 JEMOL:R# 18,49 FARPEN:R# 0,25 FEPJ:R# 1,20 ISS:R# 0,43
SELO DIGITAL: ADH55351-IFDY
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Secretaria da Segurança Pública

200990436095

19 99

Registrado sob N.º 007/99-D.A.V.

No Livro Tombo N.º 001

Antônio A. A. Albuquerque
DELEGADO

César Correia Leite
ESCRIVÃO
CÉSAR CORREIA LEITE

INQUÉRITO POLICIAL

AUTOR(A): JUSTIÇA PÚBLICA

INDICIADO(S): IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE

TESTIMUNHA: JOSÉ DELFINO CAMILO

LEGISLAÇÃO PENAL Art.(s) 302 da LEI 9503 de 1997.

AUTUAÇÃO

Ao(s) DEZESSEIS dia(s) do mês de JUNHO
do ano de mil novecentos e NOVENTA E NOVE, nesta cidade de JOÃO PESSOA, CAPITAL DO
ESTADO DA PARAÍBA. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e na DELEGACIA DE ACIDENTES DA CAPITAL
XX
Em cartório
ESTA DELEGACIA ESPECIALIZADA. XXX
UMA PORATIA E DEMAIS DOCUMENTOS. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CÉSAR CORREIA LEITE XXXXXXXXX



52
give

JOÃO PESSOA, 16 de JUNHO de 1999.

CÉSAR CORREIA LEITE,
Escrivão de Polícia Civil.

1510
24. 11. 1968





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA

O BEL. CARLOS ANTONIO AIRES DE ALBUQUERQUE
Delegado titular da Delegacia de Acidentes
de Veículos da capital, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO: A notícia chegada a esta Especializada dando conta que o SR. JOSÉ DELFINO CAMILO, fora vítima fatal do atropelamento ocorrido no dia 14.06.99 fato que ocorreu na AV. Getulio Vargas, bem próximo a Igreja Batista, fato este causado pelo veículo da marca FORD K, cor PRATA (PRATA), placas MNQ-4345, dirigido na ocasião por homem até então não identificado;

CONSIDERANDO: Tratar-se de uma ação Pública incondicionada e ainda por ser da inteira responsabilidade desta Especializada, esta autoridade policial,

R E S O L V E Instaurar competente Inquérito Policial para apurar em toda a sua extensão o fato delituoso e apontar a verdadeira autoria. Devendo o escrivão do feito, inicialmente autuar a presente portaria e prosseguir com as determinações contidas no despacho seguinte.

C U M P R A - S E:

JOÃO PESSOA, 16 de JUNHO de 1999.

Bel. Carlos A. de Albuquerque
Delegado de Polícia



OB
J64e

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL

D E S P A C H O

DETERMINO ao escrivão do feito à tomar as seguintes providências:

- a) - Após a autuação da portaria junte-se o termo de declaração da SRA. RUTH DA SILVA CAMILO;
- b) - Junte-se os depoimentos das testemunhas arroladas;
- c) - Junte-se aos autos as certidões de ÓBITO e de CASAMENTO da vítima JOSÉ DELFINO CAMILO;
- d) - UMA VEZ identificado o condutor do veículo atropelado, seja o mesmo indiciado na forma da Lei;
- e) - Proceda e junte-se aos autos toda e qualquer diligência que faça necessárias ao feito;
- f) - Preencha e junte-se aos autos o boletim individual do indiciado;
- g) - Junte-se o LAUDO DE EXAME CADAVERÍCO Nº 05160699.

C U M P R A - S E:

JOÃO PESSOA, 16 de JUNHO de 1999

[Assinatura]
Escritor Ot. Ot. Silveira
Delegado de Polícia



~~ok~~
19 June

neu. 57-26 car

César Correia Leite
CÉSAR CORREIA LEITE,
Escrivão de Polícia Civil

V I S T O

Colo. O. A. Albarran
Ministro de Fomento





05 1 60 69.9

AUTO DE EXAME CADAVÉRICO

1.º Perito: Dr. Armando de Holanda Guerra

2.º Perito: - Dra. Vilanir Maia de Macêdo Costa.

Autoridade requisitante: - Bel. Fernando José Alves Neto 1a DD

Requisição N.º 331/99, de 14 de junho de 1999.

Aos 15 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove pelo Diretor, foram designados os

peritos acima, para procederem a exame o cadaver de JOSÉ DELFINO CAMILO. \$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$\$

[illegible]

PRIMEIRO — SE HOUVE MORTE:

SEGUNDO — QUAL A CAUSA DA MORTE?

TERCEIRO — QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A MORTE?

QUARTO — SE FOI PRODUZIDA POR MEIO DE VENENO, FOGO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA, OU POR OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL.

(RESPOSTA ESPECIFICADA).

Em consequência, passaram os peritos a fazer o exame ordenado e investigações que julgarem necessárias, findos os quais declaram: Exame realizado no Departamento de Medicina Legal de João Pessoa-Pb, às 06:40hs da dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e nove, no cadáver que acompanha a Requisição de Exame acima especificada do senhor Delegado já mencionado na qual consta: " JOSE DELFINO CAMILO, 81 anos, Brasileiro natural de João Pessoa-Pb, casado, aposentado, primario, filiação não declarada, residente na Rua: Padre Manoel da Nobrega 157, Costa e Silva João Pessoa-Pb. MOTIVO: Vítima de atropelamento na Av: Getúlio Vargas por volta das 12:30hs na data de hoje (14/06/99); assina Delegado já mencionado. Cadáver do sexo masculino, cor parda, medindo 160cm de estatura, regular compleição física, estado de nutrição e conservação; não trajando roupas no momento do exame; apresentando rigidez cadavérica generalizada com livores violáceos de hipostase no dorso. O couro cabeludo da implantação a cabelos grisalhos e mostra um ferimento de forma ovalar medindo 15cm na região frontal com bordas aproximadas por pontos de sutura. A face mostra equimose de coloração arroxeada medindo 03cm na região orbitária direita. O pescoço não mostra

(Continua)





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL
SEÇÃO DE ODONTOLOGIA LEGAL

AUTO DE EXAME CADAVERÍCO

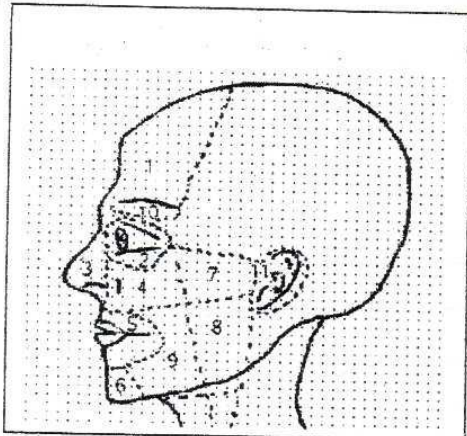
05160699

17

Unidade Requisitante 1ª Delegacia Distrital		Guia N° 331/99	Laudado N°																																																
Autoridade Requisitante Bel. Fernando José Alves Neto		Data 14 06 99	Hora 06:40 Hs.																																																
Nome José Delfino Camilo																																																			
Pai Ig.		Mãe Ig.																																																	
Data de Nascimento 81 anos	Sexo <input checked="" type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	Estado Civil <input type="checkbox"/> Sol. <input checked="" type="checkbox"/> Cas. <input type="checkbox"/> Viú. <input type="checkbox"/> Div. <input type="checkbox"/> Outros																																																	
Nacionalidade Brasileiro		Naturalidade João Pessoa	UF. Pb																																																
Identidade N°		Org. Emissor	UF. Profissão Aposentado																																																
Endereço R. Padre Manoel da Nóbrega																																																			
Cabelos <input type="checkbox"/> Lisos <input type="checkbox"/> Crespos <input type="checkbox"/> Ondulados <input checked="" type="checkbox"/> Tricotomizados <input type="checkbox"/> Cor <input type="checkbox"/> Castanhos <input type="checkbox"/> Louros <input type="checkbox"/> Pretos <input type="checkbox"/> Ruivos <input checked="" type="checkbox"/> Grisalhos <input type="checkbox"/> Outros																																																			
Rosto <input type="checkbox"/> Redondo <input type="checkbox"/> Quadrado <input checked="" type="checkbox"/> Triangular <input type="checkbox"/> Triangular Inverso <input type="checkbox"/> Hexagonal																																																			
Sobrancelhas <input type="checkbox"/> Retas <input checked="" type="checkbox"/> Semi-retas <input type="checkbox"/> Arqueadas		Pálpebras <input type="checkbox"/> Abertas <input type="checkbox"/> Semi-abertas <input checked="" type="checkbox"/> Fechadas																																																	
Iris <input checked="" type="checkbox"/> Castanhas <input type="checkbox"/> Azuis <input type="checkbox"/> Verdes <input type="checkbox"/> Pretas																																																			
Cor <input checked="" type="checkbox"/> Leucoderma (Branca) <input type="checkbox"/> Melanoderma (Preta) <input type="checkbox"/> Faioderma (Parda) <input type="checkbox"/> Xantoderma (Amarela) <input type="checkbox"/> Meritroderma (Vermelha)																																																			
Pupilas <input checked="" type="checkbox"/> Dilatadas <input type="checkbox"/> Contraídas		Conjuntivas <input checked="" type="checkbox"/> Brilhantes <input type="checkbox"/> Opacas																																																	
Nariz <input type="checkbox"/> Leptorino <input checked="" type="checkbox"/> Mesorino <input type="checkbox"/> Platirino																																																			
Boca <input type="checkbox"/> Pequena <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Grande		Lábios <input checked="" type="checkbox"/> Finos <input type="checkbox"/> Grossos <input type="checkbox"/> Vultuosos																																																	
Presença de Arco Semil <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Barba <input type="checkbox"/> Farta <input type="checkbox"/> Rala <input checked="" type="checkbox"/> Não Tem																																																	
Bigode <input type="checkbox"/> Farto <input type="checkbox"/> Ralo <input checked="" type="checkbox"/> Não Tem		Sinais Particulares																																																	
Dentes Permanentes																																																			
<table border="0"><tr><td>18</td><td>17</td><td>16</td><td>15</td><td>14</td><td>13</td><td>12</td><td>11</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td></tr><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>48</td><td>47</td><td>46</td><td>45</td><td>44</td><td>43</td><td>42</td><td>41</td><td>31</td><td>32</td><td>33</td><td>34</td><td>35</td><td>36</td><td>37</td><td>38</td></tr></table>				18	17	16	15	14	13	12	11	21	22	23	24	25	26	27	28	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	48	47	46	45	44	43	42	41	31	32	33	34	35	36	37	38
18	17	16	15	14	13	12	11	21	22	23	24	25	26	27	28																																				
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>																																				
48	47	46	45	44	43	42	41	31	32	33	34	35	36	37	38																																				
Dentes Decíduos																																																			
<table border="0"><tr><td>55</td><td>54</td><td>53</td><td>52</td><td>51</td><td>61</td><td>62</td><td>63</td><td>64</td><td>65</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td><td><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>85</td><td>84</td><td>83</td><td>82</td><td>81</td><td>71</td><td>72</td><td>73</td><td>74</td><td>75</td></tr></table>				55	54	53	52	51	61	62	63	64	65	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	85	84	83	82	81	71	72	73	74	75																		
55	54	53	52	51	61	62	63	64	65																																										
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																										
85	84	83	82	81	71	72	73	74	75																																										
Códigos																																																			
<ul style="list-style-type: none">● - RestauraçãoO - CárieX - ExtraçãoRR - Resto radicularA - AusenteH - Hígido																																																			
<input type="checkbox"/> Giro-versão <input type="checkbox"/> Anodontia <input type="checkbox"/> Fratura <input type="checkbox"/> Látero-versão																																																			
<input type="checkbox"/> Retroversão <input type="checkbox"/> Antero-versão <input type="checkbox"/> Extra-numerário <input type="checkbox"/> Migração																																																			
<input type="checkbox"/> Micro-dente <input type="checkbox"/> Abrasão <input type="checkbox"/> Manchas <input type="checkbox"/> Tártaro																																																			
<input type="checkbox"/> Prótese <input type="checkbox"/> Protusão <input type="checkbox"/> Retrusão <input type="checkbox"/> Diastema																																																			
1º Perito M. Ceci Souto B. Montenegro ODONTÓLOGA 74.137-0		2º Perito Dr. Natanael Casado da Silva Perito Odonto - Legal																																																	



05160699



REGIÕES DA FACE

- 1) FRONTAL 7) ZIGOMÁTICA
 2) ORBITÁRIA 8) MASSETERINA
 3) NASAL 9) BUCINADORA
 4) GENIANA 10) PALPEBRAL OU SUPERCILIAR
 5) LABIAL 11) PRÉ-AURICULAR
 6) MENTONIANA

DESCRIÇÃO FACIAL


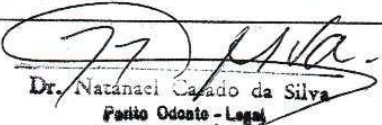
FERIMENTOS	
1 - <input type="checkbox"/> Contundente - Região	
2 - <input type="checkbox"/> Perfurante - Região	
3 - <input type="checkbox"/> Perfuro-Cortante - Região	
4 - <input type="checkbox"/> Perfuro-Contundente - Região	Borda: <input type="checkbox"/> Circular <input type="checkbox"/> Oval <input type="checkbox"/> Irregular <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Estrelado
5 - <input checked="" type="checkbox"/> Cortante - Região <u>superciliar direita</u>	Borda: <input type="checkbox"/> Aberta <input checked="" type="checkbox"/> Irregular <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Fechado P/Sutura
6 - <input type="checkbox"/> Corto-Contundente - Região	

LESÕES CONTUNDENTES SUPERFICIAIS COM INTEGRIDADE DA PELE	
1 - <input type="checkbox"/> Impressão Cutânea <input type="checkbox"/> Por Dentes <input type="checkbox"/> Por Unhas	Região
2 - <input checked="" type="checkbox"/> Equimoses <input checked="" type="checkbox"/> Coloração <u>arroxeada</u>	Região <u>orbitaria direita</u>
3 - <input type="checkbox"/> Edema	Região

LESÕES CONTUNDENTES SUPERFICIAIS SEM INTEGRIDADE DA PELE	
1 - <input checked="" type="checkbox"/> Escoriação	Região <u>em toda região frontal</u>
2 - <input type="checkbox"/> Avulsões contusas lacerantes	<input type="checkbox"/> Pele <input type="checkbox"/> Tecido celular sub-cutâneo <input type="checkbox"/> Tecido Adiposo <input type="checkbox"/> Musculo



DESCRIÇÃO BUCO DENTÁRIA

Ferimentos da maxila	<input type="checkbox"/> Palato Duro _____ <input type="checkbox"/> Palato Moio _____ <input type="checkbox"/> Rebordo alveolar _____ <input type="checkbox"/> Vestibular _____ <input type="checkbox"/> Palatina _____ <input type="checkbox"/> Fundo de saco _____ <input type="checkbox"/> Mucosa Jugal _____
Ferimentos da Mandibula	<input type="checkbox"/> Assonho da boca _____ <input type="checkbox"/> Região Retro-molar _____ <input type="checkbox"/> Rebordo alveolar _____ <input type="checkbox"/> Vestibular _____ <input type="checkbox"/> Lingual _____ <input type="checkbox"/> Fundo de saco _____
Língua	<input type="checkbox"/> Apice _____ <input type="checkbox"/> Base _____ <input type="checkbox"/> Dorso _____ <input type="checkbox"/> Borda _____
	<input type="checkbox"/> Tonsilas _____
	<input type="checkbox"/> Oro-faríngea _____
Dentes	<input type="checkbox"/> Fratura da Coroa _____ <input type="checkbox"/> Fratura da Raiz _____
Obs.: O couro cabeludo mostra um ferimento de forma ovalar medindo 15cm; aproximado por ponto de sutura, descrito no laudo médico em anexo. \$\$\$\$\$\$ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	
1º Perito	2º Perito
 M. Ceci Santa B. Montenegro ODONTOLÓGA Mat. 74.137 - O	 Dr. Natanael Casado da Silva Perito Odonto - Legal



-DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA-

AOS vinete e um DIAS DO MÊS DE Junho DO ANO DE MIL NOVE-
CENTOS E NOVENTA E noventa, NESTA CIDADE DE João Pessoa
ESTADO DA PARAÍBA, E NA UNIDADE POLICIAL Acidentes de Veículos Capital
PRESENTE A AUTORIDADE POLICIAL, Dr(ª) CARLOS ANTONIO AIRES ALBUQUERQUE
COMIGO, ESCRIVÃ(O) DO SEU CARGO, NO FINAL ASSINADO(A) E DECLARADO(A)
AÍ, POR VOLTA DAS 15:50 HORAS, COMPARECEU: JOÃO NETO DE FIGUEIREDO
, NACIONALIDADE: Brasileira, NATURALIDADE
Pouza, ESTADO PB, COM 33 ANOS DE IDADE,
NASCIDO(A) AOS 06 / 08 / 1966, FILIAÇÃO: Carlito Elias de Figueira
de e de Maria Alencar de Figueiredo,
PROFISSÃO: Recepcionista, INSTRUÇÃO: 2ª Grau, ESTADO CIVIL
solteiro, DOC. DE IDENTIDADE/RG.: 130.774, EXPEDI-
DO EM / / , ORGÃO EXPEDIDOR: SSP / PB, RESIDENTE À
RUA(AV): Travessa Dep. Plínio Lemos, Nº 27, APT.: , BAIR-
RO: Valentina I 2378525, CIDADE: João Pessoa,
ESTADO: PB, PODENDO AINDA SER ENCONTRADO(A) NO ENDERÊÇO:
Hospital Samaritano

TESTEMUNHA DEVIDAMENTE COMPROMISSADA E ADVERTIDA NAS FORMALIDADES DA
LEI, PROMETEU DIZER TUDO QUANTO SOUBER SOBRE OS FATOS DESTES AUTOS .
E INQUERIDA PELA AUTORIDADE, RESPONDEU QUE: trabalha no hospital Sa-
maritano desde o ano 1998, exercendo a função de recepcionista; QUE
no dia 14/06/1999, se encontrava de plantão quando por volta das -
13:00 horas, chegou um Senhor em um veículo Ford K de cor prata de
placa MNQ4345, com uma pessoa ensanguentada e dizendo que havia
atropelada a mesma próximo a Av. Getulio Vargas, "digo " próximo a
a Igreja Batista, localizada na Av. Getulio Vargas; QUE, o depoente
observou que o veículo Ford K se encontrava com o parabrisa que
trado e com danos no para-lama direito; QUE, o rapaz atropelador
se encontrava muito nervoso e pedia ajuda, foi quando o depoente
com a maca ajudou a transportar a vítima para o CTI, do Hospital
Samaritano; QUE, o rapaz somente dizia que era Bancário e que queria
dá toda a assistência a vítima, momento em que a vítima foi identifica-
da por JOSÉ DELFINO CAMILO; QUE, também ouviu o fato digo quando o

GRAFIA DA SSP



21

o motorista atropelador disse que havia atropelado a vítima o vigi-
lante do Hospital conhecido por SEVERINO BETO QU, o motorista a
tropolador além de dizer que prestava toda assistência ainda dei-
xou a placa do carro para ser anotada. E como nada mais disse, nem
lhe foi perguntado, lido e achado conforme vai o presente termo as-
sinado por todos.

Autoridade. _____

Deponente. _____

Escrivão. _____

Edson da S. Silva

[Handwritten signatures]

[Faint, mostly illegible text in the lower half of the page, possibly bleed-through from the reverse side.]

1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL

-DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA-

14

AOS trinta DIAS DO MÊS DE junho DO ANO DE MIL NOVE-
CENTOS E NOVENTA E nove, NESTA CIDADE DE João Pessoa
ESTADO DA PARAÍBA, E NA UNIDADE POLICIAL ACIDENTES DE VEÍCULOS
PRESENTE A AUTORIDADE POLICIAL, Dr(ª) CARLOS ANTONIO A DE ALBUQUERQUE
COMIGO, ESCRIVÃ(O) DO SEU CARGO, NO FINAL ASSINADO(A) E DECLARADO(A)
AÍ, POR VOLTA DAS 16:00 HORAS, COMPARECEU: WANDEMBERG DOS SANTOS FA
RIAS, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, NATURALIDADE
João Pessoa, ESTADO: PB, COM 26 ANOS DE IDADE,
NASCIDO(A) AOS 17 / 09 / 1972, FILIAÇÃO: ARIEL DE FARIAS FILHO
E DE OTANICE DOS SANTOS FARIAS
PROFISSÃO: Estudante, INSTRUÇÃO: SUP. INcp., ESTADO CIVIL
solteiro, DOC. DE IDENTIDADE/RG.: 1452245, EXPEDI-
DO EM 20 / 12 / 1988, ORGÃO EXPEDIDOR: SSP / PB, RESIDENTE À
RUA(AV): Dr. Nunes Filho 2242826, Nº 106, APT.: , BAIR-
RO: Tambauzinho, CIDADE: João Pessoa,
ESTADO: PB, PODENDO AINDA SER ENCONTRADO(A) NO ENDERÊÇO:
o mesmo

TESTEMUNHA DEVIDAMENTE COMPROMISSADA E ADVERTIDA NAS FORMALIDADES DA
LEI, PROMETEU DIZER TUDO QUANTO SOUBER SOBRE OS FATOS DESTES AUTOS .
E INQUERIDA PELA AUTORIDADE, RESPONDEU QUE: no dia 14/6/99, por vol-
ta das 12:30 horas, se encontrava estacionando seu veículo ao lado
da primeira Igreja Batista, localizada na Av. Getúlio Vargas, mo-
mento em que ouviu uma zozada como freio de veículo e ao olhar viu-
que um veículo de marca Ford K, de cor Prata, havia atropelado um
Senhor; QUE, observou que o motorista, um rapaz de aproximadamente
vinte e três anos, demonstrava muito nervosismo; QUE, um senhor de
uma certa idade, vendo o nervosismo do motorista atropelador disse
que colocasse a vítima no carro e levasse para o hospital Samarita-
no, o que imediatamente o motorista atropelador fez, ou seja no
próprio carro atropelador levou a vítima para o Hospital Samaritano;
QUE, segundo informações a vítima ainda chegou no hospital com vi-
da; QUE, não sabe informar a placa do veículo atropelador, como tam-
bém não sabe informar o nome do motorista; QUE, quinze minutos após
esteve no Hospital para saber notícias da vítima e fornecer o nº.
do seu telefone para servir como testemunha; QUE, no hospital não
mais encontrou o motorista atropelador; QUE, não sabe informar o

MECANOGRAFIA DA SSP





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA: DE ACIDENTES DE VEÍCULOS - D.A.V.

-DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA-

AOS nove DIAS DO MÊS DE julho, DO ANO DE
MIL NOVECENTOS E NOVENTA E nove, NESTA CIDADE DE João Pessoa
João Pessoa, ESTADO DA PARAÍBA, E NA DELEGACIA DE ACIDENTES DE
VEÍCULOS, ESTANDO PRESENTE O(A) BEL(A) ENRIQUE ANTONIO AYRES DE AL-
BUQUERQUE, DELEGADO(A) DE POLÍCIA CIVIL, COMIGO, ESCRIVÃO(O) DO
SEU CARGO, NO FINAL ASSINADO(A), AÍ, ÀS 15:00 HORAS, COMPARECEU:====
SEVERINO BERTO FILHO, DE NACIONALIDADE brasileiro
NATURAL DE Pedro Velho, ESTADO RN, COM 37 ANOS
DE IDADE, NASCIDO(A) EM 10 / 11 / 1960, PROFISSÃO Vigilante
ESTADO CIVIL solteiro, DOC. DE IDENTIDADE 984.042
EXPEDIDO POR SSP / PB, FILHO(A) DE Severino Berto e de
E DE Iraci Maria da Silva

RESIDENTE À RUA(AV) Mário Pereira da Silva Nº 48
APTO, BAIRRO Mangabeira II, CIDADE João Pessoa
João Pessoa, ESTADO PB. TESTEMUNHA DEVIDAMENTE COMPROMISSA-
DA NA FORMA DA LEI, PROMETEU DIZER TUDO QUANTO SOUBESSE SOBRE OS FA-
TOS DESTES AUTOS. E, INQUERIDA PELA AUTORIDADE, RESPONDEU QUE: No dia

14 de junho do corrente ano, se encontrava de serviços no Hospital "Samaritano, quando por volta das 13:00 horas pode observar um senhor / que chegava em um ford ka, de cor prata, com uma pessoa acidentada; QUE, essa pessoa se tratava de um senhor idoso que estava com um ferimento muito grande na cabeça; QUE, de imediato pegou uma maca e juntamente com uma das enfermeiras levou a vítima para o C. T. I., QUE, também pegou a placa do veículo e pediu para o motorista procurar a sua família para juntos tentarem resolver o problema causado; QUE, foi informado pelo motorista atropelado que já havia entrado em contato com o seu advogado e que o mesmo viria ao hospital para resolver esse problema e que ele motorista iria embora, (que) também falou para o depoente que se responsabilizaria pelas despesas que fossem necessárias; QUE, aproximadamente duas horas após ter chegado ao Hospital a vítima faleceu em consequências dos ferimentos causados pelo acidente. E mais não disse, nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente termo que é depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado por todos na forma da Lei.

Autoridade:.....

Depoente:





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL

-TERMO DE DECLARAÇÕES-

AOS oito DIAS DO MÊS DE Julho DO ANO DE MIL NOVE-CENTOS E NOVENTA E nove, NESTA CIDADE DE João Pessoa ESTADO DA PARAÍBA, E NA(O) DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS PRESENTE O(A) DR(ª) CARLOS ANTONIO AYRES DE ALBUQUERQUE DELEGADO(A) DE POLÍCIA CIVIL, COMIGO, ESCRIVÃ(O) DO SEU CARGO, NO FINAL ASSINADO(A) E DECLARADO(A), AÍ, POR VOLTA DAS 09:45 HORAS, COMPARECEU: NOME: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE IDADE: 46 anos, NACIONALIDADE: brasileira, NATURAL DE: Campina Grande, ESTADO: PB, FILIAÇÃO: Adauto de Almeida Meira e de Alzira de Vasconcelos Meira, ESTADO CIVIL: casada, GRÁU DE INSTRUÇÃO: 2º grau, PROFISSÃO: do lar, PORTADOR(A) DA CÉDULA DE IDENTIDADE/RG. 245.657, EXPEDIDA EM 29 / 05 / 98, ORGÃO EXPEDIDOR: SSP / PB, COM ENDERÊÇO DE RESIDÊNCIA À RUA(AV) Monseñor Severino Pires Ferreira Nº 161, APT BAIRRO: Brisa Mar, CIDADE: João Pessoa, ESTADO: PB, PODENDO AINDA SER LOCALIZADO(A) NO ENDERÊÇO: no mesmo endereço.

O(A) QUAL, À AUTORIDADE POLICIAL, PRESTOU AS SEGUINTE DECLARAÇÕES : QUE, na presença de seu advogado senhor IZOMAR BARBOSA DA SILVA, OAB nº 9131; QUE, é legítima proprietária do veículo Ford Ka, ano / 98, Placa MNQ 4345-PB, de cor Prata, conforme faz prova com o certificado de registro e licenciamento de veículo expedido pelo DETRAN-PB, de nº 4047668515, alienado a FORD LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, como também é devidamente habilitada; QUE, no dia 14/06/99, seu filho IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO se encontrava dirigindo o referido veículo; QUE, o mesmo é devidamente habilitado sob o nº 00505447586, emitida em 05.02.99 e com validade até 2004; que o mesmo é habilitado desde o ano de 1993; QUE, no dia 14.06.99 se encontrava em sua residência quando por volta das 20:00 horas seu filho IVO chegou muito nervoso dizendo que havia atropelado um senhor na Avenida, digo, atropelado um senhor próximo a igreja Batista, Igreja esta localizada na Avenida Getúlio Vargas; QUE, disse seu filho IVO que havia prestado socorro levando a vítima para o Hospital Samaritano, tendo deixado inclusive a placa do carro anotada nos registros do Hospital; QUE, no dia seguinte a declarante



18

continuação:

QUE, no dia seguinte a declarante ligou para o Hospital Samaritano na intenção de localizar endereço da família da vítima para prestar assistência no entanto não obteve êxito; QUE, somente nesta Delegacia é que tomou conhecimento que a vítima se chamava JOSE DELFINO CAMILO e que a mesma faleceu no mesmo dia do atropelamento. E mais não disse, nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente termo que depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado por todos na forma da Lei.

Autoridade:.....

Declarante:

Advogado:

Escrivão:

DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEICULO DA CAPITAL

-AUTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO-

AOS oito DIAS DO MÊS DE julho DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E novê, NESTA CIDADE DE João Pessoa, ESTADO DA PARAÍBA, E NA UNIDADE POLICIAL CIVIL: Del. Acidentes de Veículos, PRESENTE O(A) DR(ª) CARLOS ANTONIO AYRES DE ALBUQUERQUE DELEGADO(A) DE POLÍCIA CIVIL, COMIGO, ESCRIVÃ(O) DO SEU CARGO, NO FINAL ASSINADO(A) E DECLARADO(A), AÍ, POR VOLTA DAS 10:15 HORAS, PELA AUTORIDADE POLICIAL, PASSOU A SER QUALIFICADO(A) E INTERROGADO(A) NOS TERMOS DA LEI O(A) INDICADO(A), CONFORME ADIANTE SE SEGUE:.....

NOME: IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE, APELIDO: IVINHO
 IDADE: 24 anos, DATA DO NASCIMENTO: 16 / 06 / 1975 NACIONALIDADE: brasileiro, NATURALIDADE: João Pessoa, U.F. PB
 FILIAÇÃO: IVO ANSELMO DE ALBUQUERQUE / EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, IDENTIDADE/RG.: 1.829.240 EXPEDIDO EM 22 / 12 / 98, ORGÃO EXPEDIDOR: SSP/PB, GRÁU DE INSTRUÇÃO: 3º grau incompleto, PROFISSÃO: Comerciante, CIC: 018397554-58
 ESTADO CIVIL: solteiro, ENDERÊÇO DE RESIDÊNCIA: R. Monsenhor Severino Pires Ferreira nº 161- Brisa Mar- João Pessoa

ENDERÊÇO PROFISSIONAL: o mesmo

PODENDO SER AINDA LOCALIZADO(A) NO ENDERÊÇO: no mesmo endereço

COR: branca, ALTURA: 172, OLHOS: Castanhos, BARBA: raspada
 CABELOS: castanhos, BIGODES: raspado, PROLE: 01
 OUTROS SINAIS CARACTERÍSTICOS: não possui

CIENTE DAS ACUSAÇÕES QUE LHE SÃO IMPUTADAS; BEM ASSIM INFORMADO(A) SOBRE OS SEUS DIREITOS E GARANTIAS, INCLUSIVE DE PERMANECER EM SILÊNCIO, (ART.186 CPPB), AO PRESENTE INTERROGATÓRIO RESPONDEU QUE: É verdadeira a imputação que lhe está sendo feita no tocante ao atropelamento ocorrido no dia 14.06.99, por volta das 12:45 minutos nas proximidades da Igreja Batista localizada na Avenida Getúlio Vargas, pois se encontrava dirigindo o veículo FORD KA ano 98, placas MNQ 4345-PB, de cor prata, pertencente a sua genitora quando ocorreu o atropelamento; QUE, o fato se verificou quando dirigia o citado veículo sentindo, digo / sentido praça da Independência/Lagoa; QUE, vinha dirigindo o veículo já em frente ao Edifício Atrium na faixa esquerda, pois tinha um ônibus

22

MECANOGRAFIA DA SSP



continuação.

ois tinha um ônibus parado apanhando passageiros " (Av. Copólio S. de Oliveira), momento em que observou a vítima em pé no canteiro que dá vi-
de a referida avenida; QUE, para surpresa do interrogado, quando ia
passando a vítima saiu do canteiro provavelmente com o objetivo de apa-
nhar o ônibus e não dando para desviar o veículo atropelou a vítima;
QUE, ficou muito nervoso, preocupado com a vítima e imediatamente socor-
reu a mesma com a ajuda de algumas pessoas levando-a para o Hospital Sa-
maritano, tendo inclusive deixado no Hospital registrado a placa do veí-
culo; QUE, socorreu a vítima no próprio carro atropelador; QUE, a víti-
ma era um senhor de idade já avançada e se lembra que a mesma se chama-
va JOSÉ; QUE, ainda permaneceu algum tempo no Hospital aguardando fami-
liares da vítima, como não apareceu ninguém se deslocou para sua residên-
cia; QUE, no mesmo dia à tarde, mandou um amigo comparecer ao Hospital
para ter notícias da vítima; QUE, no dia seguinte tomou conhecimento de
que a vítima JOSÉ havia falecido; QUE, não exercia alta velocidade, até
porque o movimento na avenida onde houve o atropelamento no horário do
fato era de grande movimento; Como nada mais foi dito, nem perguntado,
mandou a autoridade encerrar o presente termo que depois de lido e acor-
do conforme, vai devidamente assinado por todos na forma da Lei.

Autoridade:

Interrogado:

Advogado:

Escrivão:

Carlos Ot. O. Oliveira
Delegado de Polícia

IZOMAR BARBOSA DA SILVA OAB 9131-PR

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES DA CAPITAL

26
XII

INQUÉRITO POLICIAL Nº007/99/DAV.
INDICIADO: IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO " VULGO IVINHO"
VÍTIMA: JOSÉ DELFINO CAMILO
INCIDÊNCIA PENAL: ARTIGO 302 DA LEI 9503/97

Foram os autos iniciados, por força da portaria expedida pela autoridade policial, com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do motorista que no dia catorze do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, por volta das 12:30 horas, quando dirigia o veículo FORD KA de placa-MNQ4345, atropelou e levou a morte a vítima JOSÉ DELFINO CAMILO, nas proximidades da Primeira Igreja Batista, localizada a Av. Getúlio Vargas, nesta Capital.

Inicialmente ouvimos a viúva RUTH DA SILVA CAMILO, onde a mesma em suas declarações disse que no dia do fato se encontrava em sua residência, momento em que recebeu um telefonema, onde a pessoa informava que seu esposo José Camilo havia sofrido um atropelamento e havia morrido no Hospital Samaritano, assim sendo no referido hospital, tomou conhecimento que o veículo atropelador tinha sido o FORD KA de placa MNQ4345 e de cor prata, como também soube que o motorista atropelador digo atropelador havia prestado socorro.

A testemunha João Neto de Figueiredo funcionário do H. Samaritano, disse que no dia do fato se encontrava de Plantão quando chegou um rapaz no veículo FORD K de placa - MNQ4345 de cor prata com uma pessoa ensanguentada e dizendo que havia atropelado a mesma, nas proximidades da Igreja Batista, na Av. Getúlio Vargas, tendo observado que o rapaz atropelador estava bastante nervoso e pedia ajuda e dizia que daria toda ajuda digo assistência, tendo inclusive deixado a placa do veículo, verificou ainda que o veículo que socorreu a vítima estava com o parabrisa quebrado e com danos no paralamas direito.

A testemunha WANDENBERG DOS SANTOS FARIAS, disse que se encontrava estacionando seu veículo ao lado da primeira Igreja Batista, localizada na Av. Getúlio Vargas, quando ouviu uma zoadada de freio, e ao olhar viu que o veículo Ford K de cor prata havia atropelado um homem, observou que o motorista a (continuação fls. 02...)

BOLETIM INDIVIDUAL Nº de DELEGACIA POLICIAL - REMETIDO a de 19



(continuação do relatório fls. 02..)

demonstrava muito nervosismo e viu quando o mesmo colocou a vítima dentro do próprio veículo atropelador e socorreu a vítima, levando-a para o hospital Samaritano, disse ainda a testemunha que compareceu ao Hospital Samaritano e forneceu seu nº. do telefone para qualquer necessidade, disse que não sabia informar o nome do motorista atropelador, sabendo informar que se trata de um rapaz de a proximadamente vinte e três anos de idade, disse que não sabia informar o nome da vítima.

A testemunha SEVERINO BETO FILHO, disse que estava trabalhando no hospital Samaritano quando no dia 14/06/99, por volta das 13:00 horas, quando chegou um senhor chegar - em um veículo Ford K de cor prata com uma pessoa acidentada e mostrava um ferimento grande na cabeça, tendo inclusive ajudado a na maca transportar a vítima para o CTI, do referido Hospital, disse ainda que o motorista que havia conduzido a vítima para o hospital afirmou que se responsabilizava pelas despesas necessárias, sendo que após duas horas a vítima veio a falecer devido a pancada.

O acusado, em seu depoimento na presença de seu advogado, disse que a imputação que lhe estava sendo feita era verdadeira, pois realmente no dia 14/6/99, por volta das 12,45 horas quando dirigia o veículo Ford K de placa MNQ4345, de cor prata, veículo esse pertencente a sua genitora, nas proximidades da Igreja Batista, localizada a Av. Getulio Vargas, atropelou a vítima e o fato somente ocorreu porque a vítima que estava no canteiro que divide a rua, tentou atravessar para apanhar um ônibus, disse ainda que tentou desviar mais não foi possível, ficou bastante nervoso e socorreu a vítima levando-a para o hospital Samaritano desta Capital, sabendo informar que a vítima se chamava José e era de idade bastante avançada, disse que não exercia alta velocidade, até porque o local devido o horário não permitia, disse ainda que permaneceu no hospital esperando familiares da vítima, como não apareceu familiares foi para sua residência e no dia seguinte soube que a vítima havia falecido. Disse que é devidamente habilitado conforme faz prova da habilitação nº. 057122661, expedida pelo DETRAN-PB com validade para 29/01/2004, como também o veículo está devidamente emplacado conforme faz prova com o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo, xerox anexa.

Assim sendo MM. JUIZ., provada a materialidade do crime, sua autoria e circunstâncias, concluso está o trabalho da polícia Judiciária, é o relatório, o que determino ao escrivão do feito que após as formalidades de praxe sejam os autos remetidos ao cartório de distribuição do Fórum central desta Capital.

J. Pessoa, 12 de julho de 1999

Carlos da Silva Albuquerque
Delegado de Polícia

27



02
Sve

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
COMARCA DA CAPITAL
8a. PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL**

Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da 8a. Vara Criminal, da Comarca da Capital.

Vute
Segue despacho
de.
14/06/99
R. Paulo Getúlio

A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, que esta subscreve, no uso de suas funções e com fundamento no Inquérito Policial anexo, **vem, mui respeitosamente**, à presença de V.Exa. **denunciar**:

- **IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO**, brasileiro, natural de João Pessoa/PB, solteiro, comerciante, com 24 anos de idade, **filho de Ivo Anselmo de Albuquerque e Edleuza Vasconcelos Meira de Albuquerque**, residente à Rua Mons. Severino Pires Ferreira nº 161, Brisamar, nesta Capital;

PELO FATO DELITUOSO QUE PASSA A EXPOR:

No dia 14.06.99, às 12:30 horas, à Av. Getúlio Vargas, próximo à Igreja Batista, o denunciado, dirigindo

g



03
Xbr

um Ford/KA, prata, ano de fabricação 1998, Placas MNQ-4345/PB, registrado no DETRAN em nome de terceira pessoa, **atropelou o transeunte JOSÉ DELFINO CAMILO**, conforme faz prova o Exame Cadavérico, de fls. 11, do Inquérito Policial que investigou o fato.

Segundo a materialidade do crime, a vítima sofreu traumatismo craniano com lesões meningo-encefálicas, causa eficiente de sua morte, decorrente de acidente de trânsito.

De acordo com a prova testemunhal informante da notitia criminis, o denunciado prestou o devido socorro à vítima, inclusive prontificando-se a auxiliar a família nas despesas hospitalares, sem, contudo, apresentar prova documental nesse sentido.

Constam do Inquérito os documentos do veículo, comprobatórios de ter sido adquirido pelo sistema leasing, bem como a cópia xerográfica da CNH do acusado Ivo Anselmo Meira de Albuquerque Filho.

Interrogado, o então indiciado forneceu, quinze dias após o atropelamento, a versão de que a vítima teria saído do canteiro daquela Avenida para pegar o Ônibus, no que **não concorda esta Promotoria de Justiça**, pois naquele exato momento o motorista atropelador não poderia ter a certeza de que a pobre vítima iria pegar algum Ônibus.

Aliás, nesse sentido, a Jurisprudência já se posicionou:

"Homicídio Culposo.
Lesões corporais culposas. Acidente de veículo.
Recurso manifestado em razão de divergência jurisprudencial.

-Indiferente a hipótese de culpa das vítimas, que procuraram cruzar a rodovia, saindo pela frente do ônibus estacionado. Tem-se como culpado o motorista do veículo atropelador, que não guardou o cuidado necessário para evitar o acidente. Recurso improvido." (RESP 28960/PR, Rel. Min. José Cândido de Carvalho Filho).

A

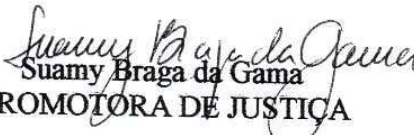


04
Sine

Está evidenciada a culpa, através da imprudência do motorista em faltar ao dever de cuidado para com os pedestres no trânsito.

Ante o exposto, ofereço a presente denúncia, enquadrando-o no Art. 302, "caput", do Código de Trânsito, pedindo que seja citado para ser interrogado e oferecer a defesa que tiver, pena de revelia, e as intimações das testemunhas do Inquérito para deporem em Juízo sobre o fato, penas da lei, prosseguindo-se aos demais atos processuais, no rito do Art. 539, do Código de Processo Penal, até final julgamento.

Termos em que,
Pede deferimento.
João Pessoa, 06 de agosto de 1999


Suamy Braga da Gama
PROMOTORA DE JUSTIÇA

ROL DE TESTEMUNHAS:

1. JOÃO NETO DE FIGUEIREDO - residente à Tv. Deputado Plínio Lemos nº 27, Valentina I, nesta Capital.
2. WAMDENBERG DOS SANTOS FARIAS - residente à Rua Dr. Nunes Filho nº 106, Tambauzinho, nesta Capital.
3. SEVERINO BETO FILHO - residente à Rua Mário Pereira da Silva nº 48, Mangabeira II, nesta Capital.



OS
Sua

DECLARANTES:

4. RUTH DA SILVA CAMILO - esposa da vítima, residente à Rua Padre Manoel da Nóbrega nº 157, Costa e Silva, nesta Capital. ✓

5. EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE - mãe do acusado, residente à Rua Mons. Severino Pires Ferreira nº 161, Brisamar, nesta Capital. ✓

A





35

AUTO DE INTERROGATÓRIO

Processo Nº 200990436095

Aos 22 de fevereiro de 2000 nesta cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, na sala de audiências do 8ª Vara Criminal, presente o Dr. Marcos Aurelio Pereira Jatoba, Juiz(a) de Direito, comigo Escrivã/Escrevente. Ai, pelas 16:30 horas. Iniciada, a audiência de INTERROGATÓRIO, e feitos os pregões de estilo, deu-se pela presença do Réu IVO ANSELMO M. DE ALBUQUERQUE FILHO, brasileiro, natural de João Pessoa, comerciante, com 24 anos, filho de Anselmo de Albuquerque e de Edleuza Vasconcelos Meira de Albuquerque, residente a rua Mons. Severino Pires Ferreira, 161, Brisamar, nesta capital. Em seguida, lida a denúncia, passou a Drª. Juíza a interrogar o acusado na forma do art. 188 e seus incisos do Código de Processo Penal, cujo textos são os seguintes:

I - Onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta: Que, no dia e hora do fato denunciado encontrava-se no local do acidente. ;

II - As provas contra ele já apuradas: Que, não conhece as provas contra si apuradas;

III - Se conhece a vítima e as testemunhas já inquiridas ou por inquirir, e desde quando, e se tem o que alegar contra elas: Que, não conhecia a vítima, conhece apenas as declarante nada tendo a alegar contra as mesmas;

IV - Se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer dos objetos que com esta se relacione e tenha sido apreendido: PREJUDICADO;

V - Se é verdadeira a imputação, que lhe é feita: Que, na realidade é o interrogado quem dirigia o ford K placa MNQ 4345-PB, quando a vítima foi atingida verdadeira em parte a imputação a si atribuída ;

VI - Se, não sendo verdadeira a imputação, tem algum motivo particular a que atribui-la, se conhece a pessoa ou pessoas a que deva ser imputada a prática do crime, e quais sejam, e se com elas esteve antes da prática da infração ou depois dela: Prejudicado;

VII - Todos os demais fatos e pormenores, que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração: Que, o interrogado dirigia seu veículo no sentido praia-centro, Que o acidente ocorreu em uma via em frente a Igreja Batista; Que, a vítima foi atingida na pista de rolamento dos veículos; Que, a vítima vinha na pista da direita para a esquerda do interrogado; Que, a vítima foi atingida pela parte frontal (meio) do veículo; Que, o veículo dirigido pelo interrogado trafegava a aproximadamente 40 a 60 KM; Que, o veículo atingiu a vítima antes do sinal existente em frente a Igreja Batista; Que, o sinal se encontrava aberto para o interrogado; Que, o interrogado socorreu a vítima, conduzindo-a ao hospital Samaritano; Que, o interrogado tem celular porém não estava utilizando na época do fato inclusive acrescenta que o Juízo se assim o entender poderá solicitar informações a operadora; Que, quando do atropelamento a vítima se encontrava sozinha; Que, a família da vítima recebeu o seguro obrigatório; Que, o interrogado informa que tem um seguro que providencia o pagamento das despesas médicas e funerais; Que, o horário dos acontecimentos é de muito movimento, inclusive de alunos deixando o Liceu e tais fatos impediriam o acusado de desenvolver alta velocidade mesmo se assim o quisesse. ;

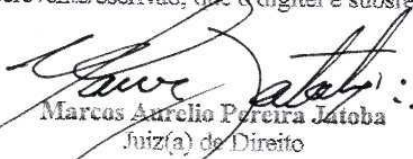
VIII - Sua vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, no caso afirmativo, qual o juízo do processo, qual a pena imposta e se a cumpriu: Que, nunca foi preso nem processado;

IX - Se tem advogado : Que tem advogado na pessoa do Dr. Izomar Barbosa da Silva OAB nº 9131-PB, que fica intimado para a defesa prévia.. Nada mais havendo, mandou


Página 1

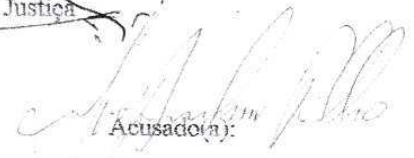


o(a) MM. Juiz(a) encerrar o presente termo, que vai devidamente assinado por mim,
_____, escrevente/escrivão, que o digitei e subscrevi.


Marcos Aurelio Pereira Jatoba
Juiz(a) de Direito


Promotor(a) de Justiça


Advogado(as):


Acusado(a):





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
8ª VARA CRIMINAL

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº 200990436095

Acusado: IVO ANSELMO M. DE ALBUQUERQUE FILHO

Audiência: Interrogatório

Aos 22 de fevereiro de 2000 às 16:30 horas, na sala de audiências da 8ª Vara Criminal, no Edifício do Fórum, onde presente se encontrava o Exmº Srº Dr. Marcos Aurélio Pereira Jatobá MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal, comigo escrivã, de seu cargo, ao final nomeado e assinado. Aberta a audiência com as formalidades de praxe, feito o pregão, verificou-se a presença do Exmº Srº Dr. Francisco Paulo Ferreira Lavor, DD. Promotor de Justiça; presente o acusado IVO ANSELMO M. DE ALBUQUERQUE FILHO. Presente a Defensora Pública Drª Maria Cleyde Paiva Costa; Aberta a audiência. Iniciados os trabalhos, o MM. Juiz declarou o despacho de teor seguinte: Vistos etc. O acusado foi interrogado, conforme anexo. O acusado tem advogado na pessoa de Dr. Izomar Barbosa da Silva, OAB nº9131-PB, a quem faculto o triduo legal para apresentação da Defesa Prévia. Nada mais a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. EU _____ escrivã, o digitei e assino.

Juiz de Direito

Promotor de Justiça

Advogado

Acusado

Termo de Audiência - 1



56

TERMO DE ASSENTADA

Precatória nº

Acusados:

Aos 21 de setembro de 2000, às 15:00 horas, na sala de audiência da 8ª Vara Criminal, no Fórum Archimedes Souto Maior, nesta cidade e Comarca de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba onde se encontra a *Exmª Drª Maria das Graças Moraes Guedes*, Juíza de Direito da mencionada Vara, comigo escrevente de cargo adiante declarado, presente a *Drª Suamy Braga Gama*, Promotora de Justiça e acusado Ivo Anselmo M. de Albuquerque Filho, acompanhado de seu advogado Isomar Barbosa da Silva, sendo aí, nos autos da Ação Penal que a Justiça Pública move contra o mencionado acusado foi inquirida a testemunha abaixo nomeada e qualificada. Eu, _____, escrevente o digitei.

1ª TESTEMUNHA DO MP :JOÃO NETO DE FIGUEREDO, 34 anos de idade, Auxiliar em telecomunicações, alfabetizado, filho Carlito elias de Figueredo e de Maria alencar de Figueredo, residente Travessa Deputado Plinio Lemos, 27, Valentina I, nesta Capital. Aos costumes disse nada. A testemunha compromissada na forma da Lei, prometeu dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da Lei: Que, **conheceu o acusado por ocasião do acidente**; Que, na época do fato trabalhava na função de recepcionista no Hospital Samaritano nesta Capital; Que, no início da tarde do dia do fato, estava de plantão quando chegou um cidadão, identificado nesta audiência como sendo o acusado, em um veículo ford K placa MNQ-4345-PB conduzindo uma pessoa ensanguentada; Que, dizia o dito senhor haver atropelado uma pessoa próximo a Igreja Batista na Av. Getúlio Vargas; **Que, observou o depoente que o para brisa do veículo estava quebrado e o para la direito apresentava danos**; Que, o condutor do veículo demonstrava nervosismo e pedia ajuda para socorrer a vítima, que ainda apresentava sinais vitais; Que, o depoente ajudou a transportar a vítima para o CTI; **Que, o acusado dizia-se bancário e demonstrava interesse em prestar assistência a vítima**; Que, a vítima foi identificada como sendo José Delfino Camilo; **Que, ratifica o depoimento prestado na esfera policial**; Que, a vítima faleceu no mesmo dia; Que, no momento do acidente passava Vanderbegue Farias e Jasa Costa, que logo em seguida chegaram ao Hospital oferecendo-se para testemunhar sobre o fato; Que, eles deixaram seus telefones e disseram ter presenciado o acidente; Que, Vanderbeg Farias deixou seu telefone celular nº 9322-3188 e Jasa Costa (084) 9431-3488 (Natal) Dada a palavra a representante do MP para reperguntas, nada requereu. Dada a palavra a defesa para reperguntas, nada requereu: Não havendo mais nada, mandou o MM Juiz encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado por todos, e por mim _____, escrevente, que o digitei.

Juíza de Direito

Advogado

Promotora de Justiça

Testemunha



57
7

2ª TESTEMUNHA DO MP : VANDERBEG DOS SANTOS FARIAS brasileiro, solteiro, estudante, 28 anos de idade, filho Ariel de Farias Filho e de Otanice dos Santos Farias, residente, Rua Dr. Nunes filho, 104, Tambauzinho, nesta Capital. Aos costumes disse nada. A testemunha compromissada na forma da Lei, prometeu dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da Lei: Que, não conhece o acusado; Que, não conhecia a vítima José Delfino Camilo; Que, ratifica o depoimento prestado na esfera policial (fls. 14), acrescentando que ouviu frejada rápida e o momento do atropelamento; Que, a vítima uma pessoa de idade avançada passou na frente do veículo sem a menor atenção; Que, o motorista tentou desviar, mas não teve como evitar o choque com a vítima; Que, o motorista socorreu a vítima no próprio veículo conduzindo-a ao Hospital Samaritano; Que, o depoente esteve no hospital em companhia de Jasa, deixando o n.º de seus telefones para eventual intimação para depor sobre o fato presenciado; Que, Jasa reside em Natal RN. Dada a palavra a representante de MP para reperguntas, respondeu: Que, não viu se a vítima desceu de algum veículo; Dada a palavra a defesa para reperguntas, respondeu: Que, no local onde ocorreu o fato não havia faixa de pedestres; Que, mais ou menos há cinco metros do local existe faixa de pedestres; Que, o veículo imprimia uma velocidade média de 40 km; Que, havia fluxo de veículos no local do fato em razão do horário. Não havendo mais nada, mandou o MM Juiz encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado por todos, e por mim _____, escrevente, que o digitei.

Juiz de Direito

Advogado

Promotora de Justiça

Testemunha:

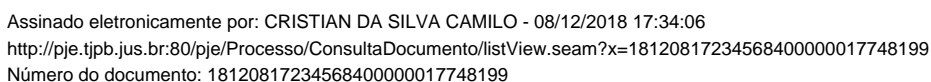


58

Promotora de Justiça

Advogado

Testemunha:





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
8ª VARA CRIMINAL

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº 200990436095

Acusado: IVO ANSELMO M. DE ALBUQUERQUE FILHO

Audiência: INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS

Aos 21 de Setembro do ano dois mil, às 15:00 horas, na sala de audiências da 8ª Vara Criminal, no Edifício do Fórum, onde presente se encontrava a Excelentíssima Srª. Maria das Graças Moraes Guedes, MMª Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal, comigo escrivã/escrevente, de seu cargo, ao final nomeado e assinado. Aberta a audiência com as formalidades de praxe, feito o pregão de estilo, VERIFICOU-SE a presença da representante do Ministério Público, Drª Suamy Braga da Gama. Presente O ACUSADO SUPRA ACOMPANHADO DE SEU ADVOGADO Isomar Barbosa da Silva, as testemunhas Vanderbeg dos Santos Farias, João Neto de Figueredo e Severino Berto Filho. **Instaurou-se a audiência.** Iniciado os trabalhos, as testemunhas Vanderbeg dos Santos Farias, Severino Berto Filho e João Neto de Figueredo foram inquiridas, conforme assentada. O Ministério Público prescindiu das declarações de Ruthe da Silva Camilo e Edleusa Vasconcelos Meira de Albuquerque. Não havendo, as testemunhas a inquirir pela acusação a MM. Juíza proferiu o despacho do teor seguinte: **vistos etc... Requisite-se os antecedentes criminais do acusado. O processo está em ordem. Sem nulidades a sanar ou irregularidades a suprir declaro-o saneado. Audiência de instrução e julgamento na primeira data desimpedida. Agende-se intimando-se as testemunhas do rol de defesa (fls. 42/43). Demais diligência necessárias.** Nada mais havendo a tratar, mandou a MM Juíza encerrar o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. EU escrivã/escrevente, o digitei e assino.

Juiz(a) de Direito

Promotor(a) de Justiça

Advogado

Acusado

Estagiário (s)



ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIARIO
COMARCA DA CAPITAL
8ª VARA CRIMINAL

TERMO DE ASSENTADA

Aos 09 de abril de 2001, às 14:00 horas, na sala de audiência da 8ª Vara Criminal, no Palácio de Justiça, nesta cidade e Comarca de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba onde se encontra a Exm^a. Dr^a Maria das Graças Moraes Guedes, Juíza de Direito da mencionada vara, comigo escrevente de cargo adiante declarado, presente o Dr. Flávio Wanderley Cabral Nobrega Vasconcelos, Promotor de Justiça, presente o acusado IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO, acompanhado de seu advogado, Dr. Izomar Barbosa da Silva, OAB/PB-9131, foi inquirida a testemunha abaixo nomeada e qualificada. Eu, João, escrevente o digitei e assino.

1ª TESTEMUNHA DA DEFESA: LUIZ BARBOSA DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, engenheiro civil, filho de Luiz Barbosa da Silva e de Irene Barbosa da Silva, registro geral 314.257, residente a rua Getulio Vargas 90 - edf. Santa Rita 1pto 706 - centro, nesta cidade. Aos costumes disse nada. A testemunha compromissada na forma da Lei, prometeu dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da Lei: Que, conhece o acusado há mais de dez anos; Que, nada sabe em desabono a conduta do acusado; Que, o acusado é profissional de informática; Que, nunca viu a habilitação do acusado, mas acredita que ele esteja habilitado para dirigir veículo automotor; Que, tomou conhecimento do acidente através do acusado; Que, o acusado informou ao depoente que ia descendo na Av que passa em frente à Igreja Batista, para pegar o Liceu Paraibano e atropelou um acião que passou na frente do veículo; Que, informou ainda que tentou evitar o atropelamento mas não conseguiu; Que, é do seu conhecimento que o acusado socorreu a vítima; Que, retornando do hospital, o acusado procurou o depoente que estava no trabalho e contou a ocorrência; Que, o depoente saiu com ele no carro e se dirigiu ao hospital Samaritano, constatando que a vítima já havia sido atendida; Que, foi informado que a vítima tinha chegado com vida e estava sendo assistido; Que, em seguida, na companhia do acusado, retornou ao local do acidente e viu marcas de pneu no asfalto, como se o acusado estivesse desviando o veículo de algum obstáculo; Que, o acusado comentou que imprimia ao veículo uma velocidade normal. Dada a palavra a Defesa, às suas reperguntas disse a testemunha: Que, não lembra a hora do acidente; Que, logo depois do local do acidente, existe um semáforo e uma faixa de pedestres; Que, não tem como dirigir em velocidade excessiva no local do fato, porque logo em seguida há um semáforo e uma faixa de pedestre; Que, esteve uma vez apenas no hospital na companhia do acusado, onde ele permaneceu alguns minutos; Que, o acusado identificou-se no hospital samaritano; Que, o acusado identificou-se na recepção do hospital, não sabendo o nome do funcionário; Que, tomou conhecimento do falecimento da vítima através do acusado, porem não lembra o dia e a hora. Dada a palavra ao Representante do Ministério Público, nada requereu.



Nada mais havendo a tratar, mandou a MMA Juíza encerrar o presente termo que vai devidamente assinado pelos presentes.

69
xbr

Maria das Graças Moraes Guedes
Juíza de Direito

Flávio Wanderley C. N. Vasconcelos
Promotor de Justiça

Advogado(as):

Testemunha:



70
Xm

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
8ª VARA CRIMINAL

TERMO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº: 20019990436095

AUTOR DO FATO: IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO

AUDIÊNCIA: INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Aos 09 dias do mês de abril do ano de 2001, às 14:00 horas, na sala de audiências da 8ª Vara Criminal, no Edifício do Fórum, onde presente se encontrava a Excelentíssima Sra. Dra. Maria das Graças Moraes Guedes, MM. Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal, comigo escrevê/escrivente, de seu cargo, ao final nomeada e assinada. Aberta a audiência com as formalidades de praxe, feito o pregão, verificou-se a presença do Dr. Flávio Wanderley Cabral Nóbrega Vasconcelos, DD. Promotor de Justiça, presente o autor do fato, IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO, acompanhado de seu advogado Dr. Izomar Barbosa da Silva - OAB/PB 9131. Presente a testemunha Luiz Barbosa da Silva Filho e ausentes as testemunhas Edleusa Vasconcelos Meira de Albuquerque e Hindemberg Adoniram Barbosa Lopes. Abertos os trabalhos, a testemunha presente foi ouvida conforme assentada. A defesa disse prescindir dos depoimentos das testemunhas faltosas. Encerrada a instrução, foi dada a palavra às partes, sucessivamente, Ministério Público e Defesa, para sustentação oral. Pelo Ministério Público foi dito: MM Juíza de Direito, IVO ANSELMO MEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO, já qualificado nos autos, foi denunciado como autor do homicídio culposo de Jose Delfino Camilo, ocorrido no dia 14 de junho de 1999, por volta das 12:30 horas, próximo à Primeira Igreja Batista desta Capital. Ressalta a peça inicial que o acusado agiu com imprudência, faltando ao dever de cuidar para com os pedestres no trânsito. O laudo de exame cadavérico de fls. 16/18v relata que a vítima citada faleceu de traumatismo craniano com lesão meningo-encefálica, provocada por ação contundente. A prova testemunhal traz através do depoimento de Vandemberg dos Santos Farias, que presenciou o fato, que o réu tentou desviar a vítima, inclusive, procedendo uma freada rápida. Por seu turno, a vítima, um acião, teria atravessado a avenida fora da faixa de pedestres e sem prestar qualquer atenção. Nenhuma outra versão foi apresentada nesse processo penal. Diante do exposto, entendemos que o acusado não agiu com imprudência. Assim sendo, queremos que seja julgado improcedente a peça inicial, para deste forma, absolver o réu retro citado da imputação da denúncia. Em seguida, a defesa se pronunciou: Este patrono vem falar a este juízo em forma de defesa oral. Tem a informar e argumentar o seguinte: O acusado tem endereço fixo a mais de vinte anos, residindo no mesmo local de sempre. Não se tem notícia em seu habitat que o mesmo fume e nem ingira bebidas alcoólicas e que o mesmo que se tem notícia,


Termo de Audiência - 1



71
Xiv

nunca foi imprudente, nunca foi processado, e nem preso e é portanto, conhecido em sua comunidade como um tecnico de informática dedicado exclusivamente ao trabalho diuturnamente, pelo fato de seu local de trabalho (oficina de informatica) ser em sua propria residencia. No dia do acidente, por volta das 12:30 horas, este patrono se encontrava em Cabedelo, almoçando no restaurante sete sabores, quando o acusado telefonou para o seu celular informando sobre o acidente, pois o mesmo se encontrava no local do acidente e se mostrava choroso pelo telefone e muito nervoso. De imediato, este patrono lhe orientou que o mesmo conduzisse a vitima de imediato, para o hospital mais proximo do local (hospital samaritano), o que foi feito. às 14:00 horas, este patrono se dirigiu ao hospital e conversando com o acusado, que se encontrava em frente ao hospital, juntamente com o veiculo causador do acidente, para informar ao seu patrtono sobre os fatos. Contando o que realmente havia acontecido, fiu informado na recepção do hospital, que a vitima estava sobre os cuidados medicos de urgencia. Ficando no hospital, o acusado e o seu patrono até as 06:00 horas da noite, quando voltamos para casa. O acusado não tinha nenhuma condição psicológica de dirigir, motivo pelo queal este patrono o conduziu para a sua residencia, onde passou a noite chorando. No dia seguinte, sua genitora ao telefonar para o hospital, recebeu informações de que a vitima teria falecido pela manhã, motivo pelo qual este patrono relata os fatos, requerendo ao Douto Ministerio Publico e este Juízo, sua absolvição, ate porque o acusado colocou a disposição da viuva, como consta dos autos às fls 44, um apólice de seguro no valor de R\$ 661.300,00 , para que antecipadamente supra futuras reparações por danos morais e materiais por parte da vitima e seus familiares, ratificando nesta oportunidade o pedido de absolvição do acusado. Concluidos os debates, a MM Juiza suspendeu a audiencia, determinando o retorno dos autos em conclusão para proferir sentença. Nada mais havendo, mandou a MM. Juiza encerrar o presente termo, que vai devidamente assinado por mim, que o digitei. SBuy.

Juiz(ã) de Direito

Advogado(s):

Promotor(ã) de Justiça

Autor do fato:

Termo de Audiência - 2



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
8ª VARA CRIMINAL

72
Jure

Ação Penal nº. 200990436095
Autora: A Justiça Pública
Réu: Ivo Anselmo M. de Albuquerque Filho

S E N T E N Ç A

DELITO DE TRÂNSITO. HOMICÍDIO CULPOSO.
INEXISTÊNCIA DOS ELEMENTOS
CARACTERIZADORES DA CULPA. CONJUNTO
PROBATÓRIO CONTUNDENTE QUE ELIDE O RÉU DE
QUALQUER SANÇÃO PENAL - CULPA EXCLUSIVA DA
VÍTIMA - INTELIGÊNCIA DO ART. 386, IV DO
CPP. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA.
ABSOLVIÇÃO.

- Se a acusação não conseguiu demonstrar a imprudência do réu na condução do veículo automotor, reconhecendo a improcedência da denúncia, isentando-o de qualquer responsabilidade pelo resultado fatídico, a absolvição é a medida que se impõe.

Vistos, etc...

A Representante do Ministério Público, com assento neste juízo, ofereceu denúncia Ivo Anselmo M. De Albuquerque Filho, brasileiro, natural de João Pessoa/PB, solteiro, comerciante, com 24 anos de idade, residente à Rua Mons. Severino Pires Ferreira, nº.161, Brisamar, nesta Capital, dando-o como incurso nas penas do art. 302, do Código de Trânsito Brasileiro, pelos fatos abaixo e, em sucessivo, narrados:

No dia 14.06.99, por volta das 12:30h, à Av. Getúlio Vargas, próximo à Igreja Batista, o denunciado dirigindo um Ford KA, de Placas MNQ-4345/PB, atropelou o transeunte JOSÉ DELFINO CAMILO, que sofreu traumatismo craniano com lesões meningo-encefálicas, causa eficiente de sua morte, conforme faz prova o Exame Cadavérico, de fls. 16/18, do Inquérito Policial que investigou o fato. De acordo com as testemunhas arroladas no Inquérito, o denunciado prestou socorro à vítima, inclusive prontificando-se a auxiliar a família nas despesas hospitalares e funerárias.

Recebida a denúncia em 10.08.99, instaurou-se a competente ação penal. Citado e interrogado, o



2
73
16/4

obrigatório. (...) o horário dos acontecimentos é de muito movimento, inclusive de alunos deixando o Liceu e tais fatos impediram o acusado de desenvolver alta velocidade mesmo se assim o quisesse (...)"

Ofereceu defesa prévia e rol de testemunhas (fls. 42/43).

Oitiva, em 2 assentadas, das testemunhas João Neto de Figueiredo (fls.56), Wandemberg dos Santos Farias (fls.57), Severino Berto Filho (fls. 58), arroladas pela acusação e Luiz Barbosa da Silva Filho (fls.68), arrolada pela ilustrada defesa.

Em alegações orais, o Ministério Público pleiteia a improcedência da ação entendendo que o acusado não agiu com imprudência (fls. 70/71). A ilustrada defesa, apoiando-se nas provas carreadas no processo, roga absolvição (fls.70/71).

Nos autos não consta antecedentes criminais.

Relatados, decido.

A denúncia imputou ao acusado o crime de homicídio culposo inscrito no art. 302, do Código de Trânsito Brasileiro.

A prova da materialidade descreve a existência e extensão dos vestígios do crime (fls. 16/18).

O auto de exame cadavérico (fls.16) atesta, à saciedade, a causa da morte e o instrumento que a provocou.

A testemunha JOÃO NETO DE FIGUEIREDO, disse enfaticamente: " (...) o acusado dizia-se bancário e demonstrava interesse em prestar assistência à vítima, ainda deixando a placa do veículo sinistrado".

Nesse mesmo norte, a testemunha WANDEMBERG DOS SANTOS FARIAS, disse que ratificava o depoimento prestado na esfera policial, acrescentando, ainda, " (...) **ouviu freiada rápida** e o momento do atropelamento. (...) a vítima, uma pessoa de idade avançada, passou na frente do veículo sem a menor atenção. (...) **o motorista tentou desviar**, mas não teve como evitar o choque com a vítima. (...) o motorista socorreu a vítima no próprio veículo, conduzindo-a ao Hospital Samaritano (...)"

A testemunha SEVERINO BERTO FILHO, afirma: " (...) ouviu comentários que a vítima atravessou na frente do veículo sem prestar atenção. (...) minutos depois chegaram ao Hospital três moças e um rapaz e informaram que a vítima atravessou na frente do veículo sem a menor cautela. (...) segundo essas pessoas o motorista não teve culpa (...)"

De outra parte, não houve perícia no local, causando o enfraquecimento dos elementos de convicção



3
74
Xbr

As testemunhas afirmaram de forma indúbia que o acusado não concorreu para o sinistro, mas exclusivamente a vítima.

Os delitos culposos se tipificam quando o agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia, não sendo estes elementos comprovados **quantum satis** pela acusação, que não conseguiu demonstrar, indubitavelmente em que consistiu a culpa do acusado.

" A culpa presumida é proibida em matéria penal" (RT 665:349, RT 717:443)

Orientando para o mesmo Norte:

" Não se pode presumir a culpa. Ela precisa ficar provada acima de qualquer dúvida, baseada em prova concreta e indubitosa, não podendo o agente ser condenado por deduções, ilações ou presunções". (RT 504:38).

Como sabido, exigível no campo penal a indiscutível prova que possa conduzir a conclusão da culpa, e, no caso dos autos, não há prova que justifique um decreto condenatório.

Além disso, o Ministério Público entendeu que o acusado não agiu de maneira imprudente, depois de **minuciosa análise da prova testemunhal**, alegando, ainda, que **o ancião teria atravessado a Avenida fora da faixa de pedestres e sem prestar a devida atenção.**


Nada mais a discutir.

FACE AO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, julgo **IMPROCEDENTE** a denúncia para absolver, como de fato absolvo, **IVO ANSELMO M. DE ALBUQUERQUE FILHO**, inicialmente qualificado, dos fatos que lhe estão sendo imputados pela Justiça Pública, o que faço com fulcro no art. 386, IV da Lei Adjetiva Penal.

Transitada em julgado, complete-se e remeta-se o Boletim Individual à Secretaria Estadual de Segurança Pública, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se, mediante termo.

P.R.I.

João Pessoa, 27 de Abril de 2001.


Maria das Graças Moraes Guedes
Juíza de Direito



**UNIBANCO
SEGUROS**Av. Eusébio Matoso, 1375 - 2º ao 8º and.
CEP 05423-180 - São Paulo - SP
CGC 33166158/0001-95

APOLICE

1020015996615700138

Filial 02 SAO PAULO	Produto 311-43 LEASING	Vigência Início 11/05/1998 24hs Término 10/05/2001 24hs
Proposta CONTRATO - 0453577-0	Apólice anterior renovada/endossada *****	FAJ-TR
		Data de emissão 17/06/1998

EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE

CPF: 276.486.134-68

R MONS SEVERINO P FERREIRA
CEP 58033-440161
JOAO PESSOABRISAMAR
PB

Seguro

BENEFICIARIO : FORD S/A - LEASING E ARRENDAMENTO MERCANTIL
VEICULO : FORD KA 1.0
CHASSIS: 9BFZZZGDAWB582168 ANO FAB.: 98 ANO MOD.: 98 PLACA: A/A
BONUS UNICO: 0% CLASSE BONUS: 00 SUB-GRUPO: 6157 ITEM: 00138
COMB.: GASOLINA CATEG.: PASSEIO

Garantias

-----	DESCRICAO DO RISCO SEGUADO	-----
CASCO	12.800,00 ACESS.	0,00
CARR.	0,00 EQUIP.	0,00
D.MAT.	107.600,00 D.PES.	461.300,00
MORTE	0,00 INV.P.	0,00
FRANQUIA CASCO (VEICULO)		640,00

-----OBSERVACOES, DECLARACOES E CLAUSULAS CONTRATADAS-----
CONDICOES GERAIS AUTO E RCF
CLAUSULAS PADRAO 01,09 E 10
CLAUSULAS ESPECIFICAS 5 E 5B
CLAUSULA DE FRACIONAMENTO DO PREMIO: 3% AO MES

PREMIO TARIFARIO AUTO	:	1.358,41
RCF	:	298,19
APP	:	0,00
ADICIONAL FRACIONAMENTO	:	0,00
CUSTO DE EMISSAO	:	0,00
IMPOSTO(IQF)	:	66,27
PREMIO TOTAL	:	1.722,87

Condições de pagamento
NUMERO DE PRESTACOES 1
PAGO A VISTA 11/05/1998 1.722,87

Forma de cobrança
A VISTA
Vencimentos 11/05/1998

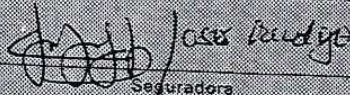
Prefixo 0154400	Corretor(a) AON TELEMARKETING CORRETORES, D	SUSEP nº 100211451	Captador nº
--------------------	--	-----------------------	-------------

Cosseguro
NAO

Resseguro

Identificação na CIA.
1020015996/6157/00138

A Unibanco Seguros, tendo em vista as declarações constantes da proposta que lhe foi apresentada pelo segurado e que fica fazendo parte integrante deste contrato, obriga-se a indenizar, nos termos e sob as condições gerais e/ou particulares conveniadas, as consequências dos eventos discriminados neste contrato de seguro.


Seguradora

45

AO
UNIBANCO SEGUROS.
Av. Eusébio Matoso 1.375 – 2º ao 8º andar,
CEP. 05423-180 – São Paulo – SP.

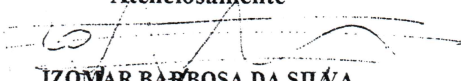
Estamos encaminhando a esta Cia., a documentação conforme relação abaixo discriminada, para apreciação e pagamento, do seguro por acidente, conforme apólice Nº 1020015996615700138, em nome da Segurada Edleuza Vasconcelos Meira de Albuquerque, portadora do CPF 276.486.134-68, e tendo como beneficiária a viúva Ruth da Silva Camilo, CPF 024.625.494-71, pela morte por atropelamento de seu marido, o Sr. José Delfino Camilo CPF 019.034.384-20.

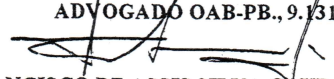
Relação dos documentos anexados (xerox autenticado):

- 01) Apólice de Seguro.
- 02) CPF e RG da Segurada.
- 03) Aviso de Sinistro assinado pela Segurada.
- 04) Certificado de Registro do Veículo da Segurada que causou o Sinistro.
- 05) Carteira de Habilitação do Condutor CPF, e RG., que causador do Sinistro (filho da Segurada).
- 06) Certidão de Óbito da Vítima.
- 07) Certidão de casamento da Vítima.
- 08) Auto de exame cadavérico, (03 laudas).
- 09) Carteira de Identidade Militar, e CPF., da vítima.
- 10) Comprovante de Residência da Vítima.
- 11) Inquérito Policial e Certidão Da Delegacia. (03 laudas)
- 12) Declaração da beneficiária sobre os números de filhos do casal.
- 13) Certidão dos filhos (08 docs.)
- 14) Aviso de Sinistro assinado pela beneficiária.
- 15) Relatório do médico assistente da vítima.
- 16) Pedido de Indenização por parte da beneficiária.
- 17) RG, e CPF da beneficiária
- 18) Procuração outorgada pela beneficiária aos Advogados.
- 19) Mandado de citação do Poder Judiciário da Ação Criminal contra o Condutor do veículo causador do acidente.

João Pessoa, Pb., 23 de agosto de 1999.

Atenciosamente


IZOMAR BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO OAB-PB., 9.131.


FRANCISCO DE ASSIS SILVA CAUDA JUNIOR
ADVOGADO OAB-PB., 5.600.

*Recebido para
apreciação em
09/12/99
Marcos Antonio M. Nascimento
10525*





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

De modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calcado no direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

Cite-se e intime-se a parte ré para cumprimento da presente decisão, bem como para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

Defiro o pedido de gratuidade judiciária.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, 16/01/2019.

Ricardo da Silva Brito

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0867379-15.2018.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
A U T O R : R U T H D A S I L V A C A M I L O
RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

Nome: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.
Endereço: Rua João Bernardo de Albuquerque, 62, Tambiá, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58020-565

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 27 de fevereiro de 2019

De ordem, FAGNER VIEIRA ALVES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO
"Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 1812081638354740000001774809



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0867379-15.2018.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
A U T O R : R U T H D A S I L V A C A M I L O
RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

Nome: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE
Endereço: R MONSENHOR SEVERINO PIRES FERREIRA, 161, BRISAMAR, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58033-440

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 27 de fevereiro de 2019

De ordem, FAGNER VIEIRA ALVES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18120816383547400000017748091



CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado retro, me dirigi ao endereço mencionado, e lá estando, procedi com a Citação da parte indicada ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S/A, na pessoa da Senhora. GEOVANNA HELLEN GOMES OLIVEIRA, após as formalidades legais, exarou sua assinatura e aceitou contrafe que lhe oferecí. OBS. este endereço mencionado neste mandado é da Empresa PORTO SEGUROS, (Companhia de Seguros Gerais). O referido é verdade e dou fé.

JOÃO PESSOA

28 de fevereiro de 2019

HUMBERTO BEZERRA CAVALCANTI



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0867379-15.2018.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: RUTH DA SILVA CAMILO
RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

Nome: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.
Endereço: Rua João Bernardo de Albuquerque, 62, Tambiá, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58020-565

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 27 de fevereiro de 2019

De ordem, FAGNER VIEIRA ALVES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 1812081638354740000001774809



Assinado eletronicamente por: **FAGNER VIEIRA ALVES**
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **19499590**



19022709200065800000018973905

Recebido em 28/02/19
PORTO SEGURO
Guarima Helen Epnes de Oliveira





CONTESTAÇÃO



QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL – PB

Eventual proposta de acordo encaminhar
para: guilhermemuniz@qca.adv.br.

Processo nº 0867379-15.2018.8.15.2001

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.816.067/0001-00, com sede na Rua Guaianazes, 1238. 9º Andar - Campos Elíseos – SP – São Paulo – CEP 01204-001, vem, respeitosa e tempestivamente, por seus procuradores infra-assinados, com endereço profissional na Rua da Hora, nº 692, Espinheiro, Recife – PE, CEP: 52020-010, local onde receberão todas as notificações e intimações alusivas ao presente feito, apresentar **CONTESTAÇÃO** ao processo movido por **RUTH DA SILVA CAMILO**, pelas razões de fato e de direito que, a seguir, passa a expor para, ao final, requerer:

1. REQUERIMENTO INICIAL

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do **Bel. Guilherme César C. Muniz da Silva, OAB/PE 31.132**, com endereço profissional na Rua da Hora, Nº 692 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52.020.010.

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

Registre-se que as mencionadas intimações devem ter seus teores publicados em Diário Oficial, conforme art. 205, §3º, do Novo CPC, e art. 6º da Resolução nº 234, do CNJ, independentemente do processo tramitar eletronicamente, in verbis:

Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.

§3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. (...)

Art. 6º Serão objeto de publicação no DJEN:

I – O conteúdo dos despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos, conforme previsão do §3º do Art. 205 da Lei. 13.105/2015.

Requer, assim, que todas as intimações sejam publicadas e dirigidas única e exclusivamente para ao referido profissional, em conjunto com o nome da Seguradora Ré, lançando-se o seu nome na capa do processo.

2. SÍNTESE DA LIDE

Trata-se de ação de responsabilização civil c/c pedido de indenização por danos materiais e morais em virtude de acidente de trânsito, movida em face de Edleusa Vasconcelos (segurada) e em face da ora contestante.

A Sra. Ruth, genitora e curadora de Lígia da Silva, ingressou com a presente ação visando receber indenização pelo acidente que vitimou seu marido/pai, na modalidade de danos morais e materiais em pensionamento e pagamento da indenização securitária de acordo com o valor da apólice.

Deu-se a causa o valor de R\$ 797.780,00 (setecentos e noventa e sete mil e setecentos e oitenta reais).



3. DA PRESCRIÇÃO. DA INTERDIÇÃO POSTERIOR AO FALECIMENTO. DO ENORME DECURSO DE TEMPO.

Cumprе salientar que a apartе autora vem pleitear o pagamento de indenização por danos morais e materiais em razão do acidente que teve com vítima fatal seu marido/pai. Em sede de exordial, a parte expõe que por apresentar quadro de retardo mental severo, o evento não incorreu em prescrição mesmo decorrendo 19 anos do fato.

Ocorre, contudo Douto Julgador, que o acidente ocorreu em 14 de junho de 1999 e a autora apenas foi certificada como inválida em agosto/2010, tendo o direito de ação restado prescrito em 2009, levando em consideração o prazo prescricional de 10 (dez) anos disposto no artigo 205 do Código Civil.

Interdição é a privação judicial de alguém reger sua pessoa e bens; privação legal do gozo ou do exercício de certos direitos no interesse da coletividade, ocorre que quando do acidente a parte não era interditada, então o tempo de prescrição conta normalmente, quedando-se prescrito em 2009.

Vale salientar que a parte autora esperou 19 anos para ingressar com a presente ação, o que deve ser levado em consideração.

Ante o exposto, é imperioso que V.Exa. se digne a reconhecer a prescrição parcial do pleito autoral, mormente a inteligência dos artigos elencados, devendo julgar aos demais nos termos do art. 487 do NCPD.

4. DO MÉRITO ALUSIVO ÀS QUESTÕES CONTRATUAIS.

Evidente que, se a seguradora não possui qualquer relação jurídica de direito material com as autoras; a seguradora jamais poderia ser condenada a indenizar a



demandante de modo direto e solidário, sob pena de ferir o princípio da congruência, conforme dispõe o arguto escólio de Cândido Rangel Dinamarco:

Não se admite a condenação do denunciado em favor do autor da demanda principal, porque nenhuma demanda moveu este àquele e sequer existia qualquer relação jurídica material que os interligasse (o terceiro era parte ilegítima para a demanda proposta pelo autor). Ainda que a condenação direta apresentasse vantagens, só por disposição expressa de lei ela poderia ser admitida. (Instituições de direito processual civil, vol. II, Editora Malheiros)

Assim, qualquer condenação apenas poderia subsistir no sentido de ressarcir os valores despendidos pela segurada após o pagamento de eventual condenação por este e **desde que respeitados os limites da apólice.**

4.1. DAS COBERTURAS CONTRATADAS. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DE EVENTUAL CONDENAÇÃO AOS LIMITES DA APÓLICE.

Como é cediço, a seguradora se engessa a cobrir os riscos predeterminados e delimitados quando da avença junto ao segurado, consoante inteligência do Art.781 do Código Civil vigente.

Por riscos predeterminados entendem-se aqueles apontados na apólice de seguro como cobertos. Riscos excluídos e não cobertos jamais podem ser exigidos, sob pena de violação de toda estrutura mutualística securitária, bem como ao princípio do *pacta sunt servanda*, que vazam o contrato de seguros.

Nesse interim, consta da apólice do seguro os riscos que estão devidamente o segurado junta apólice securitária, cujas garantias são:



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

ntes

	DESCRICAO DO RISCO	SEGURADO	
CASCO	12.800,00	ACESS.	0,00
CARR.	0,00	EQUIP.	0,00
D. MAT.	107.600,00	D. PES.	461.300,00
MORTE	0,00	INV. P.	0,00
FRANQUIA CASCO (VEICULO)			640,00

Cabe distinguir, ainda, os institutos do dano material, corporal e moral para fins do seguro contratado, no afã elidir qualquer dúvida que enseje dificuldade na interpretação analítica da apólice em comento. Desta forma, vejamos as condições gerais do seguro alhures contratado:

5.1.1. – Entende-se como garantia de Danos Materiais a obrigação de reembolso assumida pelo Segurador, no tocante a reclamações de terceiros decorrentes de danos a propriedade material.

No caso dos autos, não se adequa aplicação desta garantida, posto que, conforme melhor demonstrado a seguir, o evento morte apenas enseja o uso da garantia de “danos pessoais”, porém, acaso haja condenação – o que não se espera - esta dever limitar-se ao importe de R\$ 107.600,00 (cento e sete mil e seiscentos reais) conforme contratado na apólice securitária.

Noutro norte, conceitua-se os danos pessoais:

5.1.2.1 – Entende-se como garantia de Danos Pessoais a obrigação de reembolso assumida pelo segurador no tocante a reclamações de terceiros decorrentes de danos corporais.

In casu, acaso haja condenação, esta dever limitar-se ao importe de R\$ 461.300,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos reais) em razão da limitação da garantia.

Destarte, não pode existir qualquer condenação a título de danos morais a ser atribuída a esta requerida, posto que conforme é demonstrado em sede de apólice, não houve contratação da garantia.

5

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



É cediço que todo e qualquer contrato importa em delimitar as obrigações contratuais de cada contratante. Em suma, as partes indicam o que devem prestar, como, quando e quanto. É ponto basilar que dispensa maiores digressões.

No contrato de seguro, o desenho das obrigações é visto com maior seriedade que em outras modalidades contratuais, pois naquele, o aspecto técnico-econômico detém correlação direta com o sucesso do pacto e da própria empresa seguradora.

O Código Civil dispõe o seguinte sobre o assunto:

Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

No mesmo sentido nossos pretórios:

A parte quando contratou sabia da limitação de tempo. A prevalecer a infinidade, possivelmente outra será a tarifa, porquanto os riscos são maiores (...) todos os planos deve ter limites, pena de um desequilibrar todo o sistema, em detrimento aos demais associados. (TJRS, AI 596174052, J. 05.11.1996, DES DÉCIO ANTÔNIO ERPEN)

A parte quando contratou sabia da limitação de tempo. A prevalecer a infinidade, possivelmente outra será a tarifa, porquanto os riscos são maiores (...) todos os planos deve ter limites, pena de um desequilibrar todo o sistema, em detrimento aos demais associados. (TJRS, AI 596174052, J. 05.11.1996, DES DÉCIO ANTÔNIO ERPEN)

Também o Superior Tribunal de Justiça já examinou a questão sob o ponto de vista técnico-econômico:

De outra parte, a seguridade privada, proporcionada mediante participação voluntária em planos de saúde oferecidos pela rede particular, há que se conformar às regras do contrato, porquanto tais serviços são resultado de uma contraprestação financeira necessária ao equilíbrio econômico da avença, viabilizadora da própria higidez e continuidade da assistência em comento. Destarte, salvo as hipóteses expressamente vedadas em lei ou regulamentos baixados para o setor, à época da contratação inexistentes a respeito, válidas são as limitações impostas nos contratos aos limites de internação, se a opção espontânea do contratante se fez por plano de menor custeio, em comparação com outros, da mesma ou de outras entidades, mais



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

abrangentes. Recurso especial conhecido pela divergência e provido.
(MINISTRO RUY ROSADO DE AGUIAR, REL. PARA ACÓRDÃO
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 02/03/2000, 4ª. TURMA)

Pelo exposto observa-se claramente que **a empresa seguradora ré não pode cobrir algo que não estava previsto em seu contrato, ou em limite superior a garantia efetivamente contratada.**

4.2. DA AUSENCIA DE CONTRATAÇÃO DA GARANTIA DE DANOS MORAIS. INTELIGENCIA DA SÚMULA 402.

Conforme já demonstrado, inexistiu contratação da garantia de danos morais, e como é cediço, a seguradora se engessa a cobrir os riscos predeterminados e delimitados quando da avença junto ao segurado, consoante inteligência do Art.781 do Código Civil vigente.

Por riscos predeterminados entendem-se aqueles apontados na apólice de seguro como cobertos. Riscos excluídos e não cobertos jamais podem ser exigidos, sob pena de violação de toda estrutura mutualística securitária, bem como ao princípio do *pacta sunt servanda*, que vazam o contrato de seguros.

Nesse interim, consta da apólice do seguro os riscos que estão devidamente acobertados pelo contrato, assim como os limites da garantia. No caso em deslinde, resta-se claramente comprovado que não há qualquer cobertura para danos morais.

A exegese da apólice converge à ausência de cobertura para Danos Morais. Existe, ao inverso, cobertura de Danos Materiais a Terceiros (DM) e Danos Pessoais, porém, no que toca os danos morais, não existe contratação.

Com efeito, convém ressaltar que os danos morais não podem ser compreendidos pela cobertura contratada de Danos Corporais a Terceiros, isto conforme entendimento sumulado do STJ, vejamos:

7

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



SÚMULA 402: O CONTRATO DE SEGURO POR DANOS PESSOAIS COMPREENDE DANOS MORAIS, SALVO CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO.

No caso em deslinde, decerto existe a cláusula de exclusão que preconiza a súmula em comento, conforme Condições Gerais do Seguro, que seguem anexo, bem como transcreve-se:

12- Risco excluído: DANO MORAL.

Ora, Excelência, conceituados os institutos, resta evidente que **não há pressuposto contratual/fático para a imputação de danos morais à seguradora**, vez que tal garantia não fora contratada pela segurada, o que elide qualquer responsabilidade desta seguradora.

Portanto, insofismavelmente, não há cobertura para Danos Morais. **Assim, caso a lide primária prospere quanto ao pleito indenizatório por danos morais e estéticos, é impossível projetar responsabilidade em face da seguradora ré, por ser risco não coberto pelo contrato de seguro.**

É de suma importância, porém, destacar que a segurada teve oportunidade de contratar garantia adicional para danos morais, com a majoração do prêmio, dada a extensão de sua garantia. Mas não optou por tal contratação.

5. DO MÉRITO RELATIVO AOS PEDIDOS PRINCIPAIS

5.1. DOS REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DAS GARANTIAS CONTRATADAS – NECESSIDADE DE ASSUNÇÃO DE CULPA E VERIFICAÇÃO (A POSTERIORI) DE CULPA PELA SEGURADORA. DA CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.

Apenas por extrema cautela, mister salientar que contratualmente para aplicação da garantia securitária não faz-se necessário, apenas, a assunção de culpa pelo segurado. Mas sim a verificação de culpa do mesmo pela seguradora.



Isto decorre, logicamente, de uma problema social bem comum no Brasil. Uma parte detém seguro e a outra não. Então, mesmo que a culpa seja deste que não detém seguro, faz-se um acerto entre as partes – o famigerado “jeitinho brasileiro” –, a parte que não detém seguro paga a franquia do outro, e a seguradora é acionada para cobrir o sinistro. Isto é fraude contratual.

Sensível a isto, criou-se a dupla ferramenta de, além da assunção da culpa, a a necessidade de verificação técnica da culpa. A exegese da clausula ventilada evidencia que para o adimplemento das garantias contratadas é necessário que, primeiramente, o segurado assuma a culpa pelo sinistro; e, ato contínuo, a seguradora analise se realmente houve caracterização de culpa.

Vale salientar que no próprio bojo processual, através das documentações acostadas pela parte autora, verifica-se que o condutor do veículo segurado não interferiu na causalidade do acidente, tendo sido culpa exclusiva do falecido que atravessou em lugar indevido, fora da faixa de pedestres.

A responsabilidade civil no direito pátrio, como é bem sabido, prescinde do cometimento de ato ilícito, nos termos do art. 186 e 187 do CC/02, cumulado ao art. 927 do mesmo diploma legal, oportunidade em que mensura-se: “àquele que comete ato ilícito fica obrigado a repará-lo”.

A celeuma da lide gravita em torno da causa do acidente, tendo a autora creditado-a ao condutor do veículo segurado. Desta feita, é necessário, de início, perscrutar acerca da culpa (elemento subjetivo), a fim de verificar a existência, ao depois, de responsabilidade civil aquiliana, nos termos do pleito exordial.

Com efeito, as demandantes analisam o fatídico numa perspectiva míope, data vênua. Isto porque as provas produzidas em sede de sentença criminal dão conta de comprovar que não houve atitude imprudente por parte do condutor.



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

Demonstra-se inclusive que este tentou de tudo para evitar a colisão, mas que esta aconteceu única e exclusivamente por culpa da vítima. Vejamos:

As testemunhas afirmaram de forma indúbia que o acusado não concorreu para o sinistro, mas exclusivamente a vítima.

Além disso, o Ministério Público entendeu que o acusado não agiu de maneira imprudente, depois de minuciosa análise da prova testemunhal, alegando, ainda, que o ancião teria atravessado a Avenida fora da faixa de pedestres e sem prestar a devida atenção.

Dito isto, pode-se concluir em análise detalhada a base comprobatória dos autos, que não restou comprovada a culpa do condutor do veículo segurado que foi absolvido da acusação na seara criminal, não podendo haver entendimento diferente na cível.

Desta feita, o condutor do veículo segurado não assumiu a culpa pelo acidente, o que *per si* não desafia a aplicação da garantia contratual.

Repise-se: a ferramenta de dupla verificação se aplica a todas as garantias contratadas, conforme é exaustivamente elucidado nas Condições Gerais no momento em que define os pressupostos para que sejam aplicadas as garantias.

5.2. DOS DANOS MATERIAIS. DA INAPLICABILIDADE DO PENSIONAMENTO. DA SUPOSTA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA FILHO X PAI. DO PEDIDO DE PAGAMENTO DOS VALORES DA APÓLICE.

Conforme demonstrado, inexistente responsabilidade civil da seguradora que enseje o dever de indenizar, e além disso, basta uma simples análise ao caderno processual pra se verificar que as autoras não são capazes de comprovar fator de extrema importância para a aplicabilidade do pensionamento: **a dependência econômica que possuíam com o falecido.**



Cabe discorrer que a reparação por dano material tem unicamente o objetivo de ressarcir o lesado mediante uma substituição do bem deteriorado ou destruído, ou mediante o ressarcimento em dinheiro. Visa-se, com efeito, ao retorno do patrimônio do prejudicado ao *status quo ante*.

Não é o mero dispêndio que outorgar a condenação perseguida. É forçoso aquilatar a existência dos requisitos que outorgam a responsabilização civil. *In casu*, inexistente qualquer mensuração, quem dirá comprovação, dos danos materiais supostamente suportados.

A relação entre pais e filho na perspectiva financeira deve ser de **alimentos**, na exata medida em que “necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”, conforme preconiza a redação do art. 1.694 do CC/02.

Portanto, para buscar eventual pensionamento, teria a autora que comprovar que necessitavam desses alimentos e o que o falecido os prestava em vida. Entretanto, douto julgador, não há como presumir uma relação de dependência econômica. Valendo demonstrar que sequer há documentação nos autos que ateste os valores que o falecido percebia mensalmente e quanto prestava a autora.

O entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a pensão mensal decorrente de acidente de trânsito é devida por ocasião do falecimento, aos filhos do morto, até que os mesmos completem 25 (vinte) e cinco anos. Vejamos:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. MORTE DO PAI E MARIDO DOS RECORRIDOS. PENSÃO MENSAL. TERMO FINAL. DANO MORAL. REDUÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. VERBA HONORÁRIA. BASE DE CÁLCULO. JUSTIÇA GRATUITA. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. ATUALIZAÇÃO DO VALOR DEVIDO. INDEXAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. NÃO-CABIMENTO. SÚMULA N. 284/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 83/STJ. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. 1. **A pensão mensal a ser paga ao filho menor, fixada em razão do falecimento do seu genitor em acidente de trânsito, deve**



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

estender-se até que aquele complete 25 anos. (STJ - REsp: 586714 MG 2003/0161740-5, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 03/09/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: <!-- DTPB: 20090914
 --> DJe 14/09/2009) (grifo nosso).

Portanto, por cautela, mister pontuar que apenas podem perceber eventual pensionamento até os 25 (vinte e cinco) anos. Este o entendimento uníssono dos tribunais superiores. Vejamos:

CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE RODOVIÁRIO. QUEDA DE COLETIVO EM RIO MARGINAL À ESTRADA. MORTE DE PASSAGEIROS. PENSIONAMENTO DEVIDO. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. VALOR, FATOR DE REDUÇÃO E DURAÇÃO. DISPENSA DE CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. CAUÇÃO FACULTADA. I. Configurada a responsabilidade civil da empresa transportadora decorrente de ato ilícito culposo no transporte de passageiros falecidos em acidente de ônibus, torna-se devido o pensionamento ao esposo e pai das vítimas, independentemente da prova do exercício de atividade profissional, eis que, em tais circunstâncias, a contribuição para o núcleo familiar também acontece através do exercício ou auxílio em atividades domésticas, fato concreto no caso da cônjuge varoa e presumível quanto ao menor extinto. II. Pensão fixada, na esteira de precedentes jurisprudenciais, em 2/3 do salário mínimo em relação à esposa, e, no tocante ao filho menor do autor, até a idade em que o de cujus completaria 25 anos, reduzida para 1/3 a partir de então, em face da suposição de que constituiria família, aumentando suas despesas pessoais com o novo núcleo formado, extinguindo-se a obrigação, em ambos os casos, após os 65 anos de longevidade presumível das vítimas, se a tanto sobreviver o recorrente. Exclusão do cálculo do 13º salário e FGTS, por inexistente trabalho assalariado. III. Dispensa de formação de capital para a garantia da renda, desde que fornecida caução de conformidade com os arts. 602, § 2º, c/c 829 e seguintes do CPC, em face do porte econômico da empresa ré. IV. Recurso conhecido e provido em parte. (Resp. 20187/RJ, STJ, T4, Rel. MIN. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, Julgado em 24/05/2000, DJ 14/08/2000 p. 173)

Ainda assim, cabe dizer que há manifesta impossibilidade de cumulação de pensão mensal decorrente de suposto ato ilícito com pensão previdenciária. Este é o entendimento da jurisprudência pátria:

RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OMISSÃO NA CONSERVAÇÃO DE RODOVIA. NEXO CAUSAL COMPROVADO. MORTE DE MARIDO/PAI. DANO MORAL PRESUMIDO. INDENIZAÇÃO. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO. **PENSIONAMENTO MENSAL. CUMULAÇÃO COM PENSÃO**

12

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

PREVIDENCIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. (...)5. - Impossibilidade de cumulação entre a pensão previdenciária por morte e o pensionamento mensal a ser pago pelo DNIT. (TRF-4 - APELREEX: 53497920084047105 RS 0005349-79.2008.404.7105, Relator: MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA, Data de Julgamento: 25/01/2011, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 01/02/2011)

Diante do exposto, requer que seja observado em caso de condenação os parâmetros acima delineados; por cautela, reiterando-se, inclusive, que eventual condenação, deve ser observado os parâmetros da importância segurada de **DANOS PESSOAIS**, cujo limite está elencado na apólice e o índice para correção monetária é o IPCA/IBGE.

Vale salientar que o pedido de pensionamento e o pedido do pagamento dos valores da apólice configurariam bis in idem, posto que, eventual indenização a ser paga no presente caso apenas desafia a aplicação da garantia de danos pessoais. Não há configuração de danos materiais no caso, conforme já demonstrado.

Ante o exposto, pugna a ora Contestante a total improcedência da ação, nos termos do art. 487, I do CPC.

5.2.1. POR CAUTELA: DO QUANTUM DE EVENTUAL PENSIONAMENTO.

Não se acredita na concessão do pedido desarrazoado de pensionamento, porém, é válido elucidar que os autores não dispõem qualquer comprovação da existência de renda pelo falecido, muito menos de quanto seria esta remuneração, acaso houvesse. Sumamente esclarecedora a ponderação de José de Aguiar Dias:

A ideia do interesses (*id quod interest*) atende, no sistema da indenização, a noção de patrimônio, como unidade de valor. O dano se estabelece mediante o confronto entre o patrimônio realmente existente após o dano e o que possivelmente existiria, se o dano não se tivesse produzido. O dano é expresso pela diferença negativa encontrada nessa operação.



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

A simples estipulação de valores, desacompanhada de provas, não basta à configuração do dano material, que não se concretiza com base em suposições e hipóteses. A ação de reparação por dano material, pressupõe as perdas efetivamente sofridas (danos emergentes, pensionamento e lucros cessantes), devendo cabalmente serem comprovados para reconhecimento de sua ocorrência e do quantum a ser aplicado.

Caso o Juízo não entenda pela improcedência da demanda, necessário verificar a jurisprudência pátria para mensurar o valor de eventual condenação, bem como os termos inicial e final.

Naquelas situações em que a parte prova a existência de renda, sem, todavia, provar o *quantum*, nossos tribunais, em razão da demonstração da existência de efetiva remuneração, tem fixado seu valor em 1 (um) salário mínimo. Lembre-se aqui que sequer foi provada a existência de remuneração.

Com efeito, a jurisprudência vem concedendo o montante de 1 (um) salário mínimo para aquelas pessoas que não conseguem comprovar o valor exato da renda. Senão vejamos:

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CULPA EXCLUSIVA DO MOTORISTA QUE INVADE PISTA CONTRÁRIA E ATROPELA CICLISTA QUE TRANSITAVA NO ACOSTAMENTO. **PENSÃO MENSAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VALOR DOS RENDIMENTOS. FIXAÇÃO EM UM SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO ACIDENTE DESCONTADO 1/3 QUE SERIA UTILIZADO PELA VÍTIMA PARA SUA SUBSISTÊNCIA.** SÚMULA 490 DO STJ. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. VALOR FIXADO PELO MAGISTRADO EM QUANTIA INFERIOR AO USUALMENTE UTILIZADO EM CASOS SEMELHANTES. MANUTENÇÃO. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. OBRIGATORIEDADE. SÚMULA N.º 313 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Não sendo possível aferir com exatidão os rendimentos do acidentado, o valor da pensão mensal deve equivaler a um salário-mínimo, abatido 1/3, que corresponde ao que a vítima necessitaria para seu sustento.** É devida a indenização a título de dano moral em decorrência de acidente de trânsito que vitimou ente querido da família, a qual deve ser arbitrada em consonância com os princípios da razoabilidade e

14

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

proporcionalidade, sopesando as condições econômicas de cada parte. "Em ação de indenização, procedente o pedido, é necessária a constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento da pensão, independentemente da situação financeira do demandado." (Súm. n.º 313, STJ) Recurso desprovido. (TJ-SP - APL: 00038923920108260430 SP 0003892-39.2010.8.26.0430, Relator: Gilberto Leme, Data de Julgamento: 07/03/2016, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/03/2016)

Ademais, observe-se, ainda, qualquer que fosse a renda líquida do de cujus, do seu montante teria de ser deduzido o que a vítima gastava consigo mesmo (1/3 de seu salário). Conforme advindo do acórdão paradigma acima.

Pois bem. Até então verifica-se que o parâmetro de eventual condenação deve ser o salário mínimo vigente à época do sinistro, descontados 1/3 que o falecido, em tese, gastaria consigo.

Diante disso, em caso de condenação ao pagamento de pensão mensal, o que não se espera, requer que seja determinado o pagamento da mesma tão somente até a época em que a vítima limitando a 2/3 do salário mínimo, até que o defunto completasse 65 (sessenta e cinco anos).

5.3. DA AUSENCIA DE CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS.

O direito não pode acolher tentativas de converter dano moral em multa ou castigo, como pretendido pela inicial. Ou pior, em tentativa de ganho infundado. Não é certo o entendimento de que os demandantes teriam sofrido danos de ordem moral, uma vez que, a despeito de não comprová-los, a simples leitura da inicial deixa claro que as situações ali descritas estão longe de configurar lesões dessa natureza, pelo menos no que tange a esta contestante.

De certo que o acidente não ocorreu por qualquer contribuição do preposto da empresa segurada, o que exime qualquer responsabilidade desta seguradora no pagamento de indenização por danos materiais ou morais.

15

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

Ressalte-se que o instituto precisa ser bem examinado para não se tornar objeto de aventuras judiciais. A **banalização** das demandas indenizatórias levaria ao enfraquecimento da instituição, e ao seu conseqüentemente descrédito.

Sobre o tema, vale ressaltar os ensinamentos do insigne Sergio Cavaliere Filho, que, com muita propriedade, traça alguns parâmetros para a identificação de danos desse jaez:

Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas ou duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos triviais aborrecimentos. (CAVALIERE FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 76)

Do exposto, pode-se facilmente perceber que nem todo desconforto ou aborrecimento configura dano moral. Acontecimentos cotidianos, corriqueiros, afeitos à vida em sociedade, não rendem ensejo à reparação por danos morais, já que estes, para se configurar, pressupõem o abalo psicológico anormal, na esfera da intimidade pessoal de cada sujeito, o que, efetivamente, não se verifica no caso em tela.

Entender de forma diversa, para reconhecer em qualquer aborrecimento injustificado a caracterização do dano moral representa a banalização do instituto, transformando-o em verdadeira “indústria da indenização”, com só dizer-se hodiernamente e como bem alerta a boa doutrina, consoante se percebe da lição de Ademir Buitoni:

É preciso que todos os operadores do direito façam uma revisão da desastrosa maneira com que doutrinadores e jurisprudência vêm tratando a matéria do dano moral, que se tornou, sem dúvida, uma rendosa indústria de indenizações pecuniárias. Reparar os danos morais fazendo uso dos meios morais é, a nosso ver, o único modo

16

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

justo, coerente e equitativo de resolver a questão. É preciso restabelecer a moralidade em matéria de dano moral, eliminando a imoral conversão da moral em dinheiro.

Por todas essas razões, sendo absolutamente inexistente qualquer fato ensejador dos danos morais, impõe-se a improcedência do pedido autoral, o que desde logo se requer.

Por cautela, repise-se que a seguradora apenas se engessa a cobrir riscos predeterminados, entende-se aqueles apontados na apólice de seguro como cobertos.

Riscos excluídos e não cobertos jamais podem ser exigidos, sob pena de violação de toda estrutura securitária, bem como ante o patente vilipêndio à Lei Federal e ao princípio do *pacta sunt servanda* e o mutualismo, que vazam o contrato de seguros.

Em caso de V. Exa., ainda assim entender pela operância deste instituto – o que custa a acreditar –, deve projetar condenação **tão somente à denunciante, em razão desta seguradora contestante elidir-se completamente de tal pleito, visto que a empresa segurada não contratou a garantia de danos morais.**

O entendimento da Corte Superior converge neste mesmo sentido, o teor da súmula 402:

SÚMULA 402: O CONTRATO DE SEGURO POR DANOS PESSOAIS COMPREENDE DANOS MORAIS, SALVO CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO.

Desta feita, por extrema cautela, em caso de eventual condenação acerca de danos morais, deve o meritíssimo imputá-la exclusivamente à ré denunciante.



5.4. DOS DANOS MATERIAIS. AUSENCIA DE COMPROVAÇÃO EFETIVA DOS DISPENDIOS.

Basta uma simples análise ao caderno processual pra se verificar que os autores não são capazes de comprovar os gastos que afirmam ter suportado. Como é cediço, e já fora delineado anteriormente, a seguradora se engessa a cobrir os riscos predeterminados e delimitados quando da avença junto ao segurado, consoante inteligência do art. 781 do Código Civil vigente.

Cabe discorrer que a reparação por dano material tem unicamente o objetivo de ressarcir o lesado mediante uma substituição do bem deteriorado ou destruído, ou mediante o ressarcimento em dinheiro. Visa-se, com efeito, ao retorno do patrimônio do prejudicado ao *status quo ante*.

Sumamente esclarecedora a ponderação de José de Aguiar Dias:

A ideia do interesses (*id quod interest*) atende, no sistema da indenização, a noção de patrimônio, como unidade de valor. O dano se estabelece mediante o confronto entre o patrimônio realmente existente após o dano e o que possivelmente existiria, se o dano não se tivesse produzido. O dano é expresso pela diferença negativa encontrada nessa operação.

A simples estipulação de valores, desacompanhada de provas, não basta à configuração do dano material, que não se concretiza com base em suposições e hipóteses. A ação de reparação por dano material, pressupõe as perdas efetivamente sofridas (danos emergentes, pensionamento e lucros cessantes), devendo cabalmente serem comprovados para reconhecimento de sua ocorrência e do quantum a ser aplicado.

Não é o mero dispêndio que outorgar a condenação perseguida. É forçoso aquilatar a existência dos requisitos que outorgam a responsabilização civil. *In casu*, inexistente qualquer mensuração, quem dirá comprovação, dos danos materiais supostamente suportados.



A despeito disto, os autores pugna indenização por danos materiais que sequer dispenderam no bem da vida; isto é dizer que o patrimônio dos mesmos jamais fora diminuído, o que não desafia o instituto ora pleiteado.

Douto Julgador, indaga-se quais foram estas despesas já havidas, haja vista que não consta narrada à exordial, tampouco estão comprovadas no caderno processual?

Por fim, vislumbre-se que **os autores não trazem quaisquer documentos que comprovem os valores perseguidos**, de sorte que não se desincumbiu do ônus probatório atribuído pela lei processual de regência, nos termos do art. 373, I do CPC.

5.5. DA NECESSIDADE DE ABATIMENTO DO VALOR PERCEBIDO A TÍTULO DE DPVAT. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 246 DO STJ.

A cautela impõe destacar que no caso de eventual condenação, reconhecida apenas imaginativamente, deve ser descontado de qualquer indenização, o valor do seguro obrigatório, conforme entendimento sumulado do STJ:

Súmula 246. **O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.**

Todos os veículos automotores nacionais possuem seguros obrigatórios para acidentes pessoais e vida. Esse valor é percebido pelos familiares e deve ser descontado de qualquer indenização. Ilustre magistrado do Tribunal do Rio de Janeiro, leciona:

No caso de obrigação de indenizar quantia superior ao valor do bilhete de seguro obrigatório de responsabilidade civil contra terceiro, o segurado tem o direito de deduzir, da indenização a ser paga, a soma relativa ao valor do seguro obrigatório recebido pela vítima ou seu beneficiário.



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

A reparação integral do dano não se harmoniza com o entendimento de que deve, a vítima, receber mais de que o valor de seu prejuízo, adicionando ao total da indenização, a quantia paga a título de seguro obrigatório. (Décia Xavier Gama, in Anais do 1º Encontro de Tribunais de Alçada Cível sobre contratos de seguro, Ed. Juruá, 1990, p.156).

Ora, Excelência, não é crível que a autora receba duas indenizações com base no mesmo fato gerador, pois caracterizar-se-ia *bis in idem*, e manifesto afronte ao art. 884 do CC/02, isto é, ao enriquecimento ilícito e sem causa.

Desta forma, **pugna a expedição de ofício ao seguro DPVAT**, devendo este valor ser abatido em hipótese de condenação, fato que de forma alguma se espera.

6. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se a V. Exª se digne: a, por ser medida de indeclinável justiça, seja julgado totalmente improcedente o pleito autoral, nos termos supra aduzidos.

Requer, também, que todas as intimações sejam dirigidas única e exclusivamente para a pessoa do **Bel. Guilherme César C. Muniz da Silva, OAB/PE 31.132**, na Rua da Hora, n. 692, Espinheiro, Recife/PE, lançando-se o nome do mesmo na capa do processo.

Os patronos da demandada, exercitando a prerrogativa que lhe faculta o art. 425, IV do CPC, declaram autênticas as cópias dos documentos anexados. Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes termos,

Requer deferimento.

João Pessoa, 25 de março de 2019

20

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

www.queirozcavalcanti.adv.br

PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ CAVALCANTI

A D V O C A C I A

Carlos Antônio Harten Filho
OAB/PE 19.357

Guilherme César C. Muniz da Silva
OAB/PE 31.132



Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 08.768.284/0001-40 - NIRE 35.3001429.5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 06 de Fevereiro de 2015

1. **Data, hora e local:** 06 de fevereiro de 2015, às 09h, na sede social, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 3º andar - Lado A, Campos Eliseos, São Paulo/SP. 2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Presente o Diretor Jurídico da Sociedade, Sr. Lene Araújo de Lima. 3. **Composição da Mesa:** Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões - Presidente; Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Secretária. 4. **Ordem do dia:** a) Desinvestidura do Sr. José Luis Schneedor Ferreira da Silva do cargo de Diretor de Negócios da Sociedade; b) Modificação da composição da Diretoria para extinguir o cargo de Diretor de Negócios da Sociedade, com a consequente alteração do artigo 7º do Estatuto Social; c) Ratificação da atual Diretoria da Sociedade; e d) Ratificação das responsabilidades da atual Diretoria da Sociedade perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. 5. **Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: 5.1. Aprovou a desinvestidura do Sr. José Luis Schneedor Ferreira da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.889.215-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.680.838-81, do cargo de Diretor de Negócios da Sociedade, o qual será extinto em ato contínuo. 5.1.1. Decidiu registrar votos de agradecimento ao Sr. José Luis Schneedor Ferreira da Silva, por sua dedicação e contribuição enquanto membro da diretoria da Sociedade. 5.2. Aprovou a modificação da composição da Diretoria para extinguir o cargo de Diretor de Negócios, reduzindo o número máximo de Diretores de 21 (vinte e um) para 20 (vinte), com a consequente alteração do artigo 7º do Estatuto Social, que passará a constar com a seguinte redação: "Artigo 7º - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 20 (vinte) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Geral, 02 (dois) Diretores de Produção, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor Operacional, 01 (um) Diretor de Produto - Vida e Previdência, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor Técnico e 08 (oito) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a reeleição". 5.3. Ratificou a atual Diretoria da Sociedade, com mandato até 31 de março de 2016: **Diretor Presidente - Sr. Fabio Luchetti**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.668.675-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.666.748-92; **Diretor Geral, Diretor Financeiro e Diretor de Produto - Vida e Previdência - Sr. Marcelo Barroso Picanço**, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 008.600.541-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.881.937-96; **Diretor de Produção - Sr. Celso Damasci**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor Operacional - Sr. Lauriberto Tadeu Tavares**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.517.286-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.085.678-61; **Diretor Jurídico - Sr. Lene Araújo de Lima**, brasileira, casada, advogada, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor de Controladoria - Sr. Celso Damasci**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.935.318-03; **Diretores de Produção - Sr. José Roberto Ferreira da Silva Monteiro**, brasileiro, casado, secretário, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.346.329-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 544.746.848-68; **Sr. José Rivaldo Leite da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.332.458-07; **Diretora de Atendimento - Sra. Sônia Agostini Beletti**, brasileira, casada, bacharel em geografia e história, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.155.061-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.641.528-77; **Diretor de Tecnologia da Informação - Sr. Italo Gennaro Flaminia**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.624.064-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.479.948-07 e **Diretores sem denominação especial - Sr. Bruno Campos Garfinkel**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.972.375-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.238-00; **Sr. Edison Figueiredo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.550.132-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.365.388-50; **Sr. Luiz Alberto Pomarole**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.089.278-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.405.658-19; **Sr. Marcelo Sebastião da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.681.578-05; **Sr. Marcos Roberto Loução**, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.436.329-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 857.239.919-49; **Sr. Newton José Eugênio Pizzotti**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CRM/SP sob o nº 48.179, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.359.975-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.588.248-35; **Sr. Ney Ferraz Dias**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.055.565-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.465.577-2 e **Sr. Roberto de Souza Santos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-9 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 641.284.587-01, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP. 5.4. Ratificou a indicação dos Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em atendimento às Resoluções CISP nº 234/2003, nº 344/2007 e nº 445/2012, às Resoluções CISP nº 135/2005, nº 143/2005 e nº 312/2014 e a Lei nº 9.613/98, para constar: Responsável pelas Relações com a SUSEP - **Ney Ferraz Dias**; Responsável Técnico (Circular SUSEP nº 234/2003 e Resolução CISP nº 135/2005) - **Fabio Ohara Morita**; Responsável Administrativo-Financeiro - **Marcelo Barroso Picanço**; Responsável pelo cumprimento da Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e nº 445/2012) - **Lene Araújo de Lima**; Responsável pelos Controles Internos - **Lene Araújo de Lima**; Responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes - **Lene Araújo de Lima**; Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Lauriberto Tadeu Tavares**; Responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CISP nº 143/2005 - **Lauriberto Tadeu Tavares**. 6. **Documentos arquivados na sociedade:** Procurações; 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 06 de fevereiro de 2015. **Presidente:** Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões; **Secretária:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Acionistas:** **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** - por sua procuradora Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões e **Porto Seguro Empreendimentos S.A.** - por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. **Diretor Jurídico presente:** Sr. Lene Araújo de Lima. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Lidiane dos Santos Souza** - Secretária. **JUCESP** nº 257.814/15-5 em 18/06/2015. Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

Salipart Participações S/A

CNPJ-00.757.639/0001-16 NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 17/07/2015 às 10:30 horas na sede social, à Rua Florêncio de Abreu, 157-6º andar, conjunto 605-São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2014; b) transferência do saldo do Resultado Líquido do Exercício para a conta de Lucros Acumulados; c) distribuição de dividendos no montante global de R\$ 540.000,00 retirados do saldo de Lucros Acumulados, a serem pagos até 31/12/2015. São Paulo, 25/06/2015-Mário Roberto Rizkallah-Diretor. (26-27-30)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.3.0034113-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 06 de Fevereiro de 2015

1. **Data, hora e local:** 06 de fevereiro, às 11h, na sede social, na Avenida Eusébio Matoso, nº 1.375 - 2º ao 4º e 7º andar, Butantã, São Paulo/SP. 2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. Presente o Diretor Jurídico da Sociedade, Sr. Lene Araújo de Lima. 3. **Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Lidiane dos Santos Souza - Secretária. 4. **Ordem do Dia:** a) Desinvestidura do Sr. José Luis Schneedor Ferreira da Silva do cargo de Diretor sem denominação especial da Sociedade; b) Modificação da composição da Diretoria para alterar a nomenclatura de um dos cargos de Diretor sem denominação especial para Diretor de Produto - Auto e Residência, com a consequente alteração do artigo 8º do Estatuto Social; c) Eleição do Sr. Marcelo Sebastião da Silva para ocupar o cargo de Diretor de Produto - Auto e Residência da Sociedade; d) Ratificação da atual Diretoria da Sociedade; e) Alteração e ratificação das responsabilidades da atual Diretoria da Sociedade perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. 5. **Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: 5.1. Aprovou a desinvestidura do Sr. José Luis Schneedor Ferreira da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.889.215-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.680.838-81 do cargo de Diretor sem denominação especial da Sociedade. 5.1.1. A sociedade decidiu registrar votos de agradecimento ao Sr. José Luis Schneedor Ferreira da Silva por sua dedicação e contribuição à Companhia até a presente data. 5.2. Aprovou a modificação da composição da Diretoria para alterar a nomenclatura de um dos cargos de Diretor sem denominação especial para Diretor de Produto - Auto e Residência. Em consequência desta aprovação, o artigo 8º do Estatuto Social passará a constar com a seguinte redação: "Artigo 8º - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Geral, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Produto - Auto e Residência e 05 (cinco) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a reeleição". 5.3. Aprovou a eleição do Sr. Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.666.748-92, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor de Produto - Auto e Residência da Sociedade. O mandato vigorará até 31 de março de 2016, mantido o valor de remuneração fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2014. 5.3.1. Conseguiu-se que o Diretor ora eleito preenche as condições previstas na Resolução CISP nº 136/2005 e tomará posse de seu cargo para o novo mandato em ato separado tão logo o respectivo processo seja homologado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. 5.4. Ratificou a atual Diretoria da Sociedade, com mandato até 31 de março de 2016: **Diretor Presidente - Sr. Fabio Luchetti**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.668.675-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.666.748-92; **Diretor Geral - Sr. Ney Ferraz Dias**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.055.565-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.465.577-2; **Diretor Técnico - Sr. Fabio Ohara Morita**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 128.680.328-42; **Diretor Jurídico - Sr. Lene Araújo de Lima**, brasileira, casada, advogada, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor de Produto - Auto e Residência - Sr. Marcelo Sebastião da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.935.318-03; **Sr. José Rivaldo Leite da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.793.433-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.681.578-05; e **Diretores sem denominação especial - Srs. Celso Damasci**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.935.318-03; **Sr. José Rivaldo Leite da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.332.458-07; **Sr. Edison Figueiredo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.550.132-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.365.388-50; **Sr. Roberto de Souza Santos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-9 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 641.284.587-01, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, permanecendo vagu 01 (um) cargo de Diretor sem denominação especial. Todos os Diretores preenchem as condições previstas na Resolução CISP nº 136/2005. 5.5. Ratificou a indicação dos Diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em atendimento às Resoluções CISP nº 234/2003, nº 344/2007 e nº 445/2012, às Resoluções CISP nº 135/2005, nº 143/2005 e nº 312/2014 e a Lei nº 9.613/98, para constar: Responsável pelas Relações com a SUSEP - **Ney Ferraz Dias**; Responsável Técnico (Circular SUSEP nº 234/2003 e Resolução CISP nº 135/2005) - **Fabio Ohara Morita**; Responsável Administrativo-Financeiro - **Marcelo Barroso Picanço**; Responsável pelo cumprimento da Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e nº 445/2012) - **Lene Araújo de Lima**; Responsável pelos controles internos - **Lene Araújo de Lima**; Responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes - **Lene Araújo de Lima**; Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Lauriberto Tadeu Tavares**; Responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CISP nº 143/2005 - **Lauriberto Tadeu Tavares**. 6. **Documentos Arquivados na Sociedade:** Procurações; Declaração de desimpedimento; 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 06 de fevereiro de 2015. **Presidente:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretária:** Sra. Lidiane dos Santos Souza; **Acionistas:** **Porto Seguro S.A.** - por sua procuradora Sra. Lidiane dos Santos Souza; **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.** - por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Diretor Jurídico presente:** Sr. Lene Araújo de Lima. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Lidiane dos Santos Souza** - Secretária. **JUCESP** nº 257.814/15-5 em 18/06/2015. Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. torna público que requereu à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, a Licença Ambiental Prévia para o Empreendimento Urbanístico Campo Verde, situado no município de Juruá no Km 12 da Estrada Municipal Nacional do canteleamento de 16.885.590,00 (dezesseis milhões, oitocentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e noventa) quotas, de titularidade dos sócios Milton Luiz Ziletti (f. 321.923) e Valdemar Arminini (9.563.667), passando o Capital Social de R\$ 25.490.463,00 (vinte cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e três reais) para 8.604.873,00 (oito milhões, sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e três reais).

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS

PCJ

CNPJ 11.513.961/0001-16

Resumo de Deliberações

Comunicamos que está disponível no site www.comitepcj.sp.gov.br a íntegra da deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 228/15, de 16/06/15. Aprova o transcurso de prazo de 120 dias para a realização do FEHDRO, orçamento de 2015, para realização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos. Gabriel Ferrato dos Santos - Presidente.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 00.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

Ata de Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2015

Data, Hora e Local: 15 de abril de 2015, às 9:30 horas, na sede social da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia" ou "UQF"), localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, na Cidade de Embu-Guaçu/SP. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no DOE, nos dias 07, 08 e 09/04/2015 e no jornal "O Dia", nos dias 07, 08 e 09/04/2015; carta com aviso de recebimento aos acionistas que assim o solicitaram. **Presenças:** Acionistas representando 100,00% (cem por cento) do capital com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença dos Acionistas. **Presentes** ainda os membros do Conselho Fiscal Sr. Luiz Guimarães e Sr. Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros, o membro da Diretoria Sr. Ronaldo Valentini e o representante da auditoria independente Sr. Wagner dos Santos Jr. **Composição da Mesa:** Presidente, Ronaldo Valentini; Secretária: Juliana O. F. L. S. Martins. **Ordem do Dia:** (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (II) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (III) fixar a remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício de 2015. **Eclarecimentos iniciais:** O Presidente da Mesa informou que (i) esta ata será lavrada na forma de sumário; (ii) as manifestações de votos serão recebidas pela mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia; (iii) o Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada no dia 11.03.2015, opinou, por unanimidade de votos dos Conselheiros, favoravelmente ao Relatório de Administração da Companhia, à Proposta de Destinação do Resultado e à aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2014, na íntegra e com ressalvas do Conselheiro Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros. **Deliberações:** Por maioria, com voto contrário em separado dos acionistas Propts, Prova e MJP (dois - 1) aprovou-se na íntegra e sem quaisquer ressalvas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (ii) aprovou-se a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício com os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia de que o saldo do lucro líquido ajustado de R\$ 63.031 (em milhares), formado por R\$ 67.055 (lucro líquido menos a reserva legal) menos R\$ 4.024 (dividendo mínimo obrigatório). Todos os acionistas concordaram especificamente com os esclarecimentos prestados em relação ao saldo remanescente do lucro líquido. Assim, para a formação de reserva de lucros, com base na qual o lucro líquido ajustado do exercício encerrado em 31.12.14, após deduzida a reserva de subvenção (incentivos fiscais), no valor de R\$ 70.58 (em milhares), terá a seguinte destinação: (a) R\$ 3.529 (em milhares), para constituição da reserva legal de R\$ 4.024 (em milhares), serão distribuídos e pagos aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, até 31 de dezembro de 2015, e (c) o saldo, no valor de R\$ 63.031 (em milhares), para a formação de reserva de lucros, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, nos termos do orçamento da capital ora aprovado; e (iii) fixou-se a remuneração global e anual da Diretoria em até R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais). A distribuição deste valor entre os diretores será realizada oportunamente em Reunião de Diretoria. Por fim, em resposta à solicitação pelos acionistas Propts, Prova e MJP, de debates à instalação do Conselho Fiscal, **Os acionistas Roberto Cleide e Cleia** elegem: (a) **Sr. Luiz Guimarães**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.575.180-2 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 6.111.352.838-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Benedito, 825, apto. 202, Alto da Boa Vista, como membro titular e como seu suplente a **Sr. Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos**, brasileiro, casado, dentista, portador da cédula de identidade RG nº M3 389 239 e inscrito no CPF/MF sob o nº 305.033.538-68, residente e domiciliado na cidade de Popo de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Expedicionários, 437, apto. 22, CEP 37711-041; e (b) **Sr. Paulo Antônio Soares Barbosa**, brasileiro, viúvo, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 13.129.420-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.648.067-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 502 - Apt. 152, CEP 04530-000, como membro titular e como seu suplente o **Sr. Márcio Giudici**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.854.587-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.791.098-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vitoria Redonda, nº 707, Apto 161, Campo Bel, CEP 04680-010. **Os acionistas Propts, Prova e MJP** elegem: (a) **Sr. Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 3.388.912 e inscrito no CPF/MF sob o nº 607.770.108-44, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Ipês, nº 25, Cidade Jardim, Cep. 05674-040, como membro titular e como seu suplente o **Sr. Homero Luiz Vaz**, brasileiro, casado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 10.988.802-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 844.563.108-04, residente e domiciliado na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rua Escalástica Chapulte, nº 123, 1º andar, Centro, CEP 06653-050, e-mail: homero.luz.vaz@uol.com.br. Os membros do Conselho Fiscal tomaram posse mediante a lavratura de Termo de Posse em livro próprio e sua remuneração global e anual foi fixada, por unanimidade, no montante de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais). A distribuição deste valor entre os membros do Conselho Fiscal será realizada oportunamente em Reunião de Diretoria. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta Ata que, lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos presentes. Embu-Guaçu, 15 de abril de 2015. **Ronaldo Valentini** - Presidente da Mesa; **Juliana Oliveira F. L. S. Martins** - Secretária da Mesa; **Roberto Cleide**, **Marques Pinto**, **p.p. Juliana Oliveira F. L. S. Martins**, **Cleia de Castro Marques**, **p.p. Juliana Oliveira F. L. S. Martins**, **Propts Participações Ltda.**, **p.p. Rodrigo de Mello Motta**, **MJP Administração e Participações Soc. Simples Ltda.**, **p.p. Rodrigo de Mello Motta**, **Prova Participações Ltda.**, **p.p. Rodrigo de Mello Motta**, **Conselheiro Fiscal:** **Sr. Luiz Guimarães**, **Sr. Luiz Augusto de M. de Barros**, **Auditor Independente** (Ernest & Young): **Wagner dos Santos Jr.** **JUCESP** nº 247.284/15-4 em 10/06/15. Flávia Regina Brito - Secretária Geral em Exercício.

MATÃO ATIVIDADES AGRÍCOLAS

LTD

CNPJ (MF) sob o nº 17.040.333/0001-47

Redução do Capital Social

Atendendo ao que determina o artigo 1.084 pará. 1º, c/c artigo 1.152 e seu pará. 1º da Lei 10.406/02, atual Código Civil, torna público que, em reunião realizada em 05/06/2015 com participação dos sócios representando 100% do Capital Social. Aprovou Ata de Redução do Capital Social, por motivo de excesso de Capital Social em relação ao objeto social da sociedade, com o valor da redução convertido através do cancelamento de 16.885.590,00 (dezesseis milhões, oitocentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e noventa) quotas, de titularidade dos sócios Milton Luiz Ziletti (f. 321.923) e Valdemar Arminini (9.563.667), passando o Capital Social de R\$ 25.490.463,00 (vinte cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e três reais) para 8.604.873,00 (oito milhões, sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e três reais).

Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ: 46.155.487/0001-82 - NIRE: 35.300.386.825

EDITAL CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 20/07/2015, às 10 horas, na sede da Companhia, à Rua XV de Novembro, nº 741, sobrela sala 01, na cidade de Itapira/SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2014; (ii) Deliberar sobre a destinação das reservas de lucros existentes no exercício de 2014. **Afonso Nogueira de Freitas - Diretor Presidente** 24, 25 e 26



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 26 de junho de 2015 às 03:40:21.

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ nº 08.816.770/0001-00 – NIRE 35.3034193-9
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06 de Novembro de 2015

1. **Data, hora e local:** 06 de novembro de 2015, às 10h, na sede social, na Avenida Eusébio Matsuo, nº 1.375-2º andar, Butantã, São Paulo/SP. 2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76. Presente o Diretor Jurídico da Sociedade, Sr. Lene Araújo de Lima. 3. **Constituição da Mesa:** Sr. Renato Paulino Ribeiro Narducci, Presidente; Srta. Lidiiane dos Santos Souza - Secretária. 4. **Ordem do dia:** a) Modificação do endereço da sede social da Sociedade, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; e, b) Consolidação do Estatuto Social para refletir a alteração nos termos do item supra. 5. **Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade, de votos: 5.1. Aprovou a modificação do endereço da sede social da Sociedade, atualmente localizada na Avenida Eusébio Matsuo, nº 1.375-2º andar, na Capital do Estado de São Paulo, para a Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, Campos Eliseos, CEP 01216-012, São Paulo/SP. 5.2. Em razão da alteração acima aprovada, o artigo 2º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º -** A Sociedade tem sua sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, Campos Eliseos, CEP 01216-012, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País". 5.3. Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Sociedade para refletir a alteração deliberada nos termos dos itens supra, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: **Estatuto Social da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º -** A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., constituída sob a forma de sociedade por ações, rege-se pelo presente Estatuto e pela legislação vigente. **Artigo 2º -** A Sociedade tem sua sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, Campos Eliseos, CEP 01216-012, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º -** A Sociedade tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na legislação vigente. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social. Artigo 5º -** O Capital Social é de R\$ 544.673.361,96 (quinhentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos), dividido em 495.475.772 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e duas) ações ordinárias e ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso de aumento de Capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria. Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Geral, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Produto - Auto e Residência e 05 (cinco) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 7º -** A investidura dos membros da Diretoria em seus respectivos cargos far-se-á mediante termo lido no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da sociedade, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º -** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Sociedade; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante qualquer entidade, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Sociedade. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as assinaturas de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Sociedade perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe; d) Atos praticados perante terceiros em nome da Sociedade, bem como perante autoridades administrativas públicas ou privadas; e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Sociedade e nem exonerem terceiros de obrigações para ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem expressar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excluídas as destinadas para fins judiciais que serão outorgadas, individualmente, por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Sociedade deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo no 1º (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente, ou o Diretor Geral ou o Diretor Jurídico. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10 -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo Diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão, por decisão de maioria absoluta, indicar um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11 -** A Sociedade poderá ter um órgão de consultoria, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da instalação. **Parágrafo 1º -** O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º -** O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal. Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) Membros Eletivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, dentre os acionistas residentes no Brasil, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13 -** Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria. I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria. Artigo 14 -** A Sociedade se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à Administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência das informações. II - Da subordinação do Comitê de Auditoria. **Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. III - Dos Requisitos e Vedações. **Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: I. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; II. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior, a Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a

coligadas. III. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, IV. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja relativa ao exercício da função de integrante do Comitê de Auditoria. IV - Das Atribuições. **Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: I. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; IV. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; V. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelo auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; X. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas atribuições; XI. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; XII. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; XIII. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; XIV. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; XV. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; XVI. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e renovação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; XVII. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; XVIII. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; XIX. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre o exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; XX. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral. Artigo 19 -** A Assembleia Geral Ordinária reunirá-se anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por eleita. **Parágrafo Único -** O Presidente da Assembleia convocará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20 -** As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21 -** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação. **Artigo 22 -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 23 -** Os acionistas poderão fazer a representação da Sociedade, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 24 -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, após suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 25 -** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta, por voto único ou por disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único -** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 26 -** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 27 -** Os Acionistas poderão fazer a representação nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 28 -** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos fora a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Sociedade com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Lucros. Artigo 29 -** Do resultado do exercício e da distribuição dos lucros. Os lucros líquidos após o pagamento dos tributos devidos sobre os lucros remanescentes, atendida a ordem legal, será atribuída à participação dos Diretores, respeitados os limites estabelecidos no artigo 152, da Lei nº 6.404/76, e o disposto no artigo 8º deste Estatuto. **Parágrafo Único -** Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 28 -** O lucro líquido do exercício, após as deduções de que tratam os artigos anteriores e o quórum do Conselho Fiscal, se em seguida for destinado: a) à constituição da reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado no prazo do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os pagamentos de juros sobre o capital próprio, efetuados de acordo com a Lei nº 6.249/85; c) o saldo remanescente, ressalvado o disposto na alínea d) deste Artigo, será destinado à Reserva Estatutária de Lucros, com a finalidade de compensação de eventuais prejuízos, aumento do Capital Social ou distribuição aos Acionistas. Attingido o saldo acumulado desta Reserva o montante igual ao Capital Social, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do excedente para aumento do Capital Social ou distribuição aos Acionistas da Sociedade; d) caso a administração da Sociedade considere o montante da Reserva Estatutária de Lucros suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral: (i) que, em determinado exercício, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e pagamento do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Sociedade; e/ou (ii) que os valores integrantes da aludida Reserva sejam revertidos para o aumento do Capital Social ou para a distribuição aos Acionistas da Sociedade. **Capítulo VIII - Disposições Gerais. Artigo 29 -** O exercício financeiro da Sociedade compreende o período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro, devendo a Diretoria levantar balanços semestrais em 30 (trinta) de junho de cada ano, observando-se com relação aos balanços semestrais, os mesmos critérios em vigor para o balanço de encerramento do exercício. **Parágrafo 1º -** A Diretoria poderá, obedecidos aos limites legais, declarar ad referendum da Assembleia Geral, dividendos intermediários a serem pagos aos acionistas semestrais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 2º -** Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, de livre escolha da Diretoria, desde que devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **6. Documentos arquivados na sociedade:** **Procurações:** 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 06 de novembro de 2015, (assinatura) - Presidente: Sr. Renato Paulino Ribeiro Narducci; Secretária: Srta. Lidiiane dos Santos Souza; Acionistas: Porto Seguro S.A. - por sua procuradora Srta. Renata Paula Ribeiro Narducci; Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. - por sua procuradora Sr. Lene Araújo de Lima. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio, Lidiiane dos Santos Souza - Secretária, JUCESP nº 32.818/16 em 18/01/2016. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Madeira Energia S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação
 Ficam convidados os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 03 de fevereiro de 2016, às 09:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 2, Edifício Villa Lobos, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aumento de capital da Companhia para fins de aumento do capital social da Santa Antônio Energia S.A., no valor de R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais); e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) instrução de voto da Companhia na condição de acionista da Santa Antônio Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, subsidiária integral da Companhia ("SAE"), para aprovar e tomar todas as providências cabíveis para a efetivação do aumento do capital social da SAE, no mesmo valor referido no item "i" acima. **Instruções Gerais:** Os acionistas que desejarem se representar por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato, na sede social da Companhia, nos termos do artigo 20, parágrafo único, do Estatuto Social, sob a referência "Assembleia Geral Extraordinária", com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral. São Paulo, 27 de janeiro de 2016. Madeira Energia S.A. - MESA: Manoel Ailton Soares dos Reis - Presidente do Conselho de Administração.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

CNPJ nº 20.512.161/0001-71 - NIRE 35.300.468.829
Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 17/02/2016
 Convocamos os Srs. acionistas da Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Companhia"), nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 124, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 17 de fevereiro de 2016, às 11hs, em primeira convocação e às 11:15hs em segunda convocação, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Leopoldo Costa Magalhães Jr., n. 758, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, para discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) alteração do Plano de Negócios; (ii) instalação do Conselho Fiscal; (iii) Ratificação da renúncia do Conselheiro Cleóton Antônio Campodónico Eloy e eleição do conselheiro substituto; e (iv) aprovar a alteração do Estatuto Social de suas controladas para exclusão do Conselho de Administração. Informações Adicionais: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo as propostas de aumento de capital social. O acionista que desejar se representar por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, na sede da Companhia, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para a realização da Assembleia. São Paulo, 27 de janeiro de 2016. Alessandra Quagliuolo Marinho - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/01/2016)

Chapada do Piauí I Holding S.A.

CNPJ nº 20.512.213/0001-00 - NIRE 35.300.466.802
Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 17/02/2016
 Convocamos os Srs. acionistas da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia"), nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 124, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 17 de fevereiro de 2016, às 11:30hs, em primeira convocação e às 11:45hs em segunda convocação, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Leopoldo Costa Magalhães Jr., n. 758, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, para discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) alteração do Plano de Negócios; (ii) instalação do Conselho Fiscal; (iii) Ratificação da renúncia do Conselheiro Cleóton Antônio Campodónico Eloy e eleição do conselheiro substituto; e (iv) aprovar a alteração do Estatuto Social de suas controladas para exclusão do Conselho de Administração. Informações Adicionais: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo as propostas de aumento de capital social. O acionista que desejar se representar por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, na sede da Companhia, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para a realização da Assembleia. São Paulo, 27 de janeiro de 2016. Alessandra Quagliuolo Marinho - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/01/2016)



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 28 de janeiro de 2016 às 05:29:37.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.**, sociedade com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 2º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.816.067/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor, Sr. **LENE ARAÚJO DE LIMA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Srs. **ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF/MF sob o nº 174.320.898-76; **RENATA PAULA RIBEIRO NARDUCCI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 205.538 e no CPF/MF sob o nº 277.046.788-33; **RENATA STRUCKAS DE SÁ**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 219.089 e no CPF/MF sob o nº 292.237.378-93; **ALINE SALEM DA SILVEIRA BUENO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 181.252 e no CPF/MF sob o nº 248.540.578-66; **ANA PAULA VITA AFONSO MASSAVELLI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 176.375 e no CPF/MF sob o nº 251.950.718-70; **ELAINE CRISTINA BARREIRO COUTINHO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 228.019 e no CPF/MF sob o nº 254.314.508-75; **ELAINE CRISTINA CARVALHAES SILVA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 233.836 e no CPF/MF sob o nº 157.764.738-61; **FERNANDA DE ARAÚJO GRAMACHO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 287.753 e no CPF/MF sob o nº 011.706.235-90; **LAÍS APARECIDA LUQUIARI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 289.806 e no CPF/MF sob o nº 344.508.038-09; **LENICE REIKO ONIMARU**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 177.308 e no CPF/MF sob o nº 169.256.168-56; **MARIANA BARCELLOS DE SOUZA SERVIJA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 253.525 e no CPF/MF sob o nº 217.351.548-90; **PATRÍCIA LODOVICO GONÇALVES JUSTINO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 257.485 e no CPF/MF sob o nº 307.200.618-06; **PAULO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 175.319 e no CPF/MF sob o nº 082.623.238-82 e **VIVIANE ANGÉLICA BIZULI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 330.080 e no CPF/MF sob o nº 249.316.128-90, todos com domicílio profissional na Rua Guaianases, nº 1.238 – 9º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, aos quais confere os poderes contidos na cláusula **ad judicia et extra** para, **em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação**, representarem a sociedade Outorgante perante o foro em geral, podendo defendê-la, propor ações de toda a natureza, interpor recursos e quaisquer outros incidentes processuais ou administrativos, inclusive exceções de incompetência, impedimento ou suspeição, mais os necessários para os fins de conciliação previstos nos artigos 331 e 448 do Código de Processo Civil, receber citação inicial, intimações e notificações, transigir, conciliar, confessar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, juntar e retirar documentos, efetuar levantamento de depósito ou quantia, receber e dar quitação, com ou sem ressalvas, firmar compromisso, cessão de créditos ou promessa de cessão, oferecer caução, assinar termo de penhora e assumir o encargo de depositário, em nome e por conta da Outorgante, firmar acordos extrajudiciais, promover protestos, interpelações, notificações e contranotificações, judiciais ou extrajudiciais, solicitar certidões, atestados e expedição de ofícios, requerer a abertura de inquéritos policiais e acompanhá-los, bem como habilitar-se como assistentes de acusação em eventuais ações penais, praticando, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho dos poderes outorgados, inclusive perante autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, juízos e tribunais administrativos, bem como perante todos os órgãos da administração

3103801



pública municipal, estadual ou federal, pedindo vistas de processos, requerendo e alegando tudo o que for de seu direito e interesse, apresentando defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração, podendo ademais substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais e, de modo geral, praticar todos os demais atos que forem necessários para o fim supra. Os Outorgados ora constituídos ficam cientes de que, ao se desligarem do Conglomerado Porto Seguro do qual fazem parte, não mais poderão exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após sua saída, sendo inclusive responsáveis por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados.

São Paulo, 31 de março de 2016.

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Jurídico



3.º TABELIÃO DE NOTAS
AV. SÃO LUÍS, 192 - L24 - CEP 01046-013
SÃO PAULO / SP - TEL/FAX: (011) 3120-8000

BEL. MATEUS BRANDÃO MACHADO
TABELIÃO
AB791892

Reconheço Por Semelhança Firma SEM VALOR econômico de:
LENE ARAÚJO DE LIMA.....
São Paulo, 26 de Abril de 2016
Em test. da Verdade.
SERGIO RODRIGO DA CRUZ - ESCRIVENTE
Valor: R\$5,35. Carimbo: 1302838-6 Cart. 1064
Selo(s): AA699229

"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO SEM EMENDAS E/OU RASURAS"

1064
FIRMA
113640
PORTO SEGURO
SÉRGIO RODRIGO DA CRUZ
SÃO PAULO - SP



3103801



QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, todos os poderes que me foram conferidos aos advogados, Adson Vitor de Cupertino Galindo, OAB/PE 29.304; Adriana Barreto da Silva, OAB/PE 18.792; Ana Carolina Sarmiento Meneses, OAB/PE 37.623; Alan Victor Campos Oliveira Mariano, OAB/PE 32.745; Anna Karoline Silva Araújo, OAB/PE 30.220; Alexandre Gomes de Gouvêa Vieira, OAB/PE 32.171; Ana Carolyn Caze Donato, OAB/PE 31.548; Andréa Marselha Araújo Alves, OAB/PE 29.332; Bruno Lucas Bacelar, OAB/PE 19.622; Bianca Maria Ventura Carvalho Dias, OAB/PE 12.89-B; Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti, OAB/PE 19.353; Bruno Rafael de Lima, OAB/PE 35.662; Caio Augusto Menezes Machado, OAB/PE; Camila de Andrade Lima, OAB/PE 1.494-A; Camila de Albuquerque Oliveira, OAB/PE 21.349; Camilla Cavalcanti Rodrigues Cabral, OAB/PE 31.398; Camila de Almeida Bastos de Moraes Rêgo, OAB/PE 33.667; Carolina Silveira de Souza, OAB/PE 28.468; Catarina Bezerra Alves, OAB/PE 29.373; Christianne Gomes da Rocha, OAB/PE 20.335; Cinthia Raphaela Ribeiro Bispo, OAB/PE 31.521; Danilo Canário Pereira, OAB/PE 34.964; Diego Henrique Monteiro de Farias, OAB/PE 33.955; Diogo Dantas de Moraes Furtado, OAB/PE 33.668; Eduarda Regina Costa Correia, OAB/PE 32.847; Eduardo de Faria Loyo, OAB/PE 21.701; Eduardo José de Souza Lima Fornellos, OAB/PE 28.240; Edmarcio Gomes Palmeira, OAB/PE 32.711; Elly Anderson Teodósio da Silva, OAB/PE 34.534; Elaine Ferreira da Silva, OAB/PE 30.612; Elize Torres dos Santos, OAB/PE 29.909; Emília Moreira Belo, OAB/PE 23.548; Fábio Henrique Caetano, OAB 593-B; Fagner Henrique de Albuquerque Freitas, OAB/PE; Felipe Pereira de Mendonça Motta, OAB/PE 33.888; Fernanda Cibelle Arrais da Silva, OAB/PE 25.745; Fernando Antônio de Araújo Filho, OAB/RN 10.826; Flavia Dayse de Melo, OAB/PE 30.302; Francimara Saraiva Silva, OAB/PE 28.272; Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior, OAB/PE 23.289; Flávio Pessoa de Souto Maior Júnior, OAB/PE 25.237; Gabriela de Almeida Figueiras, OAB/PE 30.644; Gilberto Valença Lopes Filho, OAB/PE 26.228; Giselle Cavalcanti Sobral, OAB/PE 37.004; Guilherme César Cavalcante Muniz da Silva, OAB/PE 31.132; Hugo Leonardo de Oliveira Novaes, OAB/PE 31.711; Igor Câmara Gusmão Gama, OAB/PE 34.593; Isabel de Andrade Bezerra Cabral de Moura, OAB/PE 32.840; Irlane Nichols Luna, OAB/PE 34.090; Izabela da Silva Leite, OAB/MS 17.528; Ingrid Gadelha de Andrade Neves, OAB/PB 15.488; Isaac Ferreira Gomes de Medeiros, OAB/PE 31.139; Jade Jonnathan Marcondes de Amorim Galindo, OAB/PE 35.720; Jefferson Danilo Barbosa, OAB/PE 28.837; Jeyse Marília Lindoso, OAB/PE 26.266; Joaquim Cabral de Melo Neto, OAB/PE 27.112 e OAB/CE 24.196-A; Jonatas Simeí Tenório Amorim Pereira, OAB/PE 31.157; José Henrique Batista, OAB/PE 25.791; José Ricardo do Nascimento Varejão, OAB/PE 22.674; José Ferreira da Costa Jales Neto, OAB/PE 34.625; Julianna Soares Fernandes do Nascimento, OAB/PE 1252-B; Juliana Cordeiro Carneiro de Albuquerque, OAB/PE 36.095; Kamila Luiza de Andrade Leal, OAB/PE 33.432; Leonardo de Godoy Maciel, OAB/PE 28.337; Leonardo Montenegro Cocentino, OAB/PE 32.786; Leonardo Alencar de Figueiredo, OAB/PE 29.287; Luana Cristina Rezende Bastos, OAB/PE 34.655; Luanna Luiza Lira Apriégio de Carvalho, OAB/PE 40.534; Luciana Martins de Amorim Amaral, OAB/PE 26.571; Luciana Clarissa da Silva, OAB/PE 35.379; Lucas de Holanda Cavalcanti Carvalho, OAB/PE 33.670; Luiz Aureliano de Siqueira Júnior, OAB/PE 24.945; Manuela Motta Moura da Fonte, OAB/PE 20.397; Marcelo Max Torres Ventura, OAB/PE 25.843; Marcos José Medeiros, OAB/PE 27.384; Maria Juliana Wallach de Godoy, OAB/PE 26.633; Maria Tereza de Andrade Patriota, OAB/PE 31.812; Maria Eduarda Carvalho de Medeiros, OAB/PE 32.435; Maria Eduarda Almeida Cajueiro, OAB/PE 33.776; Maria Cristina Carvalho de Abreu, OAB/PE 38.268; Marília Gonçalves Veiga, OAB/PE 33.782; Mariana de Moura A. A. Machado, OAB/PE 26.916; Mariana de Oliveira, OAB/PE 25.077; Mariana de Oliveira Silva, OAB/PE 30.915; Mariana Fernandes Barros, OAB/PE 33.198; Mariana Maria de Moura Paes Barreto, OAB/PE 34.168; Mariana Bezerra da Silva, OAB/PE 39.386; Mariana Penha Abreu, OAB/PE 33.008; Marconi D'arci Lucio Junior, OAB/PE 35.094; Mayara Alves Rios de Oliveira, OAB/PE 38.300; Milena de Vasconcelos Neves Augusto, OAB/PB 12.006; Naiana Barboza Campos Corrêa, OAB/PE 24.099; Natália Maria Silva Aragão, OAB/PE 30.453; Nathally Brandão Lins, OAB/PE 36.181; Pâmela Christine Lopes de Oliveira Galvão, OAB/PE 31.257; Pedro Lucas Ferreira Rodrigues, OAB/CE 21.921; Olavo Araujo Oliver Cruz, OAB/PE 39.412; Phillipe Antonio do Amaral Arruda, OAB/PE 37.329; Rafael Luiz do Rêgo Barros Pimentel, OAB/PE 32.496; Rafael Nascimento Accioly, OAB/PE 30.789; Raissa da Rocha Cunha Gonçalves, OAB/PE 38.374; Rebeca Portela Gonçalves, OAB/PE 34.762; Rebeca Rodrigues Cazer, OAB/PE 35.794; Raiana Barros Mendonça Salsa, OAB/PE 34.756; Renata Costa Araújo, OAB/PE 28.972; Renata Siqueira de Andrade Lima, OAB/PE 28.461; Renata Barreto Carvalho de Arruda, OAB/PE 33.499; Ricardo de Melo Valença Alves, OAB/PE 10.882-E; Ricardo Albuquerque e Albuquerque, OAB/PE 1.926-A; Roberta Albanez Pereira, OAB/PE 28.985; Rostand Inácio dos Santos, Rodrigo Gomes Paes de Lira, OAB/PE 40.814; OAB/PE 22.718; Samuel Gouveia Rodrigues, OAB/PE 30.513; Simone Alves da Silva, OAB/PE 29.016; Suellen Poncell do Nascimento Duarte, OAB/PE 28.490; Tatiana Maria de Melo Simas, OAB/PE 24.681; Thayrone Kieber Santana de Oliveira, OAB/PE 41.569; Tiago Lopes de Andrade Lima, OAB/PE 21.596; Thiago Pessoa Rocha, OAB/PE 29.650; Victor Hugo David da Silva Souza, OAB/PE 40.835; Viviane Gonçalves Brasileiro, OAB/PE 36.864; Wagner Oliveira de Albuquerque Maranhão, OAB/PE 32.182; Welverson Bezerra da Silva, OAB/PE 40.816; bem como aos estagiários: Anderson Kleyber Bezerra de Melo ID. 7.621.989 SDS/PE; Carolina de Oliveira Leite Bezerra Cavalcanti, ID. 8783454 SDS/PE; Eduardo Jorge Cavalcanti Leitão OAB/PE 11.067; Iago Pinto de Souza Valença, ID. 7.004.588; Janaina Pinheiro de Araujo, ID. 7.210.601 SDS/PE; Leonardo Nader de Azevedo Mendonça, ID. 7.580.779 SDS/PE; Maria Eduarda Melo de Oliveira, ID. 001460083 SSP/MS; Maria Eduarda Araripe Bezerra de Menezes, ID. 8.741.091 SDS/PE; Maria Eduarda Valdomiro Ferreira, 8518619 SDS/PE; Maria Eduarda Portela Ferreira da Silva ID. 2.505.64 PF; Maria Eduarda Araujo Vieira, ID. 7.595.722 SDS/PE; Maria Porto Feijó Alencar, ID. 7.985.053 SDS/PE; Maria Carolina Aguiar Ferreira, ID. 8.951.275; Marcela Machado Rôla Oliveira, 8.777.478 SDS/PE; Mayara Alves Rios de Oliveira, ID. 8.158.215 SDS/PE; Manoel Henrique R. Araújo Pereira, ID. 8035-151 SDS/PE; Mirna Luna Freire, ID. 9.176.591 SDS/PE; Natália Serrano Barbosa Gomes, ID. 8.212.555 SDS/PE; Matheus Campos Vidal Pires, ID. 8541112 SDS/PE; Priscilla Emanuelle Galvão Souza, OAB/PE 9571-E; Priscilla de Lima Melo, ID. 6.930.973 SDS/PE; Pedro Barros Lourenço da Silva, ID. 7.960.355 SDS/PE; Priscila Daniella Silva de Souza, ID. 6.494.703 SDS/PE; Priscila e Galvão Souza, ID. 7.876.909 SDS/PE; Rafaela Viviane Alves Araujo, ID. 6.377.818 SDS/PE; Rafael Lemos da Costa, ID. 7.141.182; Rodrigo Ferraz de Carvalho, ID. 8.805.272 SDS/PE; Rodrigo Raposo Vieira de Oliveira ID. 7.871.285 SDS/PE; Raissa da Rocha Cunha Gonçalves, ID. 8.458.529 SSP/PE; Thaiane Reis de Moraes Tavares Correia, ID. 7.075.685 SDS/PE; Talita Santos Nascimento de Melo, 9.037.836 SDS/PE; Vinicius Matheus Costa Souza, ID. 8.092.487 SDS/PE; Yury Espindola Agra Valpassos, ID. 7.470.968 SDS/PE; Higor Alexandre Alves de Araujo, ID. 9.016.741; QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA, sociedade civil de advogados, regularmente inscrita na OAB/PE sob o nº 360 desde 1998, e inscrita no CNPJ/MF nº 02.636.064/0001-53, com sede na Rua da Hora, nº 692, Espinheiro, Recife/PE, CEP. 52.020-015.

Recife, 25 de Abril de 2016.

Carlos Antônio Harten Filho
OAB/PE 19.357

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5757

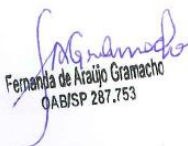
www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • MA • PB



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço com iguais reservas para mim, os poderes outorgados por **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **08.816.067/0001-00**, com sede nesta Capital, na Avenida Eusébio Matoso, 1375, do 2º ao 4º andar, Butantã – São Paulo/SP, por seus representantes legais, nomeia e constitui seus bastante(s) procurador(es) **Flavio Queiroz Cavalcanti – OAB/PE 10.923, Carlos Antonio Harten Filho – OAB/PE 19.357, Tania Vainsencher – OAB/PE 20.124, Manuela Moura da Fonte – OAB/PE 20.397, Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti – OAB/PE 19.353, Eduardo de Faria Loyo – OAB/PE 21.701 e Umberto Lucas de Oliveira Filho OAB/PE 21.701 com escritório à Rua da Hora nº 692, Espinheiro – Recife/PE, Cep.: 52021-060**, conferindo-lhes poderes da cláusula *ad judícia*, para o foro em geral, podendo substabelecer, constituir prepostos, interpor quaisquer recursos e mais, acordar, discordar, transigir, conciliar, dar e receber quitação, ratificar os atos praticados anteriormente, bem como tudo o que se fizer necessário ao bom e fiel desempenho do presente mandato, com o fim específico de promover a defesa/acordo dos interesses da Outorgante nos autos da Ação movida por **LIGIA DA SILVA CAMILO - RUTH DA SILVA CAMILO**, em face de **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A** nos autos **0867379-15.2018.8.15.2001**, perante a **9ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA/PB**

São Paulo, **25 de março de 2019**



Fernanda de Araújo Gramacho
OAB/SP 287.753

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A



Fátima

Bem-Vindo
ao
Auto Convencional

Parabéns. Você acaba de fazer uma ótima escolha.
O Auto Convencional é o seguro ideal
para quem deseja circular tranquilo.

Com ele você tem a certeza de que seu carro
está sempre protegido.

Leia atentamente este guia
e conheça em detalhes todos os
benefícios e serviços do seu seguro.

Conte com a gente
sempre que precisar
Estamos à sua disposição.

P.S.: É importante que você leia, na íntegra, as Condições
Gerais do seu seguro.

011745



**Conheça melhor as vantagens do
Auto Convencional**

1) O pagamento ocorre em apenas 7 dias úteis após a entrega da documentação completa.

Senão, além da indenização do carro, a Unibanco Seguros devolve tudo que você pagou pelo seguro.

2) Reembolso dos serviços de despachante (em casos de perda total), que auxilia na liberação dos documentos junto ao Detran.

3) Aviso de sinistro pelo telefone, através da Unibanco On Line Seguros, uma Central de Atendimento 24 horas.

Rio de Janeiro: (021) 223-3262

São Paulo: (011) 3115-5588

Belo Horizonte: (031) 271-5588

Outras Localidades: DDG 0800-99-5588

4) Rede de Oficinas Especiais, qualificadas pela Unibanco Seguros, sob acordo de serviços que operam com garantias de qualidade e vantagens especiais, tais como:

- Garantia dos serviços prestados;
- Lavagem;
- Enceramento

5) Cartão Unibanco Seguros Visa, o primeiro Cartão Seguros que também é Cartão de Crédito. Com ele você tem acesso aos benefícios que o Cartão Unibanco oferece, como: Cartão de Crédito Internacional, Visaphone, Pagamento em qualquer banco, Saques no Brasil e no exterior, 12,5 milhões de estabelecimentos credenciados.

Você poderá solicitar o Cartão Unibanco Seguros Visa na compra ou renovação, mesmo que oriundo de outra Cia. do seguro de Automóvel.

E com o Cartão Unibanco Seguros Visa você ainda terá as seguintes vantagens:

a) Multivantagem - Desconto em Seguro. Quanto mais você usa seu Cartão Unibanco Seguro Visa, menos seguro você paga.

Você pode usar o desconto na contratação ou renovação dos seguros de automóvel, Lar, e Investir Vida. Este desconto é calculado mensalmente, e representa 2% dos gastos no Cartão, com validade de 2 anos para utilização.

Não existe teto para a Multivantagem, o que existe é um limite máximo por seguro.

O desconto da Multivantagem poderá ser utilizando a seguinte forma:

- Até R\$ 160,00 no seguro Automóvel, por apólice;
- 50% do prêmio do Lar, limitado a R\$160,00 por apólice;
- Até 50% do valor das duas primeiras parcelas do Investir Vida, limitado a R\$ 160,00 por apólice.

O saldo da Multivantagem é informado mensalmente através de extrato do Cartão Unibanco Seguros Visa, ou através de Atendimento do Cartão Unibanco Visa ou da Unibanco On Line Seguros.

Os critérios para aceitação do Cartão Unibanco Seguros Visa são os mesmos do Cartão Unibanco Visa. Ficando a proposta sujeita a consulta no SERASA, análise e aprovação de crédito.

b) Gratuidade nos primeiros 6 meses de anuidade tanto para titular quanto para até 2 adicionais, enquanto o titular usufruir da gratuidade.

No caso de cancelamento do Cartão, na renovação do seguro não damos semestralidade grátis.

c) Drive Assistance 24 Horas: É um serviço

oferecido para o titular ou adicional do Cartão Unibanco Seguros Visa, que atende ao associado no caso de pane da seguinte forma:

***Dentro do Município:**

- Atendimento ao veículo no local

Na ocorrência de pane ou acidente, o Cartão providenciará o envio de socorro mecânico, para que o veículo, se for o possível tecnicamente, seja reparado no próprio local onde se encontra.

O Cartão Unibanco Seguros Visa se responsabilizará pelo deslocamento de socorro mecânico/reboque;

Os custos das peças defeituosas correrão por conta do titular/adicional.

- Reboque

Em caso de pane ou acidente, o Cartão providenciará o envio de reboque para "transporte do veículo até a oficina mais próxima do lugar do acontecimento". O Cartão Unibanco Seguros Visa se responsabilizará pelas despesas de remoção, cessando, sua responsabilidade após o ingresso do veículo na oficina.

*** Fora do Município:**

- Transporte Alternativo;
- Hospedagem;
- Retirada do veículo.

d) Pagamento do seguro (Automóvel, Lar, Vida, Celular e Embarcações) no Cartão Unibanco Seguros Visa.

COMO PROCEDER EM CASO DE SINISTRO ?

- * Avise o sinistro da seguinte forma:
 - Seu corretor
 - Unibanco On Line Seguros: Atendimento 24hs
 - Pessoalmente na Companhia

*** Informações necessárias:**

- Dados do segurado/apólice
- Data do sinistro
- Descrição do acidente
- Endereço da oficina para onde o veículo foi levado

1) Em caso de Perda Parcial:

Os Avisos de Sinistro de Segurado poderão ser comunicados via Unibanco On Line Seguros. Porém, quando o acidente envolver terceiros, será exigido o preenchimento e

entrega do Aviso de Sinistro padronizado na Companhia, identificando o causador do acidente.

*** Documentos necessários:**

- Aviso de Sinistro preenchido e assinado (carimbado caso Pessoa Jurídica)
- Carteira de Habilitação e Carteira de Identidade do condutor do veículo na ocasião do acidente
- Boletim de Ocorrência, caso o acidente tenha sido levado ao conhecimento da Autoridade Policial, sendo que é exigido quando houver vítimas

2) Em caso de Perda Total:

- Aviso de Sinistro preenchido e assinado (carimbado caso Pessoa Jurídica)
- Carteira de Habilitação e Carteira de Identidade do condutor do veículo na ocasião do acidente
- CGC/Contrato Social, caso Pessoa Jurídica
- Boletim de Ocorrência, caso o acidente tenha sido levado ao conhecimento da Autoridade Policial, sendo que é exigido quando houver vítimas
- Autorização para retirada do veículo (salvado) na oficina
- Certificado de Propriedade do veículo (porte obrigatório) quitado
- IPVA quitado dos dois últimos anos
- Termo de Responsabilidade sobre multas com firma reconhecida
- Termo de Quitação com firma reconhecida ou Declaração da Financeira / Consórcio quanto ao montante da dívida (quando houver)
- Certidão negativa de multas / Prontuário do veículo
- DUT fechado a favor da Unibanco Seguros assinado com firma reconhecida por autenticidade
- Nota Fiscal de venda do veículo caso Pessoa Jurídica
- Guia de Importação com todos os comprovantes de recolhimentos referente aos encargos de importação ou Nota Fiscal com o número da Declaração de Importação (D.I.) e repartição que procedeu o desembaraço (quando veículo importado)
- Alvará Judicial caso falecimento do segurado ou do terceiro

3) Em caso de Roubo ou Furto:

- Será necessário a apresentação dos documentos do tópico 2 e ainda:
 - Isenção do IPVA
 - Certidão de Não Localização do veículo

ATENÇÃO:

- O Boletim de Ocorrência será exigido neste caso
- A Autorização de Retirada do veículo da

oficina será dispensada neste caso

NOTA:

A Unibanco Seguros coloca a sua disposição o serviço de reembolso de despachante para providenciar sua documentação junto ao DETRAN no caso de perda total, furto e roubo.

Para maiores informações, oriente-se pela Unibanco On Line Seguros.

4) Em caso de atendimento a terceiros:

- Aviso de Sinistro preenchido e assinado pelo Segurado devendo estar caracterizada a responsabilidade do mesmo no acidente (carimbado caso Pessoa Jurídica)

- Aviso de Sinistro preenchido pelo terceiro sob assinatura exclusiva do proprietário legal do veículo (carimbado caso Pessoa Jurídica)

- Carteira de Habilitação e Carteira de Identidade do condutor do veículo do terceiro na ocasião do acidente

- Certificado de Propriedade do veículo em nome do reclamante ou DUT preenchido a seu favor com firma reconhecida

- Boletim de Ocorrência, caso o acidente tenha sido levado ao conhecimento da Autoridade Policial sendo que é exigido quando houver vítimas

- Carteira de Identidade e CPF do proprietário do veículo

- Vistoria de Constatação de Danos do veículo segurado

IMPORTANTE:

Além dos documentos aqui relacionados, outros complementares poderão ser solicitados, dependendo da natureza/circunstância do sinistro.

**EM CASO DE APP
(Acidentes Pessoais a Passageiros)**

Caso você tenha contratado a cobertura de APP, deverá ser providenciado, em caso de sinistro, documentação comprobatória do acidente e da morte ou invalidez permanente ocasionada por esse acidente, conforme condições especiais descritas adiante.

Dicas importantes para você usar o seu Auto Convencional

*Mantenha o documento "Aviso de Sinistro" dentro do porta-luvas do carro. Dessa forma, ele estará à mão no caso de qualquer eventualidade.

*Tenha sempre com você os telefones da Unibanco On Line Seguros-Atendimento 24 Hs.

*Mantenha os documentos do seu carro em dia. Isso é muito importante para que, em caso de sinistro, seu processo se desenvolva com mais agilidade e eficiência.

*Você estará recebendo, trimestralmente, um extrato com todas as informações sobre seu seguro. Mantenha-se informado.

Para maiores informações, ligue para seu corretor ou para a Unibanco On Line Seguros.

UNIBANCO ON LINE SEGUROS-ATENDIMENTO 24 HS

Rio de Janeiro (021) 223-3262

São Paulo (011) 3115- 5588

Belo Horizonte (031) 271-5588

Outras Localidades: 0800-88-5588

SEGURO DE QUALIDADE UNIBANCO

A Unibanco Seguros tem Compromisso de Qualidade com seus clientes: oferece produtos simplificados, com garantias e benefícios bastante claros. Leia atentamente as Condições Gerais do seu seguro e conheça melhor tudo que o Auto Convencional lhe oferece.

SEGURO DE AUTOMÓVEIS - CONDIÇÕES GERAIS

1 - OBJETO DO SEGURO E LIMITE DE RESPONSABILIDADE

Pela presente apólice, a Seguradora garante os veículos nela mencionados, contra prejuízos e despesas cobertas, até o valor das importâncias seguradas respectivas, fixadas pelo Segurado, as quais não implicam determinação de valores, mas constituem, apenas, a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis, de acordo com as condições a seguir enumeradas.

2 - RISCOS COBERTOS

Para fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos aqueles expressamente conveniados nas Cláusulas-Padrão de Coberturas ratificadas no texto da presente apólice e que dela fazem parte integrante e inseparável, e que, salvo expressa menção em contrário, ocorram dentro do território brasileiro.

3 - PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS

A Seguradora não indenizará:

a) perdas ou danos para os quais tenham contribuído direta ou indiretamente: atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrente de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, em geral todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências; não respondendo, ainda, por prejuízos direta ou indiretamente relacionados com ou para os quais próxima ou remotamente tenham contribuído tumultos, motins, greves, "lock-out" e quaisquer outras perturbações de ordem pública;

b) perdas ou danos direta ou indiretamente causados por qualquer convulsão da natureza, salva a expressamente prevista nas Cláusulas-Padrão de Cobertura desta apólice;

c) perdas ou danos ocorridos quando impedidos, não abertos ao tráfego ou de áreas fofas ou movediças;

d) desgastes, depreciação pelo uso, falhas do material, defeitos mecânicos ou da instalação elétrica do veículo segurado;

e) lucros cessantes e de danos emergentes direta ou indiretamente resultante de paralisação de veículos segurados, mesmo quando em consequência de qualquer risco coberto por esta apólice;

f) qualquer perda ou destruição ou dano de quaisquer bens materiais ou qualquer prejuízo ou despesas emergentes, ou qualquer dano consequente, qualquer responsabilidade legal de qualquer natureza direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou para os quais tenham contribuído radiações ionizantes ou de contaminação pela radioatividade de qualquer combustível nuclear ou de qualquer resíduo nuclear, resultante de combustão de material nuclear, bem como qualquer perda, destruição, dano ou responsabilidade legal direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou para os quais tenha contribuído material de armas nucleares, ficando, ainda, entendido que, para fins desta exclusão, "combustão" abrangerá qualquer processo auto-sustentador de fissão nuclear;

g) perdas ou danos aos pneumáticos e câmaras-de-ar, salvo nos casos de incêndio e de roubo ou furto total do veículo segurado;

h) perdas ou danos ocorridos durante a participação do veículo segurado em competições, apostas e provas de velocidade;

i) perdas ou danos sofridos pelo veículo segurado quando estiver sendo rebocado por veículo não apropriado a esse fim;

j) despesas de qualquer espécie que não correspondam ao necessário para o reparo do veículo e seu retorno às condições de uso imediatamente anteriores ao sinistro;

l) perdas ou danos causados pela queda, deslizamento ou vazamento de carga transportadora, salvo quando consequente de um dos riscos cobertos por esta apólice.

4 - BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

Ficam excluídos do presente seguro, salvo estipulação expressa nesta apólice:

a) os acessórios, mesmo que fornecidos normalmente pelos fabricantes de veículos;

b) os equipamentos destinados a um fim específico não relacionados ao andamento do veículo.

5 - VISTORIA PRÉVIA

A Vistoria Prévia realizada pela Seguradora não comprova a legalidade do veículo perante os órgãos policiais/Detran, agindo de boa-fé na aceitação do Risco, sendo do Segurado a responsabilidade pela situação legal do veículo.

6 - PAGAMENTO DE PRÊMIO

(APLICÁVEL AOS SEGUROS DE AUTOMÓVEIS CONTRATADOS ISOLADAMENTE OU CONJUGADOS COM O SEGURO DE RCF VEÍCULOS)

6.1- Fica entendido e ajustado que qualquer indenização por força do presente contrato somente passa a ser devida depois que o pagamento do prêmio houver sido realizado pelo Segurado, o que deve ser feito no máximo até a data limite prevista para este fim, na Nota de Seguro.

6.2- A data limite para o pagamento do prêmio não poderá ultrapassar o 30º (trigésimo) dia da emissão da apólice, da fatura ou da conta mensal, do aditivo de renovação, dos aditivos ou endossos dos quais resulte aumento do prêmio.

6.3- Quando a data limite cair em dia que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil, em que houver expediente bancário.

6.4- O direito a qualquer indenização decorrente do presente contrato dependerá.

em primeiro lugar, de prova de que o pagamento do prêmio tenha sido efetuado antes da ocorrência do sinistro.

6.5- Decorridos os prazos referidos nos itens anteriores sem que tenha sido quitada a respectiva Nota de Seguro, o contrato ou aditamento a ela referente ficará automaticamente e de pleno direito cancelado, independente de qualquer interpelação judicial, observada a vigência da tabela de prazo curto a seguir:

% em Vigência	% do Prêmio anual
4	10
8	20
12	25
16	30
21	35
25	40
29	45
33	50
37	55
41	60
45	65
49	70
53	73
57	75
62	78
66	80
70	83
74	85
78	88
82	90
86	93
90	95
95	98
100	100

6.6- A presente cláusula prevalece sobre quaisquer outras condições que dispuserem em contrário.

- LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

A Liquidação de qualquer sinistro coberto por esta apólice processar-se-á consoante as seguintes regras:

7.1- Tratando-se de danos ou avarias sofridas pelo veículo segurado, a Seguradora poderá optar por:

- a) indenizar em espécie;
- b) mandar reparar os danos;
- c) substituir o veículo por outro equivalente.

7.1.1- Em qualquer dessas hipóteses, sendo necessária a substituição de parte ou peças do veículo não existentes no mercado brasileiro, a Seguradora à sua opção, poderá:

- a) mandar fabricar tais partes ou peças;
- b) pagar em espécie o custo de mão-de-obra para sua colocação, sendo o valor de tais partes ou peças fixado de acordo com:

b.1) o preço constante da última lista de fornecedores tradicionais no mercado brasileiro;

b.2) na hipótese de não ser possível o previsto em b.1, o preço calculado pela última lista do respectivo fabricante no país de origem, ao câmbio em vigor na data do sinistro mais as despesas inerentes à importação;

b.3) na hipótese de não ser também possível o previsto em b.2, o custo de partes ou peças similares existentes no mercado brasileiro.

7.1.2- Se a Seguradora optar pelo pagamento do valor de partes ou peças avariadas, o Segurado não poderá argumentar a inexistência das mesmas para pleitear o reconhecimento da perda total do veículo.

7.2- Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora, à sua opção, indenizará o Segurado em espécie ou entregar-lhe-á outro veículo equivalente, respeitando o prazo de 30 dias após a entrega da documentação como limite para pagamento da indenização.

7.2.1- No caso de liquidação de sinistro por perda total (roubo, furto, incêndio e colisão), a Seguradora só efetuará a indenização do sinistro mediante a apresentação dos documentos necessários, possibilitando assim, a transferência do veículo para a Seguradora. No caso do veículo estar impossibilitado de ser transferido, o Segurado deverá regularizar a situação perante os órgãos competentes (Detran/ Receita Federal/ outros) para que receba a indenização.

7.3- No caso de perda total como está definido na Cláusula 8 destas Condições Gerais, ou no caso de roubo total como está definido no subitem 7.2 desta cláusula, sem prejuízo das demais obrigações estipuladas nesta apólice, qualquer indenização somente será paga mediante apresentação dos documentos que comprovem os direitos de propriedade, livre e desembaraçada de qualquer ônus, do Segurado sobre o veículo sinistrado e, no caso de veículos importados, a prova da liberação alfandegária definitiva.

7.3.1- Ocorrendo a perda total do veículo, a indenização limitar-se-á ao valor médio do mercado na data da liquidação do sinistro, considerando-se tipo, ano de fabricação e estado de conservação do veículo, acrescido das despesas do socorro e salvamento porventura existentes. Em hipótese alguma esta indenização poderá ultrapassar a importância Segurada do casco do veículo.

7.3.2- Não obstante o disposto no subitem 7.3.1, para os veículos novos, ocorrendo perda total, a indenização corresponderá à importância Segurada, limitada ao valor de veículo novo de idênticas características, na data da liquidação do sinistro, desde que satisfeitas todas as seguintes condições:

- a) a cobertura do Segurado se tenha iniciado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da fatura de compra;
- b) trata-se de primeiro sinistro com o veículo segurado;
- c) a perda total tenha ocorrido dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data de aquisição do veículo em revendedor ou concessionário autorizado pelo fabricante e esteja em vigor a garantia concedida pelo mesmo.

7.3.2.1- Na hipótese da impossibilidade de substituição do veículo por outro de idênticas características, a indenização corresponderá à importância Segurada, limitada ao valor médio de mercado do veículo objeto do seguro, vigente na data da liquidação.

7.3.3- Os veículos sob ação judicial só terão iniciadas as suas indenizações no caso de Perda Total (roubo, furto, incêndio e colisão) após a regularização da situação do veículo perante órgãos competentes, respeitando o prazo de cinco dias úteis após a entrega da documentação.

8 - PERDA TOTAL

Para fins deste contrato, ocorre a perda total sempre que for reclamada por prejuízos e despesas relativas ao veículo segurado e incluídos na cobertura concedida, quantia igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor que seria indenizado de acordo com a cláusula 7.3.1.

9 - SALVADOS

9.1- Ocorrido sinistro que atinja o veículo segurado por esta apólice, o Segurado não poderá fazer o abandono dos salvados.

9.2- A seguradora poderá, de acordo com o Segurado, providenciar para o melhor aproveitamento dos salvados, ficando, no entanto, entendido e concordado que quaisquer medidas tomadas pela Seguradora não implicarão reconhecimento da obrigação de indenizar os danos ocorridos.

9.3- No caso de indenização por perda total ou da substituição de peças ou de partes do veículo, os salvados (o veículo sinistrado, as peças ou partes substituídas, conforme o caso) pertencerão à Seguradora.

10 - CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL

Quando, na data da ocorrência de um sinistro, existirem outros seguros sobre o veículo mencionado nesta apólice, a Seguradora contribuirá, apenas, com a quota de indenização das perdas e danos sofridos pelo Segurado, na proporção existente entre a importância que houver garantido para os riscos ocorridos e a totalidade da importância Segurada por todas as apólices em vigor naquela data.

11 - SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS

Efetuada o pagamento da indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, a Seguradora ficará sub-rogada, até o limite da indenização paga, em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tenha causado os prejuízos indenizados pela Seguradora ou para eles concorrido, obrigando-se o Segurado a facilitar os meios necessários ao exercício dessa sub-rogação.

12 - RESCISÃO E CANCELAMENTO

12.1- Este contrato poderá ser rescindido, total ou parcialmente a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes contratantes e obtida a concordância da outra parte, observadas as disposições seguintes:

a) na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a tabela de prazo curto da Tarifa em vigor;

b) na hipótese de rescisão por iniciativa da Seguradora, além dos emolumentos, esta reterá, do prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

12.2 - A cobertura prevista nesta apólice ficará automaticamente cancelada, sem

qualquer restituição de prêmio ou emolumentos, quando:

- a) ocorrer a hipótese prevista no subitem 6.5 destas Condições Gerais;
- b) ocorrer a perda total do veículo segurado;
- c) a indenização ou soma das indenizações pagas com referência a cada veículo segurado atingir ou ultrapassar a respectiva importância Segurada.

13 - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

13.1 - OCORRÊNCIA DE SINISTRO

Em caso de sinistro coberto por esta apólice, o Segurado obriga-se a cumprir as seguintes disposições:

a) tomar, o mais depressa possível, todas as providências ao seu alcance para proteger o veículo sinistrado e evitar a agravação dos prejuízos;

b) dar imediato aviso às autoridades policiais, em caso de desaparecimento, roubo, ou furto, total ou parcial, do veículo segurado;

c) dar imediato aviso à Seguradora pelo meio mais rápido de que dispuser entregando-lhe, devidamente preenchido o formulário de aviso fornecido para esse fim, no qual deverá fazer o relato completo e minucioso do fato, mencionando: dia, hora, local exato e circunstância do acidente; nome, endereço e carteira de habilitação de quem dirigia o veículo; nome e endereço de testemunhas; providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo mais que possa contribuir para esclarecimento a respeito da ocorrência, bem como declarar a eventual existência de outros seguros em vigor sobre o mesmo veículo;

d) aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos.

13.2 - CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS

O Segurado obriga-se a manter o veículo em bom estado de conservação e segurança.

13.3 - ALTERAÇÕES

O Segurado obriga-se a comunicar à Seguradora, imediatamente e por escrito, quaisquer fatos ou alterações verificados durante a vigência desta apólice com referência ao veículo segurado, tais como:

a) contratação ou cancelamento de qualquer outro seguro sobre o veículo;

b) alterações no próprio veículo ou no uso do mesmo;

c) alteração no interesse do Segurado sobre o veículo.

13.3.1- A responsabilidade da Seguradora somente prevalecerá na hipótese de concordar, expressamente, com as alterações que lhe forem comunicadas, efetuando as necessárias modificações na apólice.

13.3.2- Quando da alteração do condutor mais frequente do veículo, fica o segurado obrigado a comunicar a Seguradora os dados deste novo condutor.

A critério da Seguradora, a alteração do condutor poderá gerar alteração no valor do seguro, cuja diferença será cobrada ou restituída através de endosso.

14 - PERDA DE DIREITOS

Além dos casos previstos em lei, a Seguradora ficará isenta de qualquer obrigação decorrente deste contrato se:

a) o Segurado não fizer declarações verdadeiras e completas ou omitir circunstâncias que influenciem na aceitação e/ou tarificação do risco;

b) o Segurado deixar de cumprir as obrigações convencionadas nesta apólice;

c) o Segurado permitir que o veículo seja dirigido por pessoa que não possui habilitação legal e apropriada para conduzir o veículo segurado;

d) o veículo for usado para fins diversos do indicado nesta apólice;

e) o sinistro for devido a culpa grave ou dolo do Segurado;

f) o Segurado, por qualquer meio, procurar obter benefícios ilícitos do seguro a que se refere esta apólice.

g) o Segurado não comunicar a Seguradora quando da alteração do condutor mais frequente do veículo segurado.

15 - FRACIONAMENTO DE PRÊMIO

Apesar do valor do prêmio, quando fracionado, serão aplicados juros de fracionamento equivalentes aos juros praticados no Mercado Financeiro, de acordo com o número de parcelas do seguro, conforme a Resolução número 11/94 de 22/11/94, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

16 - BÔNUS ÚNICO

A Seguradora aplicará sobre o prêmio líquido do seguro um sistema de bônus único, quando não houver comunicação de sinistros durante o período de vigência do seguro, desde que a renovação não sofra solução de continuidade da vigência, de acordo com as seguintes normas:

- a) O bônus é um direito intransferível do segurado;
- b) O Segurado sofrerá redução em uma classe de bônus a cada sinistro indenizado, seja qual for a cobertura acionada;
- c) Em caso de Perda Total, se o segurado contratar um novo seguro no prazo máximo de 75 dias corridos, contados a partir da data da indenização, ele ainda terá direito a bônus reduzido em 1 (uma) classe;
- d) Em caso de sinistro, se for constatado que o bônus foi concedido irregularmente por falsa informação, ocorrerá a perda de direito à indenização;
- e) O Segurado perderá o direito ao bônus se o seguro não for renovado até 30 dias do final da vigência da apólice anterior;
- f) O Segurado perderá o direito ao bônus:
 - f.1) caso realize endosso de substituição para um veículo de categoria tarifária diferente a do veículo substituído;
 - f.2) caso, no momento da renovação, substitua o veículo da apólice vencida por outro de categoria tarifária diferente;
- g) Para concessão de bônus a segurados oriundos de outras seguradoras, deverá ser apresentada a cópia da apólice anterior ou certificado anterior da respectiva seguradora;
- h) Na ampliação de cobertura, o bônus único será reduzido em uma classe. Entenda-se como ampliação de cobertura:

- inclusão de cobertura casco (compreensiva) em apólice RCF

- ampliação para cobertura 01 (compreensiva) em apólice de cobertura 02 (incêndio e roubo) com bônus no RCF

Nos casos de renovações de apólice deverão ser adotados os mesmos parâmetros acima.

1) A redução da classe de franquia facultativa ocasionará tantas reduções de classe de bônus quantas forem as reduções de franquia.

2) Se em decorrência de um mesmo evento forem reclamados 2 ou mais sinistros, será reduzida apenas uma classe de bônus como se fosse um sinistro.

SEGURO FACULTATIVO DE "RESPONSABILIDADE CIVIL DE PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES"

CONDIÇÕES GERAIS

1 - OBJETO DO SEGURO

1.1 - O presente seguro tem por objetivo garantir ao Segurado, até o limite máximo da Importância Segurada, o reembolso:

a) das indenizações que for obrigado a pagar, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, por danos involuntários, pessoais e/ou materiais, causados a terceiros durante a vigência deste contrato, e que decorram de risco coberto nele previsto;

b) das despesas efetuadas com custas judiciais do foro civil e com honorários de advogados nomeados de acordo com a Seguradora, sempre que tais despesas decorram de reclamações de terceiros acobertáveis pelo presente contrato.

2 - ÂMBITO GEOGRÁFICO

As disposições deste contrato aplicam-se única e exclusivamente a acidentes ocorridos no território brasileiro, salvo expressa menção em contrário.

3 - RISCO COBERTO

Considera-se risco coberto a responsabilidade civil do Segurado que decorra de acidentes causados:

a) pelo(s) veículo(s) discriminado(s) na apólice;

b) pela carga objeto de transporte pelo(s) mesmo(s) veículo(s), enquanto transportada.

4 - RISCO EXCLUÍDO

4.1 - O presente seguro não cobre reclamações resultantes de:

a) perdas ou danos para os quais tenham contribuído, direta ou indiretamente: atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrente de qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, não respondendo, ainda, por prejuízos direta ou indiretamente relacionados com ou para os quais próxima ou remotamente tenham contribuído tumultos, motins, greves, "lock-out", e quaisquer outras perturbações de ordem pública;

b) danos causados pelo Segurado a seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como a quaisquer parentes ou pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente;

c) danos causados a empregados ou prepostos do Segurado, quando a seu serviço;

d) danos causados a sócios-dirigentes ou a dirigentes de empresa do Segurado;

e) danos a bens de terceiros em poder do Segurado para guarda, custódia, transporte, uso, manipulação ou execução de quaisquer trabalhos;

f) acidentes diretamente ocasionados pela inobservância às disposições legais, tais como: lotação de passageiros, dimensão, peso e acondicionamento da carga transportada;

g) responsabilidades assumidas pelo Segurado por contratos ou convenções, salvo se as referidas responsabilidades existissem para o Segurado mesmo na falta de tais contratos e convenções;

h) multas e fianças impostas ao Segurado e as despesas de qualquer natureza relativa a ações ou processos criminais;

i) danos sofridos por pessoas transportadas em locais não especificadamente destinados e apropriados a tal fim;

j) danos resultantes de prestação de serviços especializados de natureza técnico-profissional a que se destine o veículo e não relacionados com sua locomoção;

l) danos ocorridos durante a participação do veículo segurado em competições, gincanas, apostas e provas de velocidade;

m) danos resultantes de radiações ionizantes ou de contaminação pela radioatividade, de qualquer resíduo de combustão de material nuclear;

n) prejuízos patrimoniais e lucros cessantes não resultantes diretamente da responsabilidade por danos materiais e pessoais coberta pelo presente contrato.

o) danos morais a que o segurado seja responsável.

4.2 - Salvo expressa menção em contrário, o presente seguro não cobre ainda reclamações resultantes de:

a) danos causados por poluição ou contaminação ao meio ambiente;

b) danos decorrentes de operações de cargas e descargas.

5 - IMPORTANCIA SEGURADA E GARANTIA

5.1 - O presente contrato preverá Importâncias Seguradas distintas, por veículo, para as garantias de Danos Materiais e de Danos Pessoais.

5.1.1 - Entende-se como garantia de Danos Materiais a obrigação de reembolso assumida pelo Segurador, no tocante a reclamações de terceiros decorrentes de danos à propriedade material.

5.1.2 - Entende-se como garantia de Danos Pessoais a obrigação de reembolso assumida pelo Segurador no tocante a reclamações de terceiros decorrentes de danos corporais.

5.1.2.1 - A garantia de Danos Pessoais concedida pelo presente contrato somente responderá, em cada reclamação, pela parte da indenização que exceder os limites vigentes na data do sinistro para as coberturas do seguro obrigatório de "Danos Pessoais causados por Veículo Automotores de Via Terrestre" DPVAT - previstas no Art. 2º (segundo) a Lei No 6.194, de 19.12.74.

6 - LIMITE DE RESPONSABILIDADE

6.1 - As importâncias seguradas para as garantias de Danos Materiais e de Danos Pessoais, discriminadas aquele item, e a cada uma das garantias, o limite máximo de responsabilidade da Seguradora, por reclamação ou série de reclamações resultantes de um mesmo evento.

6.1.1 - Para efeito da limitação prevista neste subitem, considerar-se-á a soma das importâncias reembolsadas pela Seguradora ao Segurado, nos termos das alíneas "a" e "b", da Cláusula 1 - Objeto do Seguro.

7 - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

7.1 - O Segurado obriga-se a:

a) avisar imediatamente, por escrito à Seguradora, da ocorrência de qualquer fato de que possa advir responsabilidade civil, nos termos deste contrato;

b) entregar à Seguradora, no prazo máximo de 3 (três) dias da data de seu recebimento, qualquer reclamação, citação ou intimação, carta ou documento que receber e que se relacione com acidente abrangido pela cobertura do presente contrato;

c) a manter o veículo em bom estado de conservação e segurança;

d) a comunicar, imediatamente e por escrito à Seguradora, quaisquer fatos ou alterações verificados durante a vigência desta apólice com referência ao veículo segurado, tais como: alterações no próprio veículo segurado ou no uso do mesmo, e no interesse do Segurado sobre o veículo, ficando entendido que a responsabilidade da Seguradora somente prevalecerá na hipótese de concordar, expressamente, com as alterações que lhe forem comunicadas;

e) a comunicar a contratação ou cancelamento de qualquer outro seguro, garantindo os mesmos riscos previstos nesta apólice, sobre o mesmo veículo.

8 - PAGAMENTO DE PREMIO

(APLICÁVEL AOS SEGUROS DE RCF-V CONTRATADOS ISOLADAMENTE NO CASO DE SEGURO CONJUGADO COM O DO AUTOMÓVEIS, APLICA-SE A CLÁUSULA 6 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO DE AUTOMÓVEIS).

8.1 - Fica entendido e ajustado que qualquer indenização por força do presente contrato somente passa a ser devido depois que o pagamento do prêmio houver sido realizado pelo Segurado, o que deve ser feito, no máximo, até a data limite prevista para esse fim, na NOTA DE SEGURO.

8.2 - A data limite para pagamento do prêmio não poderá ultrapassar o 30º (trigésimo) dia da emissão da apólice, da fatura ou da conta mensal, do aditivo de renovação, dos aditivos ou endossos dos quais resulte aumento do prêmio.

8.3 - Quando a data limite cair em dia que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

8.4 - Fica, ainda, entendido e ajustado que se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que ele se ache efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o prêmio respectivo for pago ainda naquele prazo.

8.5 - Decorrido os prazos referidos nos itens anteriores sem que tenha sido quitada a respectiva NOTA DE SEGURO, o contrato ou adiantamento a ela referente ficará automaticamente e de pleno direito cancelado, independente de qualquer interpelação judicial ou extra judicial, observada a vigência da tabela de prazo curto a seguir:

% da Vigência	% do Prêmio
4	10
8	20
12	25
16	30
21	35
25	40
29	45
33	50
37	55
41	60
45	65
49	70
53	73
57	75
62	78
66	80
70	83
74	85
78	88
82	90
86	93
90	95
95	98
100	100

8.6 - A presente cláusula prevalece sobre quaisquer outras condições que dispuserem em contrário.

9 - LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

9.1 - A liquidação de sinistros obedecerá às seguintes disposições:

9.1.1 - Qualquer acordo judicial ou extrajudicial, com as vítimas, seus beneficiários e herdeiros, só será reconhecido pela Seguradora se tiver prévia anuência. Na hipótese de recusa do Segurado em aceitar o acordo recomendado pela Seguradora, e aceito pelo terceiro prejudicado, fica desde já acordado que a Seguradora não responderá por quaisquer quantias acima daquelas pelas quais seria a reclamação do terceiro liquidada nos termos do referido acordo.

9.1.2 - O advogado de defesa do Segurado em Ação Civil, será nomeado de comum acordo com

a Seguradora, que poderá intervir na lide na qualidade de assistente.

9.1.3 - Fixada a indenização devida, seja por sentença passada em julgado, seja por acordo, a Seguradora efetuará o reembolso da importância a que estiver obrigada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação dos respectivos documentos.

9.1.4 - Se a indenização a ser paga pelo Segurado compreender pagamento em dinheiro e prestação de renda ou pensão, a Seguradora, dentro do limite de garantia da apólice, pagará preferencialmente a primeira. Quando a Seguradora, ainda dentro daquele limite, tiver que contribuir também para o capital assegurado da renda, ou pensão, fará-o mediante o fornecimento ou aquisição de títulos, em seu próprio nome, cujas rendas serão inscritas em nome da pessoa ou pessoas com direito a recebê-las com cláusula de que, cessada a obrigação, tais títulos reverterão ao patrimônio da Seguradora.

10 - CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL

Quando, na data da ocorrência de um sinistro, existirem outros seguros garantindo os mesmos riscos previstos nesta apólice, a Seguradora contribuirá apenas com a quota de indenização, na proporção existente entre a importância que houver garantido para os riscos ocorridos e a totalidade da importância Segurada por todas as apólices em vigor naquela data.

11 - SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS

Efetuada o pagamento da indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, a Seguradora ficará sub-rogada, até a concorrência da indenização paga, em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que, por ação ou omissão, tenham causado os prejuízos indenizados pela Seguradora ou para eles ocorrido, obrigando-se o Segurado a facilitar os meios para o exercício dessa sub-rogação.

12 - RESCISÃO E CANCELAMENTO

12.1 - Este contrato poderá ser rescindido, total ou parcialmente, a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes contratantes e obtida a concordância da outra parte, observadas as disposições seguintes:

a) na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo

com a Tabela de Prazo Curto da Tarifa em vigor;

b) na hipótese de rescisão por iniciativa da Seguradora, além dos emolumentos, esta reterá, do prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

12.2 - Cada garantia de cada item desta apólice ficará automaticamente cancelada, sem qualquer restituição de prêmios e emolumentos no momento em que:

a) pelo pagamento de uma única indenização for atingida a importância segurada do item para a respectiva garantia;

b) pela soma das indenizações pagas, respeitada a limitação prevista na Cláusula 6 - Limite de Responsabilidade, for atingida ou ultrapassada a importância segurada do item para respectiva garantia.

12.2.1 - o cancelamento previsto neste item não prejudica o direito do Segurado à cobertura de sinistros ocorridos em data anterior à do cancelamento.

13 - PERDA DE DIREITO

13.1 - Além dos demais casos previstos em lei, a Seguradora ficará isenta de qualquer obrigação deste contrato se:

13.1.1 - o Segurado não fizer declarações verdadeiras e completas ou omitir circunstâncias de seu conhecimento que pudessem ter influído na aceitação da proposta ou na fixação do prêmio;

13.1.2 - o Segurado deixar de cumprir as obrigações convencionadas nesta apólice;

13.1.3 - o Segurado dirigir o veículo sem habilitação legal ou permitir que o mesmo seja dirigido por pessoa não legalmente habilitada, considerada para tal fim a habilitação para dirigir veículo de categoria daquele causador do dano;

13.1.4 - o veículo for usado para fins diversos do indicado nesta apólice;

13.1.5 - o sinistro for devido a culpa grave ou dolo do Segurado;

13.1.6 - o Segurado, por qualquer meio procurar obter benefícios ilícitos do seguro a que se refere esta apólice.

14 - BONUS ÚNICO

A Seguradora aplicará sobre o prêmio líquido do seguro um sistema de bônus único,

quando não houver comunicação de sinistros durante os períodos de vigência do seguro, desde que a renovação não sofra solução de continuidade da vigência, de acordo com as seguintes normas:

- a) O bônus é um direito intransferível do segurado;
 - b) O Segurado sofrerá redução em uma classe de bônus a cada sinistro indenizado, seja qual for a cobertura acionada;
 - c) Em caso de Perda total, se o segurado contratar um novo seguro no prazo máximo de 75 dias corridos, contados a partir da data da indenização, ele ainda terá direito a bônus reduzido em 1 (uma) classe;
 - d) Em caso de sinistro, se for constatado que o bônus foi concedido irregularmente por falsa informação, ocorrerá a perda do direito a indenização;
 - e) O Segurado perderá o direito ao bônus se o seguro não for renovado até 30 dias do final da vigência da apólice anterior;
 - f) O Segurado perderá o direito ao bônus:
 - f.1) caso realize endosso de substituição para um veículo de categoria tarifária diferente a do veículo substituído;
 - f.2) caso, no momento da renovação, substitua o veículo da apólice vencida por outro de categoria tarifária diferente;
 - g) Para concessão de bônus a segurados oriundos de outras seguradoras, deverá ser apresentada a cópia da apólice anterior ou certificado anterior da respectiva seguradora;
 - h) Na ampliação de cobertura, o bônus único será reduzido em uma classe. Entenda-se como ampliação de cobertura:
 - . inclusão de cobertura casco (compreensiva) em apólice RCF
 - . ampliação para cobertura 01 (compreensiva) em apólice de cobertura 02 (incêndio e roubo) com bônus no RCF
- Nos casos de renovações de apólice deverão ser adotado os mesmos parâmetros acima.
- 1) A redução da classe de fraquia facultativa ocasionará tantas reduções de clas-

se de bônus quantas forem as reduções de franquia.

- 2) Se em decorrência de um mesmo evento forem reclamados 2 ou mais sinistros, será reduzida apenas uma classe de bônus como se fosse um sinistro.

Das cláusulas a seguir mencionadas são aplicadas ao presente seguro somente as que se acham citadas no tópico "Cláusulas" da Especificação da Apólice.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº1- COBERTURA BÁSICA No.1 COBERTURA COMPREENSIVA

1 - OBJETO DO SEGURO

O presente seguro tem por objetivo indenizar ao Segurado:

1.1 - Os prejuízos que venha a sofrer em consequência de danos materiais ao veículo segurado, proveniente de:

- a) colisão, abaloamento ou capotagem acidental;
- b) queda acidental em precipícios, ou de pontes;
- c) queda acidental sobre veículo de qualquer agente do mesmo ou não esteja nele afixado, como, também, da carga transportada pelo mesmo, desde que em decorrência de acidente de aviação, não se entendendo como tal a simples frenagem;
- d) incêndio ou explosão acidentais, raios e suas consequências;
- e) roubo ou furto, total ou parcial, do veículo;
- f) acidente durante o transporte por qualquer meio comum e apropriado;
- g) atos danosos praticados por terceiros excluídos os danos causados à pintura, entendendo-se como tal, exclusivamente, o ato isolado ou esporádico e que não se relacione com aqueles enumerados na alínea "a" da Cláusula 3 das Condições Gerais desta apólice;
- h) submersão parcial ou total do veículo em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículo guardados em subsolo; e
- i) granizo, furacão e terremoto.

2 - LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO

O limite máximo de indenização pelo qual a Seguradora responderá em qualquer sinistro, para todo e qualquer prejuízo decorrente das garantias concedidas em 1.1 e 1.2 acima, não ultrapassará o valor segurado para o próprio veículo.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº2- COBERTURA BÁSICA No.2

1 - OBJETO DO SEGURO

O presente seguro tem por objetivo indenizar ao Segurado:

1.1 - Os prejuízos que venha a sofrer em consequência de danos materiais ao veículo segurado, provenientes de:

a)incêndio ou explosão acidentais, mesmo que resultantes de atos danosos praticados por terceiros, entendendo-se como tal o ato isolado ou esporádico, e que não se relacione com aqueles enumerados na alínea "a" da Cláusula 3 das Condições Gerais desta apólice, raio e suas consequências;

b)roubo ou furto total do veículo;

2 - LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO

O limite máximo de indenização pelo qual a Seguradora responderá em qualquer sinistro, para todo e qualquer prejuízo decorrente das garantias concedidas em 1.1 e 1.2, acima, não ultrapassará o valor segurado para o próprio veículo.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº3-CONDUTOR MAIS FREQUENTE

Para efeito desta apólice, entende-se por condutor mais frequente aquele que, indicado na proposta como tal, legalmente habilitado e com autorização do Segurado utiliza o do segurado por mais de 80% do tempo. Não havendo condutor nesta circunstância, considerar-se-á os dados do condutor mais jovem.

Os dados do condutor mais frequente serão utilizados para a análise do risco.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº4 - COBERTURA ADICIONAL PARA ACESSÓRIOS

Estão cobertos por esta garantia, até o limite da respectiva importância segurada (especificada para esta cobertura), os acessórios relacionados na proposta, que são considerados

parte integrante do veículo segurado, contra eventos cobertos pela(s) Cobertura(s) Básica(s).

Entende-se por acessórios, originais ou não de fábrica, apenas capotas, rádios, toca fitas, conjugados ou não, e demais acessórios de áudio e vídeo. Não são aceitos acessórios removíveis.

Nos casos de sinistro de acessórios por roubo ou furto, o segurado não estará sujeito a franquia do acessório.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº 4A - COBERTURA ADICIONAL PARA EQUIPAMENTOS

Estão cobertos por esta garantia, até o limite da respectiva importância segurada (especificada para esta cobertura), os equipamentos relacionados na proposta, que são considerados parte integrante do veículo segurado, contra eventos cobertos pela(s) Cobertura(s) Básica(s).

Entende-se por equipamento, qualquer peça ou aparelho fixado em caráter permanente no veículo segurado (exceto áudio ou vídeo), devendo-se as respectivas importâncias seguradas serem somadas à importância segurada do casco.

Nos casos de sinistro dos equipamentos, o segurado estará sujeito a franquia do casco.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº 4B - COBERTURA ADICIONAL PARA CARROCERIA E EQUIPAMENTOS DE CARROCERIA

Estão cobertos por esta garantia, até o limite da respectiva importância segurada (especificada para esta cobertura), os equipamentos relacionados na proposta, que são considerados parte integrante do veículo segurado, contra eventos cobertos pela(s) Cobertura(s) Básica(s).

Entende-se por carroceria e equipamentos de carroceria apenas a parte traseira dos caminhões destinada ao transporte de carga e seus equipamentos.

Nos casos de sinistro, o segurado está sujeito a uma participação obrigatória, por evento de sinistro de 5% (franquia obrigatória), 14% ou 20% (franquia facultativa I e II respectivamente conforme especificado na apólice).

CLÁUSULA-PADRÃO Nº9 - PREMIO DE SEGURO

1 - Fica expressamente estipulado pela presente que o prêmio líquido desta apólice/endorso será paga em parcelas

iguais, mensais e sucessivas, a primeira das quais acrescida do custo da apólice e do respectivo imposto, e, as demais, acrescidas dos correspondentes adicionais de fracionamento e imposto.

2 - O direito a qualquer indenização decorrente do presente contrato dependerá, em primeiro lugar, de prova de que o pagamento do prêmio tenha sido efetuado antes da ocorrência do sinistro.

3 - Decorridos os prazos para o pagamento das parcelas sem que tenha sido quitada a respectiva Nota de Seguro, ocorrerá de pleno direito o cancelamento da apólice ou endosso independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, observada a vigência da tabela de prazo curto a seguir:

% da Vigência	% do Prêmio
4	10
8	20
12	25
16	30
21	35
25	40
29	45
33	50
37	55
41	60
45	65
49	70
53	73
57	75
62	78
66	80
70	83
74	85
78	88
82	90
86	93
90	95
95	98
100	100

4 - Ocorrendo perda total, real ou construtiva, as prestações vincendas, excluído adicional de fracionamento, serão exigíveis por ocasião do pagamento da indenização.

CLÁUSULA-PADRÃO Nº10 - FRANQUIA

1 - Fica estipulado pela presente que este seguro está sujeito a uma franquia obrigatória e/ou facultativa expressa nesta apólice, dedutível por ocorrência de sinistro, mesmo que vários sinistros sejam reclamados de uma só vez pelo segurado, exceto nos casos de perda total na forma definida pelo item 8 das Condições Gerais desta apólice e de prejuízos provenientes de incêndio ou explosão acidentais, raios e suas

consequências.

CLÁUSULA DE AVARIAS

1 - Declara-se que, de conformidade com a inspeção que se procedeu no veículo segurado, foram constatadas as avarias relacionadas na FICHA DE VISTORIA PRÉVIA.

2 - Os preços dos consertos serão apurados por ocasião de um possível sinistro, e deduzidos de qualquer indenização que possa vir a ser devida sobre as partes ora danificadas.

3 - Outrossim, declara-se que caso o segurado proceda ao reparo das avarias, a Cia., após nova vistoria, anulará a presente Cláusula através da emissão de endosso respectivo.

CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº5 - ASSISTÊNCIA 24 H

1-Esta Cláusula é um resumo das Condições Gerais da Assistência 24 horas, que serão enviadas separadamente deste material e que prevalecem sobre o texto desta cláusula.

2-Caso o segurado tenha contratado a Assistência 24 Horas, ele já tem direito ao serviço e em caso de pane deverá acionar a Assistência 24 Horas através dos telefones abaixo e informar seus dados.

No Território Nacional:

0800 - 14 9080

Nos Países do Mercosul:

0800-99-080 (chamada gratuita Argentina)

(541) 815-5516 (chamada a cobrar no Chile, Paraguai e Uruguai).

3-Fica estabelecido pela presente que, em caso de contratação do serviço de Assistência 24 horas, o segurado terá direito aos serviços mencionados nas Cláusulas 5A, 5B ou 5C, conforme o plano de assistência contratado e explicito no espelho da apólice do seguro;

4-0(s) beneficiário(s) perde(m) direito aos serviços disponíveis se não acionarem a Central de Assistência 24 Horas no momento da ocorrência.

5-Os serviços da Assistência 24 Horas, ora contratados, não poderão ser exigidos em consequência de:

5.1. Atos intencionais ou dolosos;

5.2. Uso abusivo de álcool (embriaguez, alcoolismo), do uso de drogas ou entorpecentes.



centes não prescritos por médico;

5.3. Participação em apostas, duelos, crimes, disputas (salvo em caso de legítima defesa);

5.4. Acidentes resultantes da participação em toda competição oficial e suas provas preparatórias;

5.5. A Assistência 24 horas estará desobrigada da prestação de serviços nos casos que impeçam a execução dos mesmos, tais como: enchentes, greves, convulsões sociais, atos de vandalismo, interdições rodoviárias e/ou de outras vias de acesso, efeitos nucleares ou radioativos;

5.6. Acao ou omissao do segurado causadas por ma fe;

5.7. O serviço de reboque será oferecido uma única vez por acontecimento.

6- Em caso de cancelamento do seguro, o serviço de Assistência 24 Horas será cancelado.

CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº 5A-ASSISTÊNCIA 24 HS PLANO A

1- Em caso de pane ou acidente, os serviços serão prestados em todo o território nacional e países do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile) sem franquia quilométrica;

Os serviços não organizados e/ou autorizados pela Assistência 24 Horas, não darão direito posterior a reembolso nem indenização compensatória.

2- Ao contratar o plano A da Assistência 24 Horas, o segurado tem direito aos serviços de auxílio ao veículo segurado descritos a seguir:

2.1- ATENDIMENTO A VEÍCULOS NO LOCAL

Em caso de pane ou acidente, a Assistência 24 Horas providenciará o envio de socorro mecânico para que o veículo seja, se possível, reparado no local. Despesas com peças defeituosas serão de inteira responsabilidade do segurado. A Assistência 24 Horas se responsabilizará pelas despesas de mão de obra e deslocamento do socorro mecânico e não terá nenhuma responsabilidade por objetos deixados no veículo. Este serviço será oferecido uma única vez por ocorrência.

Este serviço garante apenas o reparo provisório que permita o veículo se locomover, sendo que posteriormente o segurado deverá o veículo até uma oficina de sua escolha afim de executar o reparo definitivo do veículo.

2.2- REBOQUE

Em caso de pane ou acidente, não sendo possível efetuar os reparos no local, a Assistência 24 Horas providenciará o envio de reboque para o transporte do veículo até a oficina mais próxima do local do acontecimento, apta a atender o veículo.

Este serviço será oferecido uma única vez por acontecimento.

A responsabilidade da Assistência 24 Horas cessa após o ingresso do veículo na oficina. Este serviço não poderá ser executado caso as chaves e documentos não se encontrem no local no momento do atendimento, devendo, ainda, a documentação estar de acordo com as leis vigentes.

Para veículos enquadrados nas categorias comerciais leves, utilitários ou caminhões, o beneficiário deverá providenciar previamente a remoção da eventual carga que prejudique ou impeça o reboque, ficando a mesma sob a sua total responsabilidade.

2.3- CARRO RESERVA

Exclusivamente para assistência a veículos de passeio, em caso de Acidente que impeça a locomoção do veículo e cujos reparos em oficinas excederem a 2 (dois) dias úteis, será fornecido ao segurado um veículo de aluguel, categoria popular, pelo prazo máximo de 2 (duas) diárias.

Caso o segurado deseje permanecer com o veículo de aluguel após este prazo, será de sua inteira responsabilidade o pagamento das diárias excedentes. Nesta situação o segurado deverá comunicar a Assistência 24 Horas antes de esgotado o prazo de duas diárias oferecidas gratuitamente.

Para esse serviço, assim como para os outros é imprescindível que a Assistência 24 horas seja contactada no momento da ocorrência.

A Assistência 24 Horas pagará as despesas referentes as diárias e seguro do carro de aluguel, sendo de responsabilidade do segurado o pagamento das despesas de combustível, pedágio, excedente de quilometragem estipulados pela autolocadora e eventuais taxas de retorno para devolução do veículo, ficando ainda o mesmo sujeito as normas e aos procedimentos para locação estabelecidas pela autolocadora indicada.

O segurado deverá ainda ter mais de 21 anos de idade, mais de 02 anos de carteira de habilitação e possuir um cartão de crédito.



A cobertura do segurado incluso na diária não isenta o segurado da obrigatoriedade do pagamento de franquias ou taxas em caso de sinistro com veículo locado. Outros serviços, bem como, mudança de veículo ou diferenças por uso adicional serão de total responsabilidade do segurado.

Em caso de roubo ou acidente com o veículo de aluguel será cobrado uma franquia ou percentual do valor do automóvel, cujo o pagamento ocorrerá por conta exclusiva do segurado. Todas estas informações deverão ser esclarecidas no momento da retirada do veículo na autolocadora.

2.4-SERVIÇO DE CHAVEIRO

Em caso de perda, extravio, roubo, quebra das chaves ou se trancadas no interior do veículo, será enviado um profissional para a abertura do veículo.

Este serviço é válido exclusivamente em cidades de mais de 200.000 habitantes. Nas demais cidades será fornecido um serviço de reboque para um local seguro dentro do próprio município da ocorrência. Não está incluído neste serviço o conserto da fechadura danificada, nem o fornecimento de cópia da chave.

A assistência somente realizará este serviço mediante a apresentação dos documentos do veículo.

CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº 58-ASSISTÊNCIA 24 HS PLANO B

1-Ao contratar o plano B da Assistência 24 Horas o segurado tem direito aos serviços de auxílio ao veículo segurado e seus ocupantes descritos a seguir:

1.1-SERVIÇOS AO VEÍCULO: Em caso de pane ou acidente, os serviços serão prestados em todo o território nacional, e países do Mercosul.

No território Nacional:

0800-14-9080(chamada gratuita no Brasil)

Nos países do Mercosul:

0800-99-080(chamada gratuita na Argentina)

(541) 815-5516(chamada a cobrar no Chile, Paraguai, Uruguai).

Os serviços não organizados e/ou autorizados pela Assistência 24Horas, não darão direito posterior a reembolso nem indenização compensatória.

1.1.2-ATENDIMENTO A VEÍCULOS NO LOCAL

Na ocorrência de pane ou acidente a As-

sistência 24 Horas providenciará o envio de socorro mecânico para que o veículo seja, se possível, reparado no próprio local. Despesas com peças defeituosas serão de inteira responsabilidade do segurado. A Assistência 24Horas se responsabilizará pelas despesas de mão de obra e deslocamento do socorro mecânico e não terá nenhuma responsabilidade por objetos deixados no veículo. Este serviço será oferecido uma única vez por ocorrência.

Este serviço garante apenas o reparo provisório que permita o veículo se locomover, sendo que posteriormente o segurado deverá levar o veículo até uma oficina de sua escolha afim de executar o reparo definitivo do veículo.

1.1.2-REBOQUE

Em caso de pane ou acidente, não sendo possível efetuar os reparos no local, a Assistência 24 Horas providenciará o envio de reboque para o transporte do veículo até a oficina mais próxima do local do acontecimento, apta a atender o veículo. A responsabilidade da Assistência 24 Horas cessa após o ingresso do veículo na oficina. Este serviço não poderá ser executado caso as chaves e documentos não se encontrem no local no momento do atendimento, devendo, ainda, a documentação estar de acordo com as leis vigentes.

Este serviço será oferecido uma única vez por acontecimento.

Para veículos enquadrados nas categorias comerciais leves, utilitários, ou caminhões, o beneficiário deverá providenciar previamente a remoção de eventual carga que prejudique ou impeça o reboque ficando a mesma sob a sua total responsabilidade.

1.1.3-CARRO RESERVA

Exclusivamente para assistência a veículos de passeio, em caso de acidente que impeça a locomoção do veículo e cujos reparos em oficinas excederem a 2 (dois) dias úteis, será fornecido ao segurado um veículo de aluguel, categoria popular, pelo prazo máximo de 2 (duas) diárias.

O segurado deverá ter mais de 21 anos de idade, mais de 2 anos de carteira de habilitação e possuir um cartão de crédito.

A cobertura do seguro incluso na diária não isenta o segurado da obrigatoriedade do pagamento de franquias ou taxas em caso de sinistro com o veículo locado.



Para esse serviço, assim como para os outros é imprescindível que a Assistência 24 horas seja contactada no momento da ocorrência;

Qualquer outros serviços, bem como, mudança de veículo ou diferenças por uso adicional serão de total responsabilidade do segurado.

Em caso de roubo ou acidente com o veículo de aluguel, será cobrada uma franquia ou um percentual do valor do automóvel, cujo o pagamento correrá por conta exclusiva do segurado.

Todas estas informações devem ser esclarecidas no momento da retirada do veículo na autolocadora.

1.1.4-SERVIÇO DE CHAVEIRO

Em caso de perda, extravio, roubo, quebra das chaves ou se trancadas no interior do veículo, será enviado um profissional para a abertura do veículo. Este serviço é válido exclusivamente em cidades de mais de 200.000 habitantes. Nas demais cidades será fornecido um serviço de reboque para um local seguro, dentro do próprio município da ocorrência. Não está incluído neste serviço o conserto da fechadura danificada, nem o fornecimento de cópia da chave. A Assistência 24 Horas somente realizará este serviço mediante a apresentação dos documentos do veículo.

1.2-SERVIÇOS AOS BENEFICIÁRIOS: Em caso de pane ou acidente, previamente atendidos pela central da Assistência 24 Horas, caso o beneficiário tenha utilizado os serviços 1.2 e 1.3. Os serviços serão prestados a partir dos limites do município de domicílio do segurado, ou seja, excluído-se seu município de residência.

1.2.1-MEIO DE TRANSPORTE ALTERNATIVO

Na impossibilidade do conserto do veículo ser feito em menos de 2 dias úteis, será fornecido a todos que no momento da ocorrência ocupavam o veículo, passagem de retorno ou prosseguimento de viagem. Preferencialmente, de acordo com a seguinte ordem: via aérea, rodoviária, ferroviária, fluvial e marítima, até um custo ou distância equivalente entre o local do sinistro e domicílio constante no certificado do seguro.

1.2.2-HOSPEDAGEM

Não sendo possível a disponibilização de

transporte alternativo, os ocupantes do veículo terão direito a uma diária em hotel, por ocupante, preferencialmente categoria 4 ou 5 estrelas, até o máximo da capacidade normal do veículo;

1.2.3-RETIRADA DO VEÍCULO

Não se encontrando o segurado no município da realização do conserto, será colocado a disposição uma passagem relativa ao trecho compreendido entre o domicílio do segurado e o local da oficina para retirada do veículo após o conserto;

1.2.4-ROUBO/FURTO/INCENDIO DO VEÍCULO

Os serviços citados nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 serão fornecidos, também, em casos de roubo/furto/incêndio do veículo, sendo o item 1.2.3 oferecido caso o veículo seja localizado em condições de trafegar normalmente;

1.2.5-TRANSMISSÃO DE MENSAGENS URGENTES

Auxílio para transmissão de mensagens urgentes na impossibilidade do segurado em fazê-lo;

1.3-SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AOS BENEFICIÁRIOS FERIDOS NA DECORRÊNCIA DE UM ACIDENTE DE TRÂNSITO: Em caso de acidente envolvendo o veículo segurado, previamente atendido pela central da Assistência 24 Horas, os serviços serão prestados a partir dos limites do município de domicílio do beneficiário;

1.3.1-MONITORAÇÃO E REMOÇÃO MÉDICA

Ocorrido acidente de trânsito, batida ou colisão do veículo dirigidado pelo segurado e havendo entre os ocupantes no veículo no momento do sinistro beneficiário(s) ferido(s), serão organizados os contatos entre a equipe médica da Assistência 24 horas, o médico local e eventualmente o médico particular do segurado, isto após terem sido prestado os primeiros socorros.

Verificada a necessidade de remoção do(s) beneficiário(s), a Assistência 24 Horas organizará e assumirá as despesas de remoção para um hospital mais adequado ou até seu domicílio, consideradas as exigências médicas;

1.3.2-INTERVENÇÃO MÉDICA

Se durante a monitoração do estado de saúde dos beneficiários surgirem dúvidas sobre a qualidade dos cuidados dispensados, a Assistência 24 Horas deslocará um profissional de sua equipe médica



para que este possa ir até o local onde se encontra(m) o(s) ocupante(s) e constatar, por si mesmo, a qualidade do atendimento dispensado, afim de tomar as providências que se fizerem necessárias;

1.3.3-ACOMPANHANTE em caso de Hospitalização

Transporte de um acompanhante em caso de hospitalização do segurado por período superior a sete dias, desde que esteja desacompanhado;

1.3.4-HOSPEDAGEM DE ACOMPANHANTE

O acompanhante terá diárias em hotel custeadas pela Assistência 24 horas, sendo que as despesas de restaurante, frigo-bar, telefone, lavanderia, etc, correrão por conta do acompanhante;

1.3.5-RETORNO DOS ACOMPANHANTES

Caso o(s) beneficiário(s) tenha(m) que ser removido(s) ou hospitalizado(s) e seu(s) acompanhante(s) fique(m) impossibilitado(s) de retornar pelos meios inicialmente previstos, será providenciado a custeado um outro meio de transporte para o retorno, até um custo ou distância equivalente ao local onde se encontra(m) e o domicílio declarado do segurado;

1.3.6-TRANSLADO DO CORPO

Em caso de falecimento do(s) beneficiário(s) em consequência de acidente de trânsito, serão organizadas e assumidas as despesas de traslado do corpo até o local de sepultamento;

1.3.7-MOTORISTA SUBSTITUTO

Se na decorrência do acidente, o segurado se encontrar impossibilitado de dirigir seu veículo por determinação médica, e não havendo nenhum outro ocupante habilitado a fazê-lo, será providenciado um motorista para prosseguimento ou volta da viagem;

CLÁUSULA ESPECÍFICA Nº 5C ASSISTÊNCIA 24 Horas por Apólices Coletivas

1-Para efeito de utilização do serviço de Assistência 24 Horas por parte do(s) beneficiário(s), considerar-se-á a opção de contratação feita por Item da apólice, constante no certificado individual do veículo;

2-Os serviços a que o beneficiário terá direito dependerão do plano contratado para o respectivo veículo segurado, podendo

esta opção ser Plano A, cujas condições estão descritas na Cláusula Específica 5A; Plano B, cujas condições estão descritas na Cláusula Específica 5B; ou ainda pela não contratação do serviço de assistência, sendo que neste caso o segurado não terá direito a nenhum dos serviços disponíveis.

CONDIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS AOS SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS DE AUTOMÓVEIS EM GERAL

1- A cobertura deste seguro limita-se as consequências de acidentes pessoais ocorridos aos passageiros dos veículos discriminados na especificação desta apólice, devidamente licenciados para o transporte de pessoas.

1.1- Consideram-se passageiros todas as pessoas que estiverem sendo transportadas, inclusive o motorista, limitado o número de passageiros a lotação oficial acrescida de 40% (quarenta por cento).

1.1.1- Na hipótese de o veículo segurado estar com sua lotação acima do permitido, na forma do Item 1.1 acima, a Importância Segurada atribuída a cada passageiro será o quociente entre a Importância Segurada total e o número de passageiros.

2- A cobertura deste seguro começa no momento do ingresso do passageiro no veículo e termina no momento de sua saída do mesmo.

3- São excluídos da cobertura deste seguro quaisquer acidentes que ocorrerem aos passageiros dos veículos, se estes estiverem com lotação excedente da admitida no subitem 1.1 e/ou forem postos em movimento ou guiados por motoristas que não tenham a devida carteira de habilitação.

3.1- Em caso de acidente ocorrido durante viagem em que se verifique excesso de lotação, a indenização que seria devida a cada um dos passageiros acidentados será reduzida na proporção da lotação segurada para a que existia no veículo na ocasião do acidente.

4- A Seguradora, em hipótese alguma, responderá por qualquer indenização superi-



or as apuradas nas formas previstas nos subitens 1.1.1 e 3.1 ficando o segurado como único responsável pelas diferenças que venha a pagar, amigavelmente ou cumprindo sentença judicial, aos passageiros acidentados ou aos seus beneficiários.

5- As garantias e Importâncias Seguradas, por pessoa, são as constantes da especificação desta apólice.

6- Nos casos de inclusão, exclusão ou substituição de veículos, o segurado deverá fazer o pedido por escrito à Seguradora, mencionando as características conforme item 1 destas Condições Especiais, a fim de que seja emitido o competente aditivo.

6.1- Nos pedidos de substituição de veículos a Seguradora se reserva o direito de declinar do novo risco no prazo de lei, que é de 15 (quinze) dias.

6.2- A responsabilidade da Seguradora terá início no dia seguinte ao da data do recebimento do pedido de inclusão ou substituição formulado por escrito pelo segurado. A exclusão começa a vigorar a partir da data do recebimento do pedido pela Seguradora.

7- Ocorrendo acidente que possa acarretar a responsabilidade da Seguradora, este deverá ser comunicado pelo segurado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, por carta ou telegrama, devendo constar as seguintes informações: data do sinistro, hora, local e número de vítimas.

8- O pagamento das indenizações devidas por força do presente seguro será feito da seguinte forma:

a) em caso de Morte: 50% (cinquenta por cento) ao cônjuge sobrevivente, 50% (cinquenta por cento) aos herdeiros legais, em partes iguais, inexistindo sociedade conjugal, aos herdeiros legais;

b) em caso de Invalidez Permanente, aos próprios segurados.

9- No caso de o segurado, amigavelmente ou cumprindo sentença judicial, indenizar passageiros acidentados em importâncias superiores aos limites estabelecidos nesta apólice, a Seguradora responderá somente até os limites máximos fixados no item 5, observadas as disposições contidas nos subitens 1.1.1 e 3.1, e,

ainda, as demais Condições Gerais desta apólice, ficando o excedente sob exclusiva responsabilidade do segurado.

10- Ocorrido o sinistro, o segurado se obriga a efetuar o pagamento de novo prêmio, "pro-rata temporis", na base de um lugar da lotação para cada pessoa acidentada, nos casos de indenização por:

a) morte de uma ou mais pessoas em virtude de acidente coberto pelo seguro;

b) qualquer outra ou outras garantias, desde que a indenização total, por pessoa, seja superior a 20 (vinte) vezes o prêmio anual relativo ao lugar do veículo correspondente a pessoa acidentada;

O segurado se obriga, quando da comunicação do acidente, a fornecer à Seguradora detalhes da ocorrência, bem como a apresentar todos os documentos indispensáveis ao esclarecimento do fato, facultando à Seguradora a promover as medidas necessárias à elucidação do sinistro.

11- DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

a) Morte:

* Aviso de Sinistro;

* Certidão de óbito;

* Boletim de Ocorrência Policial;

* Laudo de Necropsia emitido pelo Instituto Médico Legal (IML), com resultado do teor alcoólico, se realizado;

* Carteira de habilitação e carteira de identidade do condutor do veículo;

* Certidão de casamento da vítima recentemente extraída em cartório;

* Quando a vítima for solteira, declaração feita pelos pais, com firma reconhecida informando que o mesmo faleceu no estado civil de solteiro;

* Certidão de Nascimento e declaração informando a quantidade de filhos com firma reconhecida;

* Quando a vítima não possuir filhos, declaração com firma reconhecida informando a inexistência de filhos.

* Carteira de identidade e CPF da vítima e beneficiários;



b) Invalidez Permanente:

- Aviso de Sinistro;
- Relatório do médico pormenorizando as sequelas apresentadas, bem como o respectivo grau de redução funcional (grau de invalidez);
- Boletim de Ocorrência Policial;
- Carteira de habilitação e carteira de identidade do condutor do veículo;
- Carteira de identidade e CPF da vítima

11.1- Fica esclarecido que a documentação acima mencionada é a mínima indispensável. Se necessário, a Seguradora se reserva o direito de exigir complementação de documentos capazes de melhor instruírem o processo administrativo.

12- Risco excluído: DANO MORAL.

13- Aplicam-se a este seguro as cláusulas das Condições Gerais da Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais, não modificadas por estas Condições Especiais.



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

JOÃO PESSOA

27 de março de 2019

PEDRO PAULO QUEIROZ DA COSTA



06/04

Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0867379-15.2018.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: RUTH DA SILVA CAMILO
RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

Nome: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE

Endereço: R MONSENHOR SEVERINO PIRES FERREIRA, 161, BRISAMAR, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58033-440

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 27 de fevereiro de 2019

De ordem, FAGNER VIEIRA ALVES
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18120816383547400000017748091



Assinado eletronicamente por: **FAGNER VIEIRA ALVES**
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **19499591**



19022709200081500000018973906

Edleuza Vasconcelos Meira de Albuquerque

15



PETIÇÃO EM PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, PARAIBA**

Processo: 0867379.15.2018.815.2001.

LUIZ FERNANDES DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/PB sob nº **20501**, com escritório profissional estabelecido na Rua Administrador. José Silva Perrucci, 182, Jardim Cidade Universitária, CEP 58052-283, João Pessoa, Paraíba, onde recebe intimações, vem, com o devido respeito e merecido acatamento, à presença de Vossa Excelência, requerer **habilitação** nos autos do processo em epígrafe.

Nestes termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 15 de abril de 2019.

Luiz Fernandes dos Santos
Advogado –20501-OAB/PB



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(s): EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, viuva, pensionista, CPF 276.486.134-68, RG 246.657, SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Severino Pires Ferreira, 161, Brisamar, CEP 58033-440, João Pessoa, Paraíba.

OUTORGADO(s): LUIZ FERNANDES DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 20501, com escritório profissional na Rua Administrador José da Silva Perrucci, 182, Jardim Cidade Universitária, CEP 58052-283, Pessoa-PB, João Pessoa/PB.

PODERES: Para o foro em geral, nos termos das cláusulas "**AD JUDITIA e EXTRA JUDITIA**", podendo o outorgado praticar todos os atos judiciais e extra-judiciais de defesa e representação da outorgante, assim como: conciliar, transigir, desistir, renunciar, fazer acordo, representado-o perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, interpor recursos, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

João Pessoa, 03 de abril de 2019.


Edleuza Vasconcelos Meira de Albuquerque



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA
CIVIL CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA**

Processo nº: 0867379-15.2018.815.2001

EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, brasileira, viúva, pensionista, portadora do RG nº 246.657, SSP/PB, CPF: 276.486.134-68, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Severino Pires ferreira, 161, Brisamar, CEP 58033-440, João Pessoa, Estado da Paraíba, por seu advogado e bastante procurador, procuração em anexo, que a esta subscreve, com endereço profissional na Rua José Silva Perrucci, 182, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa, Estado da Paraíba, onde recebe intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar

CONTESTAÇÃO

com fundamento no artigo 335 do Código de Processo Civil aos termos da **AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL c/c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO** proposta por **LÍGIA DA SILVA CAMILO**, já qualificada nos autos em epígrafe, consubstanciado nos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

I - DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

O Poder Judiciário e de livre acesso a qualquer cidadão. Amparado por essa premissa, requer o requerente a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a seu favor, ao mesmo tempo em que declara para todos os fins e sob as penas da lei, ser pobre, não tendo como arcar com o pagamento



de custas e demais despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, conforme atesta sua declaração de hipossuficiência. Documento 002, anexo.

CF/88 – Art. 5º - LXXIV – O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Garantindo ao cidadão a efetividade do mando constitucional, o artigo 4º da Lei 1060/50, combinado com o disposto na Lei 7.115/83 garantem a devida aplicabilidade do referido direito.

Assim, a norma constitucional e os dispositivos legais acima citados asseguram ao requerente os benefícios da Justiça Gratuita, por ele ser portador das exigências necessárias para sua concessão.

II - RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL

Lígia da Silva Camilo em ação de responsabilidade civil c/c pedido de indenização por danos morais em virtude de acidente de trânsito em que foi vítima o seu genitor, José Delfino Camilo, movida contra Itaú Seguros de Autos e Residência S/A e a ora contestante.

A requerente ora representada por sua genitora, Ruth da Silva Camilo, alega que seu genitor e marido, respectivamente, foi vitimado em decorrência de acidente automobilístico; por essa razão requer danos morais e materiais em pensionamento que pretende receber da ora contestante e indenização securitária de acordo com a apólice juntada aos autos, conforme demonstra o documento id.18238689. Atribuiu à causa o valor de R\$ 797.780,00 (setecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta reais). Fez juntada de uma ampla documentação relacionada ao acidente com objetivo de demonstrar a existência do direito que pretende ver reconhecido por esse douto Juízo. Por fim, fez juntada de certidões provisória e definitiva da curatela da requerente.

A requerente não fez qualquer juntada de quaisquer dados técnicos que fundamente o valor objeto de sua pretensão, são dados aleatórios, que, apenas por ele, não ser possível fazer qualquer avaliação de sua origem, porque não demonstra uma procedência de cálculo admitida em direito.

III – DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO.



Lançando-se uma análise sistemática à descrição dos fatos ocorridos e aos documentos juntados pela promovente para fundamentar a existência de seu suposto direito, no que diz respeito a existência de sua prerrogativa de direito, apesar dos fatos terem ocorridos em tempo extremamente tempo do ocorrido distante, no seu entendimento, seu direito perdura até a presente data. Nas certidões de curatela, primeiro a provisória, por fim a definitiva, verifica-se que o reconhecimento da incapacidade da promovente, pelo Meritíssimo Juiz da 4ª Vara de Família, Comarca da Capital, ocorreu, inicialmente, no dia 27 de agosto do ano de 2010, através da **CERTIDÃO DE CURATELA PROVISÓRIA** e em 15 de janeiro de 2016, o **TERMO DE CURATELA DEFINITIVA**, conforme demonstram os documentos juntado pela promovente. Id. 18238642.

Em relato da continuidade do seu suposto direito, a promovente alega procurando justificar e fundamentar a inusitada perpetuação do seu direito, alegando a **ausência e interrupção do instituto da prescrição** do seu direito de ação. Ocorre, que os fatos causadores do direito que perquire a promovente e que poderiam ter gerado seu direito ocorreram em 14 de junho do ano de 1999, o acidente em que foi vitimado seu genitor, José Delfino Camilo.

A **prescrição extintiva** conduz a perda do direito de ação por seu titular negligente, ao fim de certo lapso de tempo, podendo ser encarada como força destrutiva e se aplica a todos os direitos. Uma vez tornada a ação não exercitável, o direito torna-se inoperante. Neste sentido, escreveu Clóvis Beviláqua (1980:285):

“prescrição é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não uso delas durante um determinado espaço de tempo”.

O fundamento da prescrição é a negligencia dos titulares para com seus direitos. Conforme escreveu o jurista Clóvis Beviláqua, o verdadeiro fundamento é a necessidade de paz. Portanto, é uma regra imposta pela necessidade de certeza nas relações jurídicas. O interesse do titular do direito violado não pode prevalecer contra a necessidade da paz social. É por isso que o titular do direito subjetivo possui um lapso temporal determinado em lei, para que se possa exercer sua pretensão.

O exercício de um direito não pode ficar pendente indefinidamente. Deve ser exercido pelo seu titular dentro de um determinado



prazo. Isso não ocorrendo, perderá o titular a prerrogativa de fazer valer o seu direito.

Art. 189. Violado um direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição, nos prazos que aludem os artigos 205 e 206.

No mesmo sentido, o Enunciado 14, das Jornadas de Direito Civil, apresenta orientação quanto à aquisição de um direito pelo seu titular e o início de sua perda, através da prescrição:

Enunciado 14. Art. 189) o início do prazo prescricional ocorre com o surgimento da pretensão, que decorre da exigibilidade do direito subjetivo; 2) o art. 189 diz respeito a caso em que a pretensão nasce imediatamente após a violação do direito absoluto ou da obrigação de não fazer.

Se a possibilidade de exercício dos direitos fosse indefinida no tempo, haveria instabilidade social. É com fundamento na paz social, na tranquilidade da ordem jurídica que devemos buscar o fundamento do fenômeno da prescrição. O artigo 206 do Código Civil brasileiro preconiza:

Art. 206. Prescreve:

§ 3 anos:

V. pretensão para reparação civil;

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – PRESCRIÇÃO – PRAZO INICIAL – OCORRÊNCIA DO FATO – ART. 206, § 3º, V, CC – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO A contagem do prazo prescricional inicia-se da data em que as circunstâncias concretas do acidente se tornaram conhecidas ao interessado. Acerca da responsabilidade extracontratual decorrente de acidente de



trânsito, a jurisprudência do STJ orienta no sentido de ser trienal o prazo de prescrição da pretensão indenizatória, nos termos do art. 206, § 3º, V, do CC. (Ap 125253/2015, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CAMARA CIVEL, Julgado em 28/10/2015, Publicado no DJE 03/11/2015).

Pelo exposto, resta demonstrado que a intenção da promovente em pleitear indenização por danos materiais e morais por um fato ocorrido há 19 (dezenove) anos, não deve prosperar nem merece acolhimento, porque não encontra amparo no direito, devendo ser, de pronto, rejeitada, sendo imperioso que Vossa Excelência se digne a **reconhecer e declarar a prescrição** do pleito da autora, nos termos dos artigos, doutrina e jurisprudência aqui juntados e julgar os demais pedidos nos termos do artigo 487, do Código de Processo Civil, porque o direito não acode aquele que dorme.

IV - DO MÉRITO.

Em sua petição, item 3.1, a autora profere ataques às provas que nortearam o Processo Penal Nº 200990436095, bem como às omissões do inquérito policial. Analisando os termos da Sentença, id. 18238684, em que o Excelentíssimo Magistrado entre outros pontos, destaca que a testemunha, Wandemberg em seu depoimento informou que **"(...) ouviu freiada rápida e o momento do atropelamento. (...) a vítima, uma pessoa de idade avançada, passou na frente do veículo sem a menor atenção. (...) o motorista tentou desviar, mas não teve como evitar o choque com a vítima. (...) o motorista socorreu a vítima no próprio veículo, conduzindo-a ao Hospital Samaritano (...)".**

Em outro momento assim escreveu o Magistrado: **"As testemunhas afirmaram de forma indúbia que o acusado não concorreu para o sinistro, mas exclusivamente a vítima".**

No dispositivo da respeitável sentença, o Meritíssimo Magistrado assim decidiu: **"FACE O EXPOSTO, e por tudo mais que dos fatos consta, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para absolver, como de fato absolvo, IVO ANSELMO M. DE ALBUQUERQUE FILHO, inicialmente qualificado, dos fatos que lhe estão sendo imputados pela Justiça Pública, o que faço com fulcro no art. 386, IV, da Lei Adjetiva Penal".**

Com fundamento no que decidiu o Meritíssimo Magistrado, resta demonstrado que a responsabilidade pelo acidente que vitimou o genitor da promovente não foi o motorista do veículo, mas a própria vítima, não havendo



em que se falar de responsabilidade da promovida, proprietária do veículo dirigido pelo filho dela, Ivo Anselmo M. de Albuquerque Filho.

No item 3.2 da petição inicial, a promovente reclama **direito à reparação de danos**; fundamenta-se em legislação e jurisprudência para alegar que: *"Está evidente, segundo a legislação especial que o réu causou o acidente e morte da vítima, devendo, conforme a lei, repará-lo"*. Faz referência ao disposto no artigo 28 do Código de Trânsito Brasileiro.

No item anterior, resta demonstrado que, conforme decidiu o Meritíssimo Magistrado o condutor do veículo não teve qualquer responsabilidade no acidente em que foi vítima o genitor da promovente; a vítima foi a responsável pelo trágico acidente que ceifou sua vida.

Pelo exposto, a pretensão da promovente não deve prosperar, porque demonstra ser desprovida do bom direito.

No item 3.3 da petição inicial, a promovente destaca a **responsabilidade civil da demandada e a obrigação de indenizar danos morais, corporais e materiais**, destacando a responsabilidade da promovida em indenizá-la, pelo fato da ré ser proprietária do veículo, independentemente de ter sido seu filho o condutor do veículo atropelador. Alega ainda, que o filho da promovida cometeu ato ilícito quando conduzia o veículo e não respeitou as normas de circulação em vias para veículos automotores.

Os argumentos pueris da promovente não se sustentam nesse sentido, porque nos termos da respeitável Sentença, pág. 3, assim julgou o Meritíssimo Magistrado: ***"Além disso, o Ministério Público entendeu que o acusado não agiu de maneira imprudente, depois de minuciosa análise da prova testemunhal, alegando ainda, que o ancião teria atravessado a Avenida fora da faixa de pedestre e sem prestar a devida atenção"***.

Assim, não se sustenta o argumento trazido pela promovente, com objetivo de justificar o direito perquirido, quando acusa o condutor do veículo de dirigir de forma irresponsável, sem empregar o devido respeito às normas de trânsito e de circulação em vias para veículos. Conforme se lê acima, essa carência de cuidados estava na vítima. Por essa razão, a pretensão da promovente não merece amparo.

Nos itens 3.4, a promovente reclama direito a indenização pelos danos morais sofridos. Alega que ela, seus irmãos e sua mãe foram privadas da presença do seu genitor, que além da perda no tocante à presença dele, sofreram prejuízo com o seu sustento que com sua aposentadoria provia todo o sustento e condições para viver condignamente.

A requerente não fez juntada de documento em que comprove os **danos morais** sofridos. A promovida tem conhecimento de que o genitor da promovente era militar reformado da Marinha do Brasil; assim sendo, não se há de falar que ela e sua família tenha sido privada das condições de sobreviver condignamente, porque há uma presunção absoluta de que ela e os herdeiros menores tenham sido beneficiados com pensão.



Pelas razões expostas, a pretensão da promovente em requerer indenização por danos morais não deve prosperar e não merecem ser acolhidas, porque não se sustenta, devendo, de pronto ser rejeitada.

A promovente, no item 3. 5, reivindica **danos materiais a título de pensionamento**, invocando o disposto nos artigos 186, 927 e 948, do Código Civil Brasileiro. Insiste em declarar que os prejuízos sofridos pela autora ocorreram por negligência ou imprudência e esta se torna responsável pelo fato ocorrido ao seu genitor, devendo reparar os danos por ela suportados, em decorrência de sua dependência econômica em relação à vítima, entendendo ter direito à reparação material por meio de um pensionamento mensal.

Conforme já fora demonstrado acima, na respeitável Sentença Penal, o Meritíssimo Magistrado assim julgou: *"Além disso, o Ministério Público entendeu que o acusado não agiu de maneira imprudente, depois de minuciosa análise da prova testemunhal, alegando, ainda, que o ancião teria atravessado a Avenida fora da faixa de pedestre e sem prestar a devida atenção". Id. 18238684, pág. 3.*

Pelo exposto, a acusação irresponsável da requerente atribuída à requerida não se sustenta, porque demonstra, pelo acima escrito, que a falta de cuidado foi da vítima, que sem a devida, adentra a avenida fora da faixa de pedestre e sem prestar atenção, isso é negligência, descuido; por essa razão, o pleito da requerente não deve prosperar nem merece ser acolhida, porque são argumentos, que por si só, não se sustentam, devendo ser de pronto rejeitados.

Por fim, a requerente apresentou em seus pedidos valores absolutamente aleatórios, sem qualquer memória de cálculo ou planilhas relacionadas ao salário mínimo, que justifique sua pretensão. São valores que escapam ao entendimento de qualquer analista contábil, porque foram pensados e aqui postos sem qualquer estudo ou dimensão técnica. A requerente não está desincubida do ônus probatório, nos termos da lei processual, de acordo com o disposto no artigo 373, I, do Código de Processo Civil. Por esse motivo, tais pedidos no tocante aos valores não devem prosperar, por não serem embasados em estudos e planilhas técnicas, devendo ser rejeitados por esse douto Juízo.

V - DOS REQUERIMENTOS FINAIS.

Por tudo o que foi exposto, a promovida vem perante Vossa Excelência **requerer**:

1. a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por se declarar impossibilitado de custear as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;



2. acolhimento da preliminar de prescrição, conforme o disposto no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, para extinguir o processo com resolução do mérito, uma vez que resta demonstrada a prescrição do direito perquirido pela autora;

3. caso seja superada a preliminar de prescrição, no mérito, sejam julgados improcedentes todos os pedidos formulados pela promovente, em face dos fatos e documentos juntados e da fundamentação supra com a condenação da autora ao pagamento das despesas processuais,

4. a condenação da promovente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em virtude do disposto no artigo 133 da Constituição Federal de 1988, o artigo 85 do Código de Processo Civil e o artigo 22 da Lei 8.906 de 04 de julho de 1994;

Nestes termos,
Pede deferimento.

João Pessoa, 15 de abril de 2019.

Luiz Fernandes dos Santos
Advogado - OAB/PB 20501



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE

DOC. EMITIDAÇÃO / ORG. EMISSOR UF
245657 SSP PB

CPF 276.486.134-68 DATA NASCIMENTO 22/02/1953

FILIAÇÃO
ADAUTO DE ALMEIDA
MEIRA
ALZIRA DE VASCONCELOS
MEIRA

PERMISSÃO ACC CATHAR B

Nº REGISTRO 01141242684 VALIDADE 16/10/2013 1ª HABILITAÇÃO 24/07/1990

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO 17/10/2008

ASSINATURA DO EMISSOR

59697999856
PB017074762

USIMAN F. L. P. C. A. B. E. L. A.

CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE

SUS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

898 0027 7833 1478

Nome: EDLEUZA V M ALBUQUERQUE
Data de Nascimento: 22/02/1953 -
Sexo: F Data de emissão: 12/05/2011
Município de residência: JOAO PESSOA - PB UF: PB

EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE
RUA MONS SEVERINO PIRES FERREIRA, 161 - BRISAMAR
JOAO PESSOA/PB CEP 58033-440 (AG 1)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL/RESIDENCIAL TRIFÁSICO
Roteiro 6 - 6-554-7960 Referência Jan/2014
Nº medidor 00008240276 Emissão 10/01/2014

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.372.003
Código para Débito Automático: 00001137389

41c4 33b8 9b7d b01f 6ac8 0f2b db8f 845a

5/113738-9

Jan/2014

10/01/2014

11/02/2014

27648613468

- O início do sistema de bandeira tarifária foi adiado para o ano de 2015. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês JANEIRO vigorará a BANDEIRA AMARELA, a qual implicará R\$14/kWh, 0,015 de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br

Data	Leitura	Data	Leitura			
10/12/13	15833	10/01/14	16113	1	280	31

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 05/01/2014 PAGAS
OBRIGADO!

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	280	0,30445	85,24
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIS			0,88
COFINS			4,07
CONTRIB SERV ILUM PUBLICA			4,87
ICMS (Base de Cálculo R\$ 123,54 Alíquota 27,00%)			33,35

Título eleitoral
0131.4369.1236
Zona 76 Seção: 090



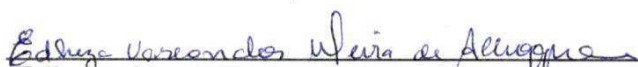
DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu, **EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE**, brasileira, viúva, pensionista, RG 246.657, SSP/PB, CPF 276.486.134-68, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Severino Pires Ferreira, 161, Brisamar, CEP 58033-440, João Pessoa, Paraíba, **DECLARO**, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda, sem sacrifício do meu próprio sustento e de minha família, assim requeiro o benefício da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 4º da Lei 1.060 de 05 de fevereiro de 1950.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, sobretudo a disciplinada no artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Por ser verdade, firmo o presente.

João Pessoa-PB, 03 de abril de 2019.


Edleuza Vasconcelos Meira de Albuquerque



PETIÇÃO EM PDF



EXCENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA.

Autos nº: 0867379-15.2018.2001.

EDLEUZA VASCONCELOS M. DE ALBUQUERQUE, já devidamente qualificada, por seu procurador, devidamente habilitado nos autos do processo em epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, **EXPOR E REQUERER:**

A requerente figura como parte promovida na presente ação. Foi regularmente citada por Mandado de Citação em diligência efetivada pelo Oficial de Justiça Pedro Paulo Queiroz. Em 27 de março de 2019, às 17:23h o referido oficial procedeu a juntada do mandado devidamente cumprido aos autos, conforme demonstra o id. 20116755, devendo a partir do primeiro dia útil subsequente àquela data iniciar correr o prazo para que a requerente apresentasse suas manifestações, conforme preconiza o artigo 231, II, do Código de Processo Civil:

Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do prazo:

[...];

II – a data da juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou intimação for por oficial de justiça;

Pois bem, no caso em tela, em que a juntada do mandado cumprido ocorreu em 27/03/2019, às 17:23h, conforme consta na Certidão, em que o Oficial de Justiça certifica ter dado inteiro cumprimento ao mandado, id. 20116489, no dia 06/04/2019, às 00:22:14, foi publicado: “Decorrido prazo de EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE em 05/04/2019 23:59:59”, através do Evento nº 19568185. Resta evidenciada a existência de um erro que poderia causar danos à defesa da requerente, uma vez que o tempo adequado para sua manifestação se estenderia até o dia 17/04/2019. Contudo, a requerente apresentou sua contestação, conforme demonstra o id. 20613112, por entender que o prazo legal para apresentar sua defesa ainda estava correndo, independentemente do conteúdo existente no referido evento.

Por tudo o que foi exposto, e considerando que a peça contestatória foi apresentada tempestivamente, requer a requerente a **DECLARAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE** da sua defesa juntada aos presentes autos em 16/04/2019.



Neste termo,
Pede Deferimento.
João Pessoa, 25 de abril de 2019.

Luiz Fernandes dos Santos
Advogado 20501 OAB/PB





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Certifique-se o cartório acerca da tempestividade das contestações apresentadas.

Ato contínuo, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar impugnação, no prazo legal.

JOÃO PESSOA, 28 de maio de 2019.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479 - Telejudiciário: (83) 3621-1581

Nº do Processo: 0867379-15.2018.8.15.2001

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: RUTH DA SILVA CAMILO

RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

CERTIDÃO

Certifico que a contestação apresentada é tempestiva, sendo assim intimo a promovente para, querendo, impugnar no prazo legal. Dou fé.

João Pessoa, 6 de junho de 2019

FAGNER VIEIRA ALVES
Técnico Judiciário



Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479 - Telejudiciário: (83) 3621-1581

Nº do Processo: 0867379-15.2018.8.15.2001

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: RUTH DA SILVA CAMILO

RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

CERTIDÃO

Certifico que a contestação apresentada é tempestiva, sendo assim intimo a promovente para, querendo, impugnar no prazo legal. Dou fé.

João Pessoa, 6 de junho de 2019

FAGNER VIEIRA ALVES
Técnico Judiciário



segue impugnação a contestações em pdf



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL – PB**

Processo nº 0867379-15.2018.8.15.2001

RUTH DA SILVA CAMILO, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, por intermédio de seus advogados, à presença de Vossa Excelência, apresentar

RÉPLICA À CONTESTAÇÕES

Pelos motivos de fato e de direito abaixo delineados.

A segunda demandada, ao contestar a presente demanda, trouxe fundamentos que não merecem prosperar, vejamos:

**DA PRESCRIÇÃO. DA INTERDIÇÃO POSTERIOR AO FALECIMENTO. DO ENORME
DECURSO DE TEMPO.**

Antes de mais nada, cumpre esclarecer que a representada é inválida desde sua mais tenra idade, em virtude de convulsões sofridas aos poucos meses de vida, decorrente de elevado estado febril, que afetou o seu cérebro e causaram-lhe o retardamento mental severo.

Através das informações contidas nos documentos já acostados aos autos, é suficiente se comprovar que o comportamento da paciente já não era de uma pessoa normal e assim deve ser refutada toda e qualquer tentativa de alegação de que a autora somente foi certificada como inválida posteriormente ao evento acidente e morte de seu genitor.

Tanto é verdade que a patologia pretérita, e que não sobreveio à morte de seu genitor, que juntou o exame Eletrencefalográfico realizado no Hospital Universitário Prof. Lauro Wanderley de João Pessoa em 23/07/1973 (doc. anexo).

Outra importante prova acerca da existência pretérita da patologia é sua Carteira de Identidade (RG 1.746.630-SSP/PB), somente expedida em 24/07/1992, ou seja, aos 29 anos de idade, onde contém a informação de ser a demandante analfabeta.



Além disso, também para efeito de comprovação de que a interditada, há muito tempo é portadora de deficiência mental severa, juntou-se exame de Radiografia de tórax realizado na Clínica Ecoclínica em 13/07/1999, onde já apontava a informação atípica “A qualidade técnica do exame foi prejudicada devido à dificuldade de cooperação da paciente.”

A tese da defesa é facilmente derrubada também pelos Laudos da Funad com diagnóstico CID. 10 - F72 RETARDO MENTAL GRAVE e F80 – TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DO DESENVOLVIMENTO DA FALA E DA LINGUAGEM, significando dizer que o desenvolvimento mental foi retardado ou incompleto.

O conceito de retardamento mental severo pode ser facilmente encontrado na página da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Santa Catarina disponível no sitio da rede mundial de computadores (internet) disponível em <http://www.apaeportouniao.org.br/pagina/deficiencia-intelectual-severa/16/>.



Deficiência Intelectual Severa

A Deficiência Intelectual Grave, ao contrário da Leve e Moderada, se evidencia já nas primeiras semanas de vida, mesmo que nas crianças que não apresentem características morfológicas especiais. Fisicamente, em geral, o desenvolvimento físico é normal em peso e estatura, mas, não obstante, podem apresentar hipotonia abdominal e, consequentemente, leves deformações torácicas e escoliose. (destaque nosso).



No que diz respeito à prescrição, o fatídico episódio ocorreu em 14/06/1999, quando a norma legal em vigor era o CC de 1916, onde o art. 169 tinha a mesma literalidade do art. 198 do CC 2002, assim vejamos:

Art. 169. Também não corre a prescrição:

I – contra os incapazes de que trata o

artigo 5o

Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

Em consonância com o art. 198, inciso I, do diploma civil, em se tratando de pessoa absolutamente incapaz não há a fluência da prescrição, inclusive para os interditados, assim o fato de não haver a Curatela à época do evento morte de seu pai não desconstitui o direito da autora incapaz.

Aplica-se ao caso o princípio *tempus regit actum*, no sentido de que os atos jurídicos se regem pela lei da época em que ocorreram, ou seja, uma lei posterior não influenciará na relação jurídica na época da lei anterior.

Dessa forma, a lei vigente a época do fato é a que regerá aquela relação jurídica, mesmo que ela seja revogada, para que haja segurança jurídica às relações firmadas. A norma a aplicar é aquela que está em vigor à data da prática do ato, i. e, os fatos complexos de produção sucessiva regem-se pelo regime do tempo em que foram constituídos.

Assim, há de ser rechaçada toda e qualquer alegação de haver prescrição do direito de ação da autora, independente de decurso do tempo.

Corroboram com esse entendimento as seguintes jurisprudências, inclusive, recentes:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. PENSÃO POR MORTE. FILHA ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. PAGAMENTO DAS PARCELAS EM ATRASO, DESDE A DATA DO ÓBITO. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO. 1. O termo inicial para a concessão do benefício por morte de ex-Combatente é a data do requerimento administrativo ou, na sua falta, do pleito judicial ou da habilitação nos autos do processo. **2. Contudo,**



em relação ao absolutamente incapaz, este Tribunal Superior orienta-se no sentido de que não corre a prescrição contra incapazes, resultando na conclusão de que são devidas as parcelas a partir da data do falecimento do instituidor da pensão, independentemente do momento em que formulado o requerimento administrativo ou de quando ocorreu a citação judicial válida (AgRg no REsp. 1.372.026/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2014). 3. Agravo Interno da UNIÃO desprovido.(STJ - AgInt no REsp: 1485140 PE 2014/0252869-4, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 13/12/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/02/2019)

STJ-0980021) ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INCAPAZ. INTERDIÇÃO. CURATELA. PRAZO. INTERRUPÇÃO. 1. **O prazo prescricional não flui contra os absolutamente incapazes, inclusive interditados, ainda que submetidos à curatela.** 2. **Assim, afastada a prescrição quanto à recorrente absolutamente incapaz,** os autos devem retornar à instância de origem para que examine o recurso de apelação como entender de direito, inclusive quanto à repercussão desse ponto sobre o quantum indenizatório devido. 3. Recurso especial a que se dá provimento. (Recurso Especial nº 1.684.125/SP (2017/0176055-8), 2ª Turma do STJ, Rel. Og Fernandes. DJe 13.03.2018).

TRF3-0554154) CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. AMPARO SOCIAL À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO. PAGAMENTO DE ATRASADOS. MENOR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. I - Configurado o interesse de agir do autor, na medida em que, tanto administrativamente, como judicialmente, a autarquia pretende que, quanto à parte dos créditos reclamados haja o reconhecimento de prescrição. II - **O autor é nascido em 16.02.2005 (fl. 07), tratando-se, pois, de menor absolutamente incapaz, não incidindo a prescrição contra ele, nos termos do art. 198, I, do Código Civil, razão pela qual faz jus ao pagamento dos valores pleiteados.** III - Os juros de mora e a correção monetária deverão observar o disposto na legislação de regência. IV - Tendo em vista o trabalho adicional do patrono da parte autora em grau recursal, a teor do disposto no artigo 85, § 11, do CPC de 2015, fica a base de cálculo da verba honorária majorada para as diferenças vencidas até a presente data, conforme o entendimento desta



10ª Turma. V - Preliminar rejeitada. Apelação do INSS e remessa oficial improvidas. (Apelação/Remessa Necessária nº 0019609-27.2017.4.03.9999, 10ª Turma do TRF da 3ª Região, Rel. Convocado Sylvia de Castro. j. 10.10.2017, unânime, e-DJF3 20.10.2017).

A necessidade de interditar a autora sobreveio apenas após morte inesperada de seu genitor, com o único propósito de realizar o inventário da casa em que moravam e, para tanto, foi necessário ingressar com uma ação de interdição, afim de se obter a Curatela para a representação sua filha no ato.

Até a morte do genitor, que supria todas as necessidades da incapaz, não havia necessidade alguma para interdição.

Quando do acidente e morte de seu genitor, a parte era acometida da patologia e portanto incapaz, não necessitando, porém, que fosse interditada. Aliás, a Curatela restringe-se em seus efeitos apenas para atos de natureza patrimonial e negocial, ressaltando que a sentença de interdição tem natureza meramente declaratória, observando o STJ que sua ausência não impede o reconhecimento da incapacidade para os atos da vida civil, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE CIVIL. SENTENÇA DE INTERDIÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TRANSCURSO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. 1. A natureza da sentença de interdição, para fins de suspensão do prazo prescricional, é meramente declaratória, e não constitutiva, sendo que sua ausência não pode impedir o reconhecimento da incapacidade para os atos da vida civil. Precedentes. 2. A discussão eminentemente jurídica dispensa o reexame do conjunto fático-probatório, motivo pelo qual não há incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.(STJ - AgInt no AREsp: 675784 RJ 2015/0052354-6, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 19/02/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/03/2019)

A título de esclarecimento, o referido inventário transcorreu no Processo n.º 200.2000.031.259-1 que tramitou perante a 9ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Assim, para fins de interdição, necessário foi um laudo específico da patologia existente na Autora e aí que adveio o Laudo Médico da Funad.



Com relação ao prazo de 19 anos para o ingresso da ação, ressalta-se novamente que o direito dos incapazes não prescreve pelo decurso do tempo, como assim é o desejo a defesa, prevalecendo, como demonstrado, na Corte Superior o entendimento de que o absolutamente incapaz não pode ser prejudicado pela inércia de seu representante legal, sobretudo porque também é firme o entendimento desta Corte **de que a suspensão do prazo de prescrição para tais indivíduos ocorre no momento em que se manifesta a sua incapacidade, sendo a sentença de interdição, para esse fim específico, meramente declaratória. Assim, ilustra-se:**

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. INTERDITADO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO: DATA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: EFEITOS DECLARATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A pessoa absolutamente incapaz para os atos da vida civil, submetida à curatela, tem direito ao benefício de pensão por morte desde o óbito do Segurado, ainda que não postulado administrativamente no prazo de trinta dias, uma vez que não se sujeita aos prazos prescricionais. 2. É firme o entendimento desta Corte de que a suspensão do prazo de prescrição para tais indivíduos ocorre no momento em que se manifesta a sua incapacidade, sendo a sentença de interdição, para esse fim específico, meramente declaratória. 3. Recurso Especial do INSS a que se nega provimento. (STJ - REsp: 1429309 SC 2014/0005630-8, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 26/06/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/08/2018)

DO MÉRITO ALUSIVO ÀS QUESTÕES CONTRATUAIS.

A Seguradora ré tenta a todo o custo se esquivar da responsabilidade, no entanto não há dúvidas, também, acerca de sua legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, juntamente com a segurada.

Não há, contudo, nenhum prejuízo para quem se afirme vítima de acidente de trânsito automobilístico, em ajuizar ação indenizatória contra o segurado em conjunto com a seguradora, como vem autorizando doutrina e jurisprudência, vez que as relações jurídicas estabelecidas no contrato de seguro não se encerram puramente entre as partes.

Além de que, a legitimidade da Seguradora em figurar no polo passivo, se passa e se justifica, também porque esta não atendeu ao pedido administrativo de cobertura realizada pela segurada à época do evento acidente.

Ademais, sem perda para nenhuma das partes envolvidas, ganham a segurança jurídica e o devido processo legal.



Há solidariedade entre segurado e seguradora, de forma que ambos podem ser condenados ao pagamento das indenizações requeridas, desde que, em relação à seguradora, a condenação se limite aos valores estabelecidos na apólice.

Assim, o litisconsórcio passivo entre segurado e seguradora, tem prevalentes os mesmos contornos que teria caso formado em ação movida só contra o segurado causador do acidente, por denúncia feita pelo réu, em decorrência da aplicação da regra do art. 125, II, do CPC.

Art. 125 É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes:

[...]

II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

Em ambos os casos haverá de defender-se em litisconsórcio passivo com o réu, respondendo solidariamente com este pela reparação do dano decorrente do acidente.

Nesse sentido tem decidido o STJ, mediante recurso afetado como Repetitivo:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS AJUIZADA DIRETA E EXCLUSIVAMENTE EM FACE DA SEGURADORA DO SUPOSTO CAUSADOR. DESCABIMENTO COMO REGRA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. Descabe ação do terceiro prejudicado ajuizada direta e exclusivamente em face da Seguradora do apontado causador do dano.

1.2. No seguro de responsabilidade civil facultativo a obrigação da Seguradora de ressarcir danos sofridos por terceiros pressupõe a responsabilidade civil do segurado, a qual, de regra, não poderá ser reconhecida em demanda na qual este não interveio, sob pena de vulneração do devido processo legal e da ampla defesa.

2. Recurso especial não provido.



(REsp 962.230/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/02/2012, DJe 20/04/2012)

No mesmo sentido, temos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO FACULTATIVO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. LEGITIMIDADE DA SEGURADORA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO EM LITISCONSÓRCIO COM O SEGURADO. 1. Em ação de reparação de danos, a seguradora possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda em litisconsórcio com o segurado, apontado causador do dano. 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1.076.138/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/5/2012, DJe de 5/6/2012).

Em complemento à seguinte Jurisprudência :

(TJGO-0180051) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. **LEGITIMIDADE PASSIVA.** AUSÊNCIA DE PROVAS. CULPA DA VÍTIMA. 1 - **A seguradora é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, eis que comprovada contratação da apólice do seguro.** 2 - O Boletim de Ocorrência elaborado por agentes da Administração Pública goza de presunção juris tantum de veracidade, só podendo ser afastado, se existir provas robustas em contrário. 3 - Não restando demonstrado que o sinistro que ocasionou a morte da vítima deu-se por culpa do caminhão da empresa apelada, mas por culpa exclusiva da vítima que adentrou na pista na contramão, deve ser julgado improcedente o pedido de indenização decorrente de acidente de trânsito. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (Apelação nº 0180019-17.2003.8.09.0051, 2ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Maurício Porfírio Rosa. DJ 14.02.2018).

TJRJ-0571373) APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA CULPA EXCLUSIVA DO SEGURADO. SEGURADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. AÇÃO PROPOSTA EM FACE DA APELANTE E DO SEGURADO. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR DECORRENTE DA SENTENÇA. DANO MATERIAL. COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTO. DANO MORAL. PRESENÇA DO NEXO CAUSAL. SOFRIMENTO IMPOSTO À VÍTIMA DECORRENTE DAS LESÕES SOFRIDAS. Por se tratar



de acidente automobilístico, decorrente de colisão entre veículos particulares, há de ser perscrutada a existência de culpa, uma vez que repousa sobre o caso a teoria da responsabilidade subjetiva. O conjunto probatório carreado aos autos mostra-se conclusivo no sentido da existência de culpa exclusiva do segurado, de modo a incidir sobre ele a obrigação de indenizar os danos que o evento lesivo causou. **Legitimidade da seguradora em figurar no polo passivo da demanda como litisconsorte facultativo.** Dano material que deve ser observado em seus vieses de lucro cessante e dano emergente. Dano moral fixado adequadamente, levando-se em consideração a extensão das lesões sofridas. Observância do disposto no art. 944 do C.C. 02. Conhecimento do recurso e seu desprovemento. (Apelação nº 0003128-97.2009.8.19.0037, 12ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Lúcia Maria Miguel da Silva Lima. j. 22.08.2017).

Diante do exposto, comprovada a relação securitária, manifesta a legitimidade da seguradora para figurar conjuntamente com o segurado, causador do dano, no polo passivo da ação indenizatória proposta por terceiro prejudicado em virtude de acidente de trânsito, sendo sim vedada, apenas, ajuizar direta e exclusivamente contra ela a demanda.

DAS COBERTURAS CONTRATADAS. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DE EVENTUAL CONDENAÇÃO AOS LIMITES DA APOLICE

É fato incontroverso que a referida Apólice de seguro contempla cobertura para danos pessoais, que se referem a danos corporais a terceiros. Como bem reconhecido na contestação da ré Seguradora (pag.5):

Noutro norte, conceitua-se os danos pessoais:

5.1.2.1 – Entende-se como garantia de Danos Pessoais a obrigação de reembolso assumida pelo segurador no tocante a reclamações de terceiros decorrentes de danos corporais.

In casu, acaso haja condenação, esta dever limitar-se ao importe de R\$ 461.300,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos reais) em razão da limitação da garantia.

Diante disso, desse fato incontroverso, o que se espera é que haja a condenação pelos danos pessoais ocorridos ao falecido e que, no caso, estavam



segurados pela rubrica danos pessoais na apólice de seguro no importe de R\$ 461.300,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos reais).

Outrossim, embora a indenização esteja, como alega a defesa, engessada ao limite da apólice, deve, contudo, ser observada o direito à correção monetária desde o evento danoso.

DA AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DA GARANTIA DE DANOS MORAIS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 402.

A segunda ré tenta a todo o custo fazer acreditar em algo que não é verdadeiro, a Jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que só não haverá cobertura por danos morais se houver cláusula expressa e específica para não cobertura para esse tipo de dano, caso contrário, estes danos serão considerados inclusos nos danos pessoais.

Nesse sentido, as seguintes Jurisprudências :

STJ-0933087) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. 1. RESPONSABILIDADE CIVIL DA SEGURADORA. COBERTURA DE DANOS CORPORAIS OU PESSOAIS COM ABRANGÊNCIA DOS DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO NA HIPÓTESE. CLÁUSULA EXPRESSA DE PREJUÍZOS EXTRAPATRIMONIAIS. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. 2. MONTANTE INDENIZATÓRIO DE DANOS MORAIS QUE SE LIMITA AO QUANTO PREVISTO NO CONTRATO PARA TAL FIM. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. **A jurisprudência deste Tribunal Superior, inclusive consolidada na Súmula 402/STJ, é no sentido de que a previsão contratual de cobertura dos danos pessoais (corporais) abrange os danos morais apenas se estes não forem objeto de expressa exclusão ou não figurarem na apólice como cláusula contratual independente.** 2. "Se o contrato de seguro prevê, em cláusula distinta, a cobertura para danos morais, deve a indenização correspondente ficar limitada ao valor contratado a esse título. **Somente nos casos em que a cláusula é inespecífica, referindo-se genericamente a danos corporais ou a danos pessoais, é que se pode compreender nela inclusos os danos morais.**" (AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 708.653/SC, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 18.08.2016, DJe 25.08.2016). 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no Agravo em



Recurso Especial nº 1.107.344/SP (2017/0121003-1), 3ª Turma do STJ, Rel. Marco Aurélio Bellizze. DJe 13.11.2017).

STJ-0860314) AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE FATAL DE TRÂNSITO. MORTE DE PASSAGEIRO. DEMANDA AJUIZADA PELO IRMÃO DA VÍTIMA CONTRA OS PROPRIETÁRIOS DO VEÍCULO, CONDUZIDO POR SEU FILHO. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA. CULPA DO CONDUTOR RECONHECIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. COBERTURA DO SEGURO NA MODALIDADE "RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA DE VEÍCULOS" (RCF-V). INSURGÊNCIA DA SEGURADORA, PARA ENQUADRAR A COBERTURA NA MODALIDADE ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS (APP). IMPOSSIBILIDADE. TERCEIRO COMO DEMANDANTE. SÚMULA 402/STJ. REVISÃO. SÚMULA 5/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência deste Tribunal Superior, consolidada no Enunciado nº 402 da Súmula do STJ, é no sentido de que a previsão contratual de cobertura dos danos pessoais (corporais) abrange os danos morais quando estes não forem objeto de expressa exclusão ou não figurarem na apólice como cláusula contratual independente. 2. O Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu inexistir expressa exclusão de indenização a título de danos morais na apólice do segurado. Assim, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula 5/STJ. 3. Impende consignar que, na espécie, a ação foi proposta contra os proprietários do veículo em que a vítima, irmão do autor, se encontrava como passageiro, ante a culpa do condutor - filho dos proprietários do automóvel - pelo acidente. Assim, o autor figura como terceiro em relação aos responsáveis pelo ressarcimento do dano moral decorrente da morte do irmão do autor (proprietários do automóvel), de modo que a previsão de cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), danos corporais, atrai a responsabilidade da seguradora, ante a ausência de ressalva na apólice excluindo expressamente a cobertura por danos morais. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1.104.409/PR (2017/0116038-3), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. DJe 13.10.2017).



Evidenciados os requisitos da responsabilidade civil, surge o dever de indenizar. Tendo o proprietário do veículo causador do acidente celebrado contrato securitário para a cobertura de danos corporais (pessoais), estes abrangem também os danos de ordem moral, sobretudo por não haver cláusula expressa no sentido de sua exclusão nos termos do verbete sumular de nº 402 do Superior Tribunal de Justiça.

Rememorando, em que pese não haver na Apólice em comento a contratação específica para danos morais, também não há cláusula expressa de exclusão desses danos. Assim, reconhece-se que há cobertura sim para danos morais, inclusa nos Danos Pessoais conforme entendimento da Jurisprudência acima.

DOS REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DAS GARANTIAS CONTRATADAS – NECESSIDADE DE ASSUNÇÃO DE CULPA E VERIFICAÇÃO (A POSTERIORI) DE CULPA PELA SEGURADORA. DA CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.

Como não poderia ser diferente, tanto a seguradora quanto o Réu aduzem tal alegação.

Excelência, é sabido que é competência exclusiva da Polícia Judiciária, auxiliar da Justiça, e da própria Justiça a apuração e atribuição das reponsabilidades em caso de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.

No entanto, a hipótese alegada pelas partes rés do uso de ferramenta de dupla verificação de culpa (a posteriori), em verdade, é inócuo e somente atende aos seus interesses, prestando-se apenas, a se eximirem de suas responsabilidades.

No caso em tela, apesar do Inquérito Policial e denúncia do Ministério Público terem sido no sentido de imputarem culpa ao acusado, a Ação Penal deixou a desejar em vários momentos já apontados na Inicial, que culminaram com a equivocada absolvição do acusado e a presunção de culpa exclusiva ao falecido.

Na inicial, muito bem se apontou a imprestabilidade das provas, especificamente, em relação aos depoimentos, pois conforme análise detida desses, onde claramente se comprovou que em vários momentos, e não raros, ocorreram inúmeras distorções, contradições e incoerências, o que levam a crer não serem fiéis com a verdade dos fatos.

Por exemplo, um ponto que chama bastante atenção foi que o condutor do veículo atropelador relatou uma versão no inquérito policial; e durante audiência apontou outra versão com relação ao que lado o falecido estava da via.

Cumpram-se as formalidades legais, após o acidente, apresentou-se à Polícia para depor decorridos 15 dias.



Primeiro, falou que a vítima estava do seu lado esquerdo e em um outro momento relatou que o atropelado vinha de seu lado direito, apresentando portanto uma total falta de convicção.

E pasmem, a tudo isso, some-se, a total carência da investigação, que sequer realizou diligências ao local do acidente para inquirir testemunhas, verificar a existência de imagens de câmeras, realização de perícia no local do acidente ou no veículo atropelador. Sem mencionar que, o Ministério Público também foi omissos ao não solicitar novas diligências para suscitar dúvidas.

Ademais não houve laudo pericial para determinar a velocidade desenvolvida pelo veículo conduzindo pelo atropelador no momento do acidente. Por isso, o Inquérito e Ação Penal deixaram muito a desejar quanto a detalhes que, com certeza, ajudariam a esclarecer a culpa pelo evento danoso

Apesar desse conjunto de falhas, o processo seguiu e resultou, equivocadamente, em atribuir culpa exclusiva à vítima como se quer sustentar a defesa da parte demandada.

A alegação de que a culpa teria sido exclusiva da vítima porque atravessou a rua em lugar indevido, fora da faixa de pedestres é completamente absurda e inaceitável.

Sobre o assunto, por enquanto, vamos nos socorrer da mesma jurisprudência que o Ministério Público utilizou para fundamentar a denúncia.

“Homicídio Culposo. Lesões corporais culposas. Acidente de veículo. Recurso manifestado em razão de divergência jurisprudencial.

Indiferente a hipótese de culpa das vítimas, que procuraram cruzar a rodovia, saindo pela frente do ônibus estacionado. Tem-se como culpado o motorista do veículo atropelador, que não guardou o cuidado necessário para evitar o acidente. Recurso improvido.” (REsp 28960/PR, Rel. Min. José Cândido de Carvalho Filho).

Acerca do tema, também a seguinte jurisprudência:



JECCMT-0006250) RECURSO INOMINADO - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEITADA - **ACIDENTE DE TRÂNSITO - ATROPELAMENTO DE PEDESTRE - TRAVESSIA EM LOCAL SEM FAIXA - FALTA DE ATENÇÃO DO MOTORISTA - CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA** - DANO MORAL CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA FORA DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - REDUÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **Concorre com culpa o motorista que trafega em velocidade que não lhe permite evitar o atropelamento da vítima que procurava atravessar a rua, se haviam veículos que seguia no mesmo sentido parados nas pistas de rolamento da esquerda.** Reduz-se o valor da indenização por dano moral, se fixado fora dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade. (Recurso Cível Inominado nº 2439/2012, Turma Recursal Única dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/MT, Rel. Valmir Alaércio dos Santos. j. 11.12.2012, unânime, DJe 19.12.2012).

TJES-0051460) AGRAVO RETIDO - CONVERSÃO RITO SUMÁRIO EM ORDINÁRIO - POSSIBILIDADE - AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO - PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - **AÇÃO INDENIZATÓRIO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA CONCORRENTE VERIFICADA - AUTOR (PEDESTRE) CRUZANDO A VIA FORA DA FAIXA DE PEDESTRE** - MOTOCICLISTA EMPREGADO DA REQUERIDA - DESRESPEITO AO SEMÁFORO - AUSÊNCIA DA NECESSÁRIA CAUTELA POR AMBAS AS PARTES - DANO MATERIAL - PENSÃO - PERDA SALARIAL EXPERIMENTADA PELO AUTOR - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - ENCURTAMENTO DO MEMBRO INFERIOR - ABALO EXTRAPATRIMONIAL VERIFICADO - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1 - Agravo retido: 1. 1 - Não havendo prejuízo para a parte demandada, é possível a conversão do rito sumário para o ordinário. Precedentes. 1.2 - Na espécie, a modificação do rito se mostrou pertinente, tendo em vista a complexidade da causa. 1.3 - Agravo retido conhecido e desprovido. 2 - Mérito: 2.1 - **Em análise da prova documental e oral produzida nos autos, resta comprovado que o autor, na qualidade de pedestre, atravessou a via fora da faixa de pedestre, agindo sem a cautela esperada. 2.2 - "a vítima que atravessa fora da faixa de segurança acaba por trazer o infortúnio contra si mesma, contribuindo culposamente para o acidente"** (TJES, Classe: Apelação, 24140261371, Relator: ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON - Relator Substituto: DELIO JOSE ROCHA SOBRINHO, Órgão julgador: SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 04.07.2017, Data da Publicação no Diário: 12.07.2017). 2.3 - **De igual maneira, o motociclista**



empregado da requerida não observou o sinal vermelho, vindo a colidir com o autor. 2.4 - Os veículos motorizados são responsáveis pela incolumidade dos pedestres, devendo ser conduzidos de maneira prudente e cautelosa. 2.5 - Havendo responsabilidade pelas partes litigantes pelo acidente ora em análise, há de ser reconhecida a existência de culpa concorrente. 2.6 - Em razão do acidente o autor teve seu contrato de trabalho rescindido, sendo ainda aposentado por invalidez pelo INSS, de modo tal que se mostra devido o pagamento de dano material em razão de sua perda salarial. 2.8 - Em virtude da culpa concorrente, o pagamento da perda salarial deve se dar de forma parcial, no montante equivalente a 50% (cinquenta por cento). 2.9 - Tendo em vista que o acidente de trânsito deixou sequelas irreversíveis no autor, encurtando sua perna esquerda em 4,4 cm e o impedindo de continuar a exercer sua profissão, sendo aposentado pelo INSS por invalidez, resta evidente a existência de abalo extrapatrimonial passível de indenização, sendo o montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) adequado diante do caso concreto. 2.10 - Recurso voluntário conhecido e desprovido. Sentença mantida. (Apelação nº 0013891-57.1999.8.08.0024, 3ª Câmara Cível do TJES, Rel. Julio César Costa de Oliveira. j. 22.08.2017, Publ. 01.09.2017). **É fato que o pedestre que atravessa a via fora da faixa de segurança/pedestres, acaba por trazer o infortúnio para si mesmo, agindo, assim, em desconformidade com a cautela que se espera do pedestre, contribuindo culposamente para o acidente. No entanto, o condutor ao transitar acima da velocidade adequada e permitida para a via e com desatenção também contribui culposamente para o acidente, devendo responder por tal ato.**

Com efeito, o art. 28 do Código de Trânsito Brasileiro determina que “o condutor deverá a todo o momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.”

Da análise mais atenta das provas que compõem dos autos, constata-se que o réu, na condução de seu veículo, não adotou a cautela necessária à segurança no trânsito, vindo a atropelar o pedestre que transitava na via, causando sua morte.

Em sendo assim, tendo em vista que o motorista atropelador conduzia, imprudentemente, o veículo em velocidade acima do limite permitido para a via e de forma imprudente, sem a devida atenção, como se denota da leitura de seus depoimentos, é forçoso o reconhecimento de sua culpa, não havendo, assim, que se falar em culpa exclusiva da vítima.

Na mesma direção a seguinte Jurisprudência:



"Ação de indenização. Responsabilidade civil. Atropelamento. Excesso de velocidade demonstrada dano moral. Condenação excessiva defronte as circunstâncias envolvidas no caso. Redução para 100 salários mínimos. Recurso parcialmente provido. Não se pode confundir velocidade permitida com velocidade compatível. É dever de todo motorista, acautelar-se com atenção redobrada no perímetro urbano, conduzindo o veículo em velocidade adequada, que permita, mediante manobras apropriadas de frenagem, evitar acidentes com atropelamentos de pedestres. Mormente nas proximidades de aglomerado de pessoas, cuja presença comum fato previsível" (Apelação Cível 131724000, 1ª Câmara Cível do TAPR, rel. Juiz Lauro Augusto Fabrício de Melo, j. 4/5/1999).

É flagrante que a ação penal careceu de questionamentos e, por isso, não alcançou o objetivo satisfatório de explicar algumas questões, que por esse motivo ficaram sem respostas e que poderiam ter alterado o resultado da sentença. Como por exemplo:

- 1. É possível um veículo que transita a 40km/h deixar marcas de pneu na via asfaltada após freada brusca ?**
- 2. Um atropelamento, com veículo a 40 km/h, de pessoa de peso médio entre 70 a 80 quilos, é capaz de arremessar a vítima a ponto de quebrar o para-brisa ?**
- 3. Um condutor, trafegando a 40 km/h, não é capaz de desviar de um obstáculo que, de repente, se apresenta a sua frente ?**

Como se percebe, por essas questões que não foram elucidadas na Ação Penal, percebe-se que o condutor não trafegava a 40km/h, velocidade limite da via. Que contribuiu decisivamente assim com o acidente e deve ser responsabilizado.

Por outro lado, é pífia e absurda a alegação da Seguradora de que para haver a cobertura, é necessário que o Segurado assuma a culpa.

Logicamente, um Segurado atropelador, por exemplo, jamais irá assumir a culpa se esta acarretar em sanção penal.

As provas produzidas em sede de sentença criminal foram absolutamente frágeis, todavia, consideradas suficientes na opinião do Juízo e Ministério Público para, equivocadamente, absolver o condutor atropelador, atribuindo culpa exclusiva à vítima, simplesmente pelo fato da idade desta, como se fosse algo natural se atropelar idosos na via que transitem fora da faixa de pedestres.

É sabido que a absolvição em ação penal não impede que o réu seja condenado em ação civil, ou melhor, pode o réu ter cometido ato ilícito gerador do dever de indenizar, embora não tenha sido penalmente responsabilizado pelo fato.

Este entendimento é positivado no CC:



Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

Em que pese o esforço da Seguradora ré em demonstrar a existência de culpa exclusiva da vítima, é imperativo concluir que, se o condutor do veículo tivesse procedido com a necessária cautela, exigível no caso em tablado, não teria ocorrido o acidente, via de consequência, o dano apontado e suas consequências nefastas poderiam ter sido evitadas.

Em resumo, é incontestável que o condutor do veículo causador do atropelamento e morte agiu em desconformidade com as normas de trânsito vigentes, restando evidenciado com isso o de dever de indenizar.

DOS DANOS MATERIAIS. DA INAPLICABILIDADE DO PENSIONAMENTO. DA SUPOSTA RELAÇÃO DE DEPENDENCIA FILHO X PAI. DO PEDIDO DE PAGAMENTO DOS VALORES DA APÓLICE.

Sabe-se que, de acordo com o art. 948, II, do Código Civil de 2002, a autora faz jus a exigir da ré, entre outras reparações, o pagamento de pensionamento, tem-se que "no caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações.

Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações:

- I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;
- II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

Cumpra aqui frisar, que o pedido autoral é no sentido de condenar a parte Ré, ao pagamento de pensionamento a título de danos materiais no importe de 01 (um) salário mínimo vigente, à filha do falecido, desde a data do acidente até que esta completar 65 anos, o que engloba a segurada Re e a seguradora, podendo aquela ser condenada além do limite que venha ter a segunda promovida.



Nesse ponto, o argumento de necessidade de comprovação de dependência econômica entre a Incapaz e o seu genitor que foi vítima do acidente não procede, navegando a jurisprudência em sentido totalmente contrário, veja-se:

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/COM PERDAS E DANOS □ POR ATO ILÍCITO □ EM ACIDENTE DE VEÍCULO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS PATRIMONIAIS. PENSÃO MENSAL. MENOR. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA. PRESCINDIBILIDADE. ABATIMENTO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. DANOS MORAIS. COMPROVADOS. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0000078-84.2010.8.05.0274, Relator (a): Maria de Fátima Silva Carvalho, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 14/08/2018) (TJ-BA - APL: 00000788420108050274, Relator: Maria de Fátima Silva Carvalho, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 14/08/2018)

Sobre a razoabilidade e proporcionalidade, importante aqui pontuar que estamos a tratar de pessoa absolutamente incapaz, e o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento segundo o qual em caso de morte do genitor decorrente de ato ilícito, o pensionamento devido aos filhos deve ser fixado em 2/3 (dois terços) do salário percebido em vida pelo de cujus desde a data do óbito.



Verifica-se, portanto, que o dever de pensionamento mensal despenda em favor dos sucessores do *de cujus* quando, via de regra, é possível demonstrar a existência de relação de dependência econômica entre ele e seus sucessores. Inobstante, o STJ afasta a necessidade de comprovação do requisito retromencionado quando se trata de vítima fatal oriunda de família de baixa renda, concluindo que a dependência econômica em tais casos é presumida, posto que o esforço de todos os familiares contribui para as despesas comuns:

DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. CULPA CONCORRENTE. DANOS MATERIAIS. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. MORTE DO FILHO. PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUE JÁ LEVOU EM CONSIDERAÇÃO A CULPA CONCORRENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO (AgRg no REsp n. 1.203.620/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2013, DJe 29/8/2013.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO. HOMICÍDIO. SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. PENSÃO MENSAL. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS EM RELAÇÃO AO FILHO MENOR. PRESUNÇÃO. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. 1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, a dependência econômica dos pais em relação ao filho menor falecido é presumida, mormente em se tratando de família de baixa renda. 2. agravo regimental acolhido para, após reconsiderar a decisão agravada, negar provimento ao agravo de instrumento por outros fundamentos (AgRg no Ag n. 1.247.155/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/2/2012, DJe 29/2/2012.)

E que na hipótese de não exercer atividade laboral ou de não se ter conhecimento de sua remuneração a Corte Superior entende pela incidência dos 2/3 (dois terços) sobre o salário mínimo, considerando que este é o valor mínimo recebido pelo trabalhador brasileiro.

TJSC-0386879) APELAÇÕES CONCOMITANTEMENTE
INTERPOSTAS E REEXAME NECESSÁRIO. **AÇÃO**



ORDINÁRIA. PENSÃO POR MORTE. VEREDITO DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO IPREV. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUANTO AO FUNDO DE DIREITO E A COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. INSUBSISTÊNCIA DA TESE. **AUTORA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. LAPSO TEMPORAL QUE NÃO CORRE CONTRA INCAPAZES. ART. 198, INC. I. DO CÓDIGO CIVIL.** PREJUDICIAL DE MÉRITO AFASTADA. "[...] **O incapaz, contudo, tem direito ao benefício de pensão por morte desde o óbito do instituidor, uma vez que não se sujeita aos prazos prescricionais** (AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 1.141.037/SC, SEXTA TURMA, DJe 14.05.2013). [...]" (TJSC, Apelação nº 0011047-88.2011.8.24.0018, de Chapecó, rel. Des. Subst. Júlio César Knoll, j. 24.05.2016). ALEGADA NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DO PENSIONAMENTO EM FAVOR DE FILHA MAIOR, SOLTEIRA E INCAPAZ. ARGUMENTO IMPROFÍCUO. INCAPACIDADE QUE ANTECEDE O FALECIMENTO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DEMONSTRADA. ART. 5º, II, 'D', DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 129/94. REQUISITOS ATENDIDOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DO PENSIONAMENTO. SENTENÇA MANTIDA. "[...] **'É devida a pensão previdenciária ao filho maior incapaz, inclusive interditado, cuja incapacidade para exercer qualquer atividade laborativa tenha sido reconhecida por laudo pericial, e tenha surgido anteriormente à data do óbito do instituidor do benefício** (RN nº 2012.064932-8, da Capital, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 06.05.2014) [...]" (TJSC, Apelação Cível nº 2015.038913-9, de Itajaí, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, j. 29.09.2015). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. INSURGÊNCIA DA AUTORA. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 10% PARA 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO DO MONTANTE ARBITRADO. QUANTIA QUE REVELA-SE APROPRIADA À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS PROFISSIONAIS. DITAMES DA LEI Nº 5.869/73, VIGENTE À ÉPOCA DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. CONJECTÁRIOS LEGAIS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.960/09, QUE CONFERIU NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. JUROS APLICÁVEIS À CADERNETA DE POUPANÇA. EMPREGO, NA CORREÇÃO MONETÁRIA, DO ÍNDICE OFICIAL DE REMUNERAÇÃO BÁSICA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA REFERIDA NORMA LEGAL, ATÉ A INSCRIÇÃO DO



DÉBITO EM PRECATÓRIO. DECISÃO REFORMADA NO PONTO. PARCIAL PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO. DEMAIS TERMOS DA SENTENÇA CONFIRMADOS. (Apelação nº 0009003-78.2012.8.24.0045, 1ª Câmara de Direito Público do TJSC, Rel. Luiz Fernando Boller. j. 05.07.2016).

É relativa a presunção legal de dependência dos beneficiários, exceto cônjuges e companheiros. Contudo, os fatos apontam o não rompimento de tal vínculo com o pai, a partir do casamento, e só mediante prova eficaz, indicativa de efetiva relação de dependência, aqui produzida, ou seja, a incapacidade absoluta da representada, poder-se-ia concluir pelo direito ao pensionamento.

TJRS-0392370) APELAÇÕES CÍVEIS. REMESSA NECESSÁRIA. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. INCAPACIDADE ABSOLUTA. Aplicabilidade do art. 198, I, do Código Civil, segundo o qual não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, dentre os quais, na redação original do art. 3º, incluíam-se "os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos"; bem como o art. 169, I, do Código Civil de 1916, o qual obstava o transcurso do prazo prescricional "contra os incapazes de que trata o art. 5º", dentre os quais estavam elencados "os loucos de todo o gênero" (art. 5º, II). Demandante cuja incapacidade absoluta foi declarada em ação de interdição com trânsito em julgado. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. POSSIBILIDADE. REQUISITOS DA LEI Nº 7.672/82 DEVIDAMENTE PREENCHIDOS. INVALIDEZ SUPERVENIENTE À MAIORIDADE E AO ÓBITO DO EX-SEGURADO. IRRELEVÂNCIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. TERMO INICIAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. A exegese dos arts. 9º, inciso I e § 3º; e 14, d da Lei nº 7.672/82, permite entender-se como dependente de servidor público falecido o filho inválido. A condição alcançada deve ser simplesmente de filho do sexo masculino "inválido" ou "solteiro e menor de dezoito anos". Irrelevância, no caso, que a incapacidade seja superveniente à maioridade e ao óbito do ex-segurado, uma vez que há prova de que o autor padecia da moléstia desde o nascimento, só o invalidando, por processo evolutivo, após a maioridade e o óbito da ex-segurada, inclusive gerando interdição. Pensionamento concedido. Precedentes desta



Corte. Condição de inválido especificada nos autos por meio de perícia judicial, que concluiu ser o autor "total e permanentemente incapaz para os atos da vida civil desde o nascimento", com diagnóstico de retardo mental grave e esquizofrenia paranoide. O termo inicial da pensão é data do requerimento administrativo, já que o autor não estava previamente habilitado como dependente. Inteligência do art. 27, § 3º, da Lei Estadual 7.672/82. Precedentes do Tribunal. APELOS DESPROVIDOS. SENTENÇA CONFIRMADA EM REMESSA NECESSÁRIA. (Apelação e Reexame Necessário nº 70071555619, 22ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Marilene Bonzanini. j. 06.04.2017, DJe 11.04.2017).

TJCE-0066541) APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO CPC DE 1973. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO GENITOR DA AUTORA/APELADA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO DO RÉU. APELO QUE REPRODUZ QUASE EM SUA INTEIREZA A CÓPIA DA CONTESTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. O RÉU/APELANTE IMPUGNA O VEREDICTO GUERREADO SOMENTE NO TOCANTE AOS VALORES ARBITRADOS A TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO CONHECIDO EM PARTE. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1 - Não se conhece de recurso que se limita a reproduzir *ipsis litteris* os argumentos da petição inicial ou da contestação por violação ao princípio da dialeticidade. In casu, o recorrente apresentou impugnação específica à sentença hostilizada somente no que tange à fixação do quantum indenizatório. Recurso conhecido em parte. 2 - É consabido que o prazo prescricional para pleitear reparação civil é de 03 (três) anos, conforme estatui o art. 206, parágrafo 3º, inciso V, do Código Civil. Entrementes, em consonância com o art. 198, inciso I, da lei civil, em se tratando de pessoa absolutamente incapaz não há a fluência da prescrição. No caso em testilha, a apelada contava com apenas 10 (dez) anos de idade na data do fato gerador da lide, razão pela qual o prazo prescricional só começou a correr no dia em que atingiu 16 (dezesseis) anos de idade, ou seja, em 19.10.2012. Considerando que a ação foi ajuizada em 18.09.2013, resta evidenciada a inocorrência da prescrição. Preliminar rejeitada. 3 - O Superior



Tribunal de Justiça firmou o entendimento segundo o qual em caso de morte do genitor decorrente de ato ilícito, o pensionamento devido aos filhos deve ser fixado em 2/3 (dois terços) do salário percebido em vida pelo de cujus desde a data do óbito até o dia em que o descendente completar 24 anos. Todavia, na hipótese de não exercer atividade laboral ou de não se ter conhecimento de sua remuneração a Corte Superior entende pela incidência dos 2/3 (dois terços) sobre o salário mínimo, considerando que este é o valor mínimo recebido pelo trabalhador brasileiro. No caso em testilha não há nos autos sequer a informação do mister desempenhado pelo falecido, tampouco há comprovação de sua remuneração. Impõe-se o arbitramento dos 2/3 (dois terços) sobre o salário mínimo. 4 - O STJ já decidiu, também, que o numerário devido aos familiares a título de danos morais decorrente da morte da vítima pode ser fixado em até 500 (quinhentos) salários mínimos. O magistrado a quo arbitrou o valor dos danos morais em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo necessidade de reparo. 5 - Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, parcialmente provido. Sentença reformada tão somente para fixar o pensionamento em 2/3 (dois terços) do salário mínimo e não sobre os rendimentos do de cujus. (Apelação nº 0024417-56.2013.8.06.0151, 4ª Câmara Direito Privado do TJCE, Rel. Maria Gladys Lima Vieira. j. 11.07.2017).

É notória, portanto, a demonstração da dependência econômica ou não da autora absolutamente incapaz em relação ao seu genitor, mostrando-se, também, descabida a arguição de inexistência, pois, conforme se depreende do farto corpo probatório, a comprovação surge como desdobramento lógico do evento danoso.

DA PRESENÇA DOS MORAIS

Apenas quem perde um ente querido, inesperadamente, como foi o caso, em acidente de trânsito, sabe o quão é dolorosa e devastadora a experiência.

O dano moral se mostra cristalino, diante da perda irreparável sofrida pela autora, em virtude de falecimento do pai, em razão do acidente violento ocorrido. Outrossim, entender de forma diversa é uma enorme insensatez.

No entanto, a seguir, extrai-se da contestação a absurda opinião da Seguradora acerca dos danos morais pela perda de uma vida:



“Do exposto, pode-se facilmente perceber que nem todo desconforto ou aborrecimento configura dano moral. Acontecimento cotidianos, corriqueiros, afeitos à vida em sociedade, não rendem ensejo à reparação por danos morais, já que estes, para se configurar, pressupõe abalo psicológico anormal, na esfera da intimidade pessoal de cada sujeito, o que efetivamente, não se verifica no caso em tela.”

“Entender de forma diversa, para reconhecer em qualquer aborrecimento injustificado a caracterização do dano moral representa a banalização do instituto, transformando-o em verdadeira indústria da indenização ...” (extraído da Contestação, Pág. 16, 3º e 4º Parágrafos).

Por sua vez, o STJ já decidiu, também, que o numerário devido aos familiares a título de danos morais decorrente da morte da vítima pode ser fixado em até 500 (quinhentos) salários mínimos.

TJCE-0066541) APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO CPC DE 1973. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO GENITOR DA AUTORA/APELADA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO.** SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO. RECURSO DO RÉU. APELO QUE REPRODUZ QUASE EM SUA INTEIREZA A CÓPIA DA CONTESTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. O RÉU/APELANTE IMPUGNA O VEREDICTO GUERREADO SOMENTE NO TOCANTE AOS VALORES ARBITRADOS A TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO CONHECIDO EM PARTE. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1 - Não se conhece de recurso que se limita a reproduzir *ipsis litteris* os argumentos da petição inicial ou da contestação por violação ao princípio da dialeticidade. In casu, o recorrente apresentou impugnação específica à sentença hostilizada somente no que tange à fixação do quantum indenizatório. Recurso conhecido em parte. 2 - É consabido que o prazo prescricional para pleitear reparação civil é de 03 (três) anos, conforme estatui o art. 206, parágrafo 3º, inciso V, do Código Civil. Entrementes, em consonância com o art. 198, inciso I, da lei civil, em se tratando de pessoa absolutamente incapaz não há a fluência da prescrição. No caso em testilha, a apelada contava



com apenas 10 (dez) anos de idade na data do fato gerador da lide, razão pela qual o prazo prescricional só começou a correr no dia em que atingiu 16 (dezesseis) anos de idade, ou seja, em 19.10.2012. Considerando que a ação foi ajuizada em 18.09.2013, resta evidenciada a inocorrência da prescrição. Preliminar rejeitada. 3 - **O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento segundo o qual em caso de morte do genitor decorrente de ato ilícito, o pensionamento devido aos filhos deve ser fixado em 2/3 (dois terços) do salário percebido em vida pelo de cujus desde a data do óbito até o dia em que o descendente completar 24 anos. Todavia, na hipótese de não exercer atividade laboral ou de não se ter conhecimento de sua remuneração a Corte Superior entende pela incidência dos 2/3 (dois terços) sobre o salário mínimo, considerando que este é o valor mínimo recebido pelo trabalhador brasileiro.** No caso em testilha não há nos autos sequer a informação do mister desempenhado pelo falecido, tampouco há comprovação de sua remuneração. Impõe-se o arbitramento dos 2/3 (dois terços) sobre o salário mínimo. 4 - **O STJ já decidiu, também, que o numerário devido aos familiares a título de danos morais decorrente da morte da vítima pode ser fixado em até 500 (quinhentos) salários mínimos.** O magistrado a quo arbitrou o valor dos danos morais em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo necessidade de reparo. 5 - Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, parcialmente provido. Sentença reformada tão somente para fixar o pensionamento em 2/3 (dois terços) do salário mínimo e não sobre os rendimentos do de cujus. (Apelação nº 0024417-56.2013.8.06.0151, 4ª Câmara Direito Privado do TJCE, Rel. Maria Gladys Lima Vieira. j. 11.07.2017).

No mesmo sentido acompanha a Jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba:

TJPB-0051036) APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO, PARA REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS E PENSIONAMENTO. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CAPOTAMENTO. VÍTIMA FATAL. CULPA DA DEMANDADA DEVIDAMENTE COMPROVADA. LAUDO TANATOSCÓPICO REALIZADO PELO INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE



PROMOVIDA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. APLICAÇÃO DO ART. 200, DO CÓDIGO CIVIL. REJEIÇÃO. MÉRITO. ATO ILÍCITO CARACTERIZADO. CULPA E NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. DANO MORAL INCONTROVERSO. QUANTUM. FIXAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RATIFICAÇÃO. PENSÃO MENSAL ARBITRADA EM FAVOR DE FILHO. POSSIBILIDADE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. PENSIONAMENTO DEVIDO. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO. Oferecida denúncia contra o condutor do veículo sinistrado para apuração de responsabilidade criminal, tendo sido declarada a extinção da punibilidade, em razão da morte daquele, deve-se aplicar a regra prevista no art. 200, do Código Civil, que prevê a suspensão do prazo prescricional para o exercício da pretensão indenizatória. Conforme enunciado no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a responsabilidade das prestadoras de serviço público é objetiva, respondendo civilmente em caso de dano causado a terceiro, independentemente da existência de culpa dos seus agentes. São incontroversos os danos morais diante da situação de dor e sofrimento advindos com o acidente de trânsito que causou a morte do genitor do promovente. Na fixação do valor da indenização por danos morais, devem ser levadas em consideração a capacidade econômica do agente, seu grau de culpa ou dolo, a posição social ou política do ofendido e a intensidade da dor sofrida por este e, tendo sido observados tais critérios quando da fixação do quantum indenizatório, perfeitamente possível a ratificação da referida verba indenizatória, a fim atender ao caráter punitivo e pedagógico inerente a esse tipo de reparação. A jurisprudência desta Corte, arrimada em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, de forma segura, tem fixado que o valor da pensão deve ser de 2/3 sobre os ganhos efetivos do genitor falecido, ou sobre um salário mínimo quando inexistir provas de que exercia trabalho remunerado, até a idade de 25 (vinte e cinco) anos. (Apelação nº 0002897-94.2012.815.0031, 4ª Câmara Cível do TJPB, Rel. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho. DJe 28.03.2018).

Por todo o exposto, resta perfeitamente demonstrado que para fundamentar seus argumentos, a defesa não trouxe qualquer prova ou elemento suficiente para desconstituir o direito da parte autora, razão pela qual não merecem



serem apreciados.

4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que sejam rechaçadas todas os argumentos preliminares aventadas em sede de contestação nos tópicos acima e o consequente acolhimento de todos os pedidos elencados na exordial.

Nestes termos,
pede deferimento.

João Pessoa/PB, 10 de julho de 2019.

CRÍSTIAN DA SILVA CAMILO
OAB/PB 23.705





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para manifestarem interesse na produção de novas provas, especificando-as, se for o caso, no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de **julgamento** no estado em que se encontra.

Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e façam-se os autos conclusos para **JULGAMENTO**.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 14 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito



PETIÇÃO EM PDF



**EXCENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA.**

Autos nº: 0867379-15.2018.2001.

EDLEUZA VASCONCELOS M. DE ALBUQUERQUE, já devidamente qualificada, por seu procurador, devidamente habilitado nos autos do processo em epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, **EXPOR E REQUERER:**

Em atendimento ao Despacho de Vossa Excelência, Id. 23527523, vem a requerente informar não ter mais novas provas a serem produzidas, motivo pelo qual requer que seja proferido julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 335, I, do Código de Processo Civil:

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença de resolução do mérito, quando:

I – não houver necessidade de produção de outras provas;

Neste termo,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 22 de agosto de 2019.



Luiz Fernandes dos Santos

Advogado 20501 OAB/PB





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intimem-se as partes para manifestarem interesse na produção de novas provas, especificando-as, se for o caso, no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de **julgamento** no estado em que se encontra.

Decorrido o prazo sem manifestação, certifique-se e façam-se os autos conclusos para **JULGAMENTO**.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 14 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito



SEGUE PETIÇÃO EM ANEXO.





CRISTIAN DA SILVA CAMILO

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

OAB/PB 23.705

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DA CAPITAL – PB**

Processo nº 0867379-15.2018.8.15.2001

RUTH DA SILVA CAMILO, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, por intermédio de seus advogados, à presença de Vossa Excelência, requerer :

A realização de **PERÍCIA INDIRETA**, para uma melhor deslinde da controvérsia, de forma contextualizada, em toda a documentação acostada, visando aclarar as contradições existentes nos depoimentos pessoais, tanto do acusado, quanto de suas testemunhas, de modo a demonstrar a verdade dos fatos quanto à dinâmica do acidente e a responsabilidade do condutor do veículo atropelador.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 02 de Agosto de 2019.

CRÍSTIAN DA SILVA CAMILO

OAB/PB 23.705

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66 – Centro – João Pessoa / PB – CEP 58013-230

Telefones : (Tím) 83 9 9985 1848 (whatsapp) / (Oi) 83 9 8838 2375

Email: cristiancamilo.adv@gmail.com

Página 1 de 1



provas a produzir



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL – PB

Em atenção ao princípio da cooperação
entre as partes previsto no novo Código
de Processo Civil, disponibilizamos um
canal para possível negociação:
guilhermemuniz@qca.adv.br.

Processo nº 0867379-15.2018.8.15.2001

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S/A., já devidamente qualificada
nos autos do processo em epígrafe, que contende com **LIGIA DA SILVA CAMILO -
RUTH DA SILVA CAMILO**, vem em conformidade com Despacho retro informar que
detém interesse na **expedição de ofício ao DPVAT**.

A cautela impõe destacar que no caso de eventual condenação, reconhecida
apenas imaginativamente, deve ser descontado de qualquer indenização, o valor do
seguro obrigatório. Todos os veículos automotores nacionais possuem seguros
obrigatórios para acidentes pessoais e vida. Esse valor é percebido pelos familiares e
deve ser descontado de qualquer indenização.

Neste sentido, preleciona o STJ:

*O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente
fixada.*

Desta forma, pugna-se à expedição de ofício à seguradora Líder, a fim de
apurar eventuais valores pagos, para abater em caso de eventual condenação o
que foi percebido a título de seguro DPVAT.

Rua da Hora, 692, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81. 2101.5757
www.queirozcavalcanti.adv.br



Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 23 de setembro de 2019.

Guilherme César C. Muniz da Silva
OAB/PE 31.132

Hélida Isabel Lira de Miranda
OAB/PE 47.122





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Comarca da Capital

Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479 - Telejudiciário: (83) 3621-1581

0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando que no caso em apreço é necessária a realização de prova pericial, NOMEIO como perito a médico Dr. TIAGO MARTINS FORMIGA, com endereço na Avenida Antônio de Lira, 588, apt. 204, Tambaú, João Pessoa – PB.

Como honorários periciais fixo o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme termos do Convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJ/PB.

Intime-se a seguradora para efetuar o pagamento dos honorários arbitrados.

Intime(m)-se a(s) parte(s) a respeito da nomeação realizada, intimando-as também para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem quesitos e assistentes técnicos, se assim desejarem.

Valendo-se este despacho como carta de intimação, intime-se a perita nomeada para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se aceita o encargo, bem como para informar a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, data, horário e lugar para a realização da perícia.



Fica desde já determinada a intimação das partes e de seus advogados para comparecerem no dia, hora e local indicados pelo expert para a realização da perícia. Intime-se o Autor pessoalmente e por meio de advogado, advertindo-os que a ausência na perícia poderá ensejar na ocorrência de preclusão e, conseqüentemente, no julgamento do feito com as provas que constam nos autos.

Sendo o caso, encaminhem-se ao perito cópia dos documentos necessários.

De logo, determino o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da perícia, para entrega do parecer técnico.

Cumpra-se na íntegra.

João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.

Adriana Barreto Lossio de Souza

Juíza de Direito



EXMA. SRA DRA JUIZA DE DIREITO DO 9ª VARA CÍVEL DA CAPITAL.

Ref.

Processo nº 0867379-15.2018.8.15.2001

RUTH DA SILVA CAMILO, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seus advogados, vem à presença de Vossa Excelência, com todo acatamento e respeito CHAMAR O FEITO A ORDEM, se manifestando da seguinte maneira:

Compulsando os autos, verifica-se no despacho retro (Id 27381264) a nomeação de perito médico para a realização da perícia.

No entanto, o caso em apreço requer a realização de **PERÍCIA INDIRETA por profissional com experiência em dinâmica de acidentes de trânsito** (Policial do BPTRAN), a fim de que analise elementos contidos no processo judicial, bem como responda a quesitos tais como : 1) Se um veículo a 40 Km/h ao frear deixa marcas de freada no asfalto ; 2) Se um veículo Ford Ka, transitando a 40 km/h, é capaz de arremessar um pedestre de aproximadamente 70 a 80 kg sobre seu capu e quebrar o parabrisa; entre outros.

Dessa forma, consegue-se dirimir as contradições existentes, aclarando melhor a dinâmica do evento acidente e a responsabilidade do condutor atropelador.



Isso posto, em que pese os réus terem admitido a procedência da ação, não requerendo a produção de novas provas, apenas a dedução do valor recebido a título de seguro DPVAT, para uma melhor deslinde da controvérsia, requer seja cancelada a nomeação de perito médico e, em sua substituição, nomeado um **profissional com experiência em dinâmica de acidentes de trânsito** (Policial do BPTRAN).

Termos em que,

Espera deferimento.

João Pessoa/PB, 13 de Janeiro de 2020.

Crístian Camilo

OAB/PB 23.705





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Diante da petição retro, da narrativa fática e da análise dos documentos já juntados aos autos, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de Id nº 27381264 e INDEFIRO o pedido de prova pericial indireta requerido pela parte demandante.

De outro lado, defiro o pedido de Id nº , ante o preceito contido na Súmula 246 do STJ. Assim, oficie-se à SEGURADORA LÍDER, administradora oficial do seguro DPVAT para que informe a este juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, se houve pagamento à título de seguro DPVAT, em favor de LIGIA DA SILVA CAMILO ou sua genitora, Sra. RUTH DA SILVA CAMILO, em decorrência do falecimento do Sr. JOSÉ DELFINO CAMILO, por acidente de trânsito (ocorrido em 14/06/1999).

Decorrido o prazo acima, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 22 de janeiro de 2020.

ADRIANA BARRETO LOSSIO DE SOUZA

Juíza de Direito - 9ª Vara Cível da Capital





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0867379-15.2018.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Diante da petição retro, da narrativa fática e da análise dos documentos já juntados aos autos, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de Id nº 27381264 e INDEFIRO o pedido de prova pericial indireta requerido pela parte demandante.

De outro lado, defiro o pedido de Id nº , ante o preceito contido na Súmula 246 do STJ. Assim, oficie-se à SEGURADORA LÍDER, administradora oficial do seguro DPVAT para que informe a este juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, se houve pagamento à título de seguro DPVAT, em favor de LIGIA DA SILVA CAMILO ou sua genitora, Sra. RUTH DA SILVA CAMILO, em decorrência do falecimento do Sr. JOSÉ DELFINO CAMILO, por acidente de trânsito (ocorrido em 14/06/1999).

Decorrido o prazo acima, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 22 de janeiro de 2020.

ADRIANA BARRETO LOSSIO DE SOUZA

Juíza de Direito - 9ª Vara Cível da Capital





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, s/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0867379-15.2018.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: RUTH DA SILVA CAMILO
Polo passivo: RÉU: EDLEUZA VASCONCELOS MEIRA DE ALBUQUERQUE, ITAU
SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data notifiquei a SEGURADORA LIDER via expediente, de todo o teor do despacho retro.

JOÃO PESSOA, 5 de março de 2020
FAGNER VIEIRA ALVES

